



MATUTANDO

Diálogos Formativos

Volume 2

Jhonny David Echalar
Marcos Vinícius Ferreira Vilela
Natalia Carvalhaes de Oliveira
(Organizadores)

CegraF UFG



Universidade Federal de Goiás

Reitora

Angelita Pereira de Lima

Vice-Reitor

Jesiel Freitas Carvalho

Diretora do Cegraf UFG

Maria Lucia Kons

Conselho Editorial deste livro

Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar - UFG

Alexia Pádua Franco - UFU

Arianny Grasielly Baião Malaquias - IFG

Cláudia Helena dos Santos Araújo - IFG

Daniela Rodrigues de Sousa - PUC/Goiás

Diene Eire de Mello - UEL

Jhonny David Echalar - UFG

Joana Peixoto - IFG

Júlio César dos Santos (Júlio Vann) - IFG

Kátia Morosov Alonso - UFMT

Marcos Vinícius Ferreira Vilela - UFG

Maria Cristina Lima Paniago - UCDB

Natalia Carvalhaes de Oliveira - IF Goiano

Olira Saraiva Rodrigues - UEG

MATUTANDO

Diálogos Formativos

Volume 2

Jhonny David Echalar
Marcos Vinícius Ferreira Vilela
Natalia Carvalhaes de Oliveira
(Organizadores)

Cegraf UFG
2024

© 2024 Jhonny David Echalar; Marcos Vinícius Ferreira Vilela;
Natalia Carvalhaes de Oliveira

© 2024 Cegraf UFG

Capa, projeto gráfico e diagramação
Bruno Oubam

Revisão linguística e normalização técnica
Raissa Montalvão

Matutando [livro eletrônico] : diálogos formativos
/ Jhonny David Echalar, Marcos
Vinícius Ferreira Vilela, Natalia Carvalhaes
de Oliveira (organizadores). -- Goiânia, GO :
Cegraf UFG, 2024. -- (Diálogos formativos ; 2)
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-495-0951-2

1. Educação 2. Educação escolar 3. Pandemia
4. Pesquisadores 5. Política educacional I. Echalar,
Jhonny David. II. Vilela, Marcos Vinícius Ferreira.
III. Oliveira, Natalia Carvalhaes de. IV. Série.

24-217191

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 6

Jhonny David Echalar
Marcos Vinícius Ferreira Vilela
Natalia Carvalhaes de Oliveira

CAPÍTULO I OS VÁRIOS VÍRUS QUE NOS ASSOLAM 9

Lia Calabre
Júlio César dos Santos (Júlio Vann)

CAPÍTULO II - SOS SAÚDE PÚBLICA 22

Cristiane Lopes Simão Lemos
Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar
Marcos Vinícius Ferreira Vilela

CAPÍTULO III - EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS: UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA 35

Raquel Aparecida Marra da Madeira Freitas
Daniela Rodrigues de Sousa
Cláudia Helena dos Santos Araújo

CAPÍTULO IV - CIÊNCIA, DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E PANDEMIA 48

Paulo Henrique Nico Monteiro
Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar
Jhonny David Echalar

CAPÍTULO V - INSEGURANÇAS SANITÁRIAS E PEDAGÓGICAS NO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS	63
<i>Natalia Carvalhaes de Oliveira Júlio César dos Santos (Júlio Vann)</i>	
CAPÍTULO VI - ARTE: ENTRE RESISTIR E SOBREVIVER	74
<i>Constantino Isidoro Filho Júlio César dos Santos (Júlio Vann)</i>	
CAPÍTULO VII - INSERÇÃO DE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA	88
<i>Jhonny David Echalar Daniela Rodrigues de Sousa</i>	
CAPÍTULO VIII PÓS-CORONAVÍRUS: OS PODEROSOS PLANEJAM O FUTURO	101
<i>Marilza Vanessa Rosa Suanno Júlio César dos Santos (Júlio Vann) Cláudia Helena dos Santos Araújo</i>	
CAPÍTULO IX - DIDÁTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	113
<i>Diene Eire de Mello Jhonny David Echalar</i>	
CAPÍTULO X - CIRCO: ARTE, CULTURA, EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL	124
<i>Maneco Maracá Júlio César dos Santos (Júlio Vann)</i>	

CAPÍTULO XI - O NEGACIONISMO COMO ARTEFATO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	133
<i>Adilson Jesus Aparecido de Oliveira Joana Peixoto</i>	
CAPÍTULO XII - DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA	145
<i>Rose Mary Almas de Carvalho Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar</i>	
CAPÍTULO XIII - POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PASSANDO A BOIADA	158
<i>Miriam Fábria Alves Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar</i>	
CAPÍTULO XIV - TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA E AS POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO HUMANA	168
<i>Caio Sgarbi Antunes Daniela Rodrigues de Sousa</i>	
CAPÍTULO XV - INDEPENDÊNCIA... PARA QUEM?	180
<i>Aléxia Pádua Franco Joana Peixoto</i>	
CAPÍTULO XVI - A PANDEMIA COLOCADA EM QUESTÃO: PRECARIIDADE, DESIGUALDADE E EXCLUSÃO	194
<i>Joana Peixoto Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar</i>	
MINICURRÍCULO DOS AUTORES	201

APRESENTAÇÃO

*Jhonny David Echalar
Marcos Vinícius Ferreira Vilela
Natalia Carvalhaes de Oliveira*

Apresentamos o segundo volume da obra *Matutando: diálogos formativos*, projeto que foi iniciado em 2020 por um grupo de professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) durante a pandemia da covid-19, como uma alternativa formativa no período em que as aulas foram transpostas, de modo emergencial, para o modo virtual síncrono (ensino remoto). No segundo semestre do referido ano, após recomposição da equipe, o programa foi institucionalizado como projeto de ensino no IFG e de extensão na Universidade Federal de Goiás (UFG). A institucionalização ocorreu devido às ações inerentes à realização desse tipo de programa terem passado a integrar as atividades do Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as Relações entre as Tecnologias e a Educação, Kadjót.¹

Salienta-se que o referencial teórico-metodológico adotado pelo grupo, o materialismo histórico-dialético, também fundamenta a organização e gestão do programa durante o período em que ficou sob a responsabilidade dos integrantes do grupo. Entre as diversas implicações dessa adesão teórica, destacamos as compreensões de que a educação é um direito fundamental da

1 Grupo cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP/CNPq). Mais informações podem ser acessadas no site <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1126225878380229>. Página do grupo: <https://kadjot.org/>.

humanidade, que deve ser acessado por todos, sendo essencial para a construção da emancipação dos sujeitos, e de que a tecnologia em si não é capaz de solucionar os históricos problemas relacionados à educação, visto que ela é um produto do trabalho acessado, em suas diferentes instâncias, de maneira desigual por parte da população.

Gostaríamos de salientar que, apesar de aqui nos colocarmos como organizadores, a presente obra é o resultado de um trabalho coletivo do Kadjót. Cada integrante do grupo, em algum momento, colaborou com a produção, execução, divulgação e audiência do programa, o que certamente aprimorou a qualidade dos diálogos apresentados. Nos capítulos 1 a 14 são apresentadas as transcrições adaptadas de entrevistas realizadas em quatorze diferentes episódios do programa. Na sequência, o capítulo 15 apresenta as considerações finais da obra e se dedica a fazer uma análise crítica dos temas que permearam os diálogos desenvolvidos nas entrevistas. As entrevistas foram transcritas, revisadas e autorizadas para publicação pelas(os) convidadas(as) e mediadores(as).

As quatorze entrevistas aqui reproduzidas são parte das séries 7 a 12 do *Programa Matutando*, realizadas no período de 12 de fevereiro a 27 de agosto de 2021. As referidas séries são: 7ª – *Os vírus que nos assolam*; 8ª – *Entre a vida e a economia*; 9ª – *Educação em tempos de pandemia*; 10ª – *Educação na pandemia: decifra-me ou te devoro!*; 12ª – *Educação na pandemia: matutar é preciso!*

Esta apresentação foi redigida em maio de 2023, após recente proclamação da Organização Mundial de Saúde (OMS) declarando o fim da covid-19 como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Todavia, isso não significa que a covid-19 deixou de ser uma ameaça à saúde global. É pertinente ressaltar que esse cenário não foi apenas uma crise sanitária, mas um evento que reverberou em estruturas sociais, de

tal modo que resultou em mais uma crise do capitalismo, a qual prejudicou principalmente a classe trabalhadora e aprofundou as desigualdades sociais.

Assim, cientes das limitações de acesso ao material virtual do Programa Matutando, entendido como recurso de formação aberta, a presente obra é publicada com livre acesso, no sentido de colaborar para a construção de uma educação norteadada pela emancipação dos sujeitos. Seguimos dialogando, porque MATUTAR É PRECISO!

CAPÍTULO I - OS VÁRIOS VÍRUS QUE NOS ASSOLAM¹

*Lia Calabre
Júlio César dos Santos (Júlio Vann)*

Estamos vivenciando, desde março de 2020, uma situação crítica em diversos sentidos. A crise sanitária provocada pelo novo coronavírus, que nos levou ao isolamento social e a medidas extremas nos diversos setores da sociedade, gerou outras crises, atingindo a economia, a educação, a arte, a cultura e a sobrevivência de muitos brasileiros, que tiveram que contar, por exemplo, com planos de auxílio emergencial para poderem comprar alimentos. Entretanto, esse não é o único vírus que nos assola. Antes disso, já se instalava no país um estado de coisas que trouxe doenças, se não físicas, éticas e sociais. É sobre isso que vamos matutar no nosso programa de hoje.

Dando início a mais uma série de programas, intitulada “Os vírus que nos assolam”, nos inspiramos em um artigo da convidada que estará conosco no programa de hoje. Ganhamos um pouco de esperança de sair da atual crise sanitária graças ao processo de vacinação, ora em andamento, mas, infelizmente, ainda temos muito a superar até podermos nos tranquilizar em relação a esse contexto.

¹ Programa transmitido pela TV UFG em 12/2/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/cxCU4Ahp-7M?feature=share>. Acesso em: 2 abr. 2024.

Além disso, a crise provocada pela covid-19 não corresponde ao todo da situação problemática que estamos vivenciando. Outros vírus vieram nos assolar, atacando diretamente os modos de ser e de viver da população brasileira, como a intolerância, a ignorância controlada, o obscurantismo, o negacionismo e o conservadorismo, que completam o movimento autoritário instalado nas esferas de poder. Temos discutido essa situação desde o ano passado, dizendo que a pandemia apenas acirrou uma situação que já se apresentava catastrófica para diversos setores da sociedade, com destaque para a educação, a saúde, a arte e a cultura, envoltas em um plano econômico que beneficia apenas o grande capital.

Quem vai falar conosco sobre esse assunto é a professora Lia Calabre de Azevedo. Ela é graduada em História pela Universidade Santa Úrsula, mestra e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Foi pesquisadora titular da Fundação Casa de Rui Barbosa. Atualmente é coordenadora da Cátedra de Políticas Culturais e Gestão na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), professora do Mestrado Profissional Memória e Acervos, da Fundação Casa de Rui Barbosa, e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, da Universidade Federal Fluminense. É autora de livros, artigos e materiais didáticos nacionais e internacionais sobre políticas culturais, com ênfase em políticas públicas de cultura.

Lia Calabre

Boa tarde! É uma enorme satisfação estar aqui. Eu gosto muito da expressão “matutar”, então, é muito bom estar aqui com vocês para matutar sobre as questões propostas. Espero que tenhamos um belíssimo programa.

Júlio Vann

O seu trabalho nos motivou a tratarmos, aqui no programa, de outros vírus que têm nos atacado neste momento, além do novo coronavírus, como foi muito bem argumentado por você em seu artigo “A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam”. Isso fez com que levantássemos questões para as quais buscaremos apontar algumas possibilidades de resposta. O coronavírus, como acreditamos, nós podemos superar através de vacinas e tratamentos médicos avançados, mas como vencer e, quiçá, exterminar a intolerância, o conservadorismo e o obscurantismo nestes tempos em que muitos querem fazer acreditar, por exemplo, que a terra é plana? Como podemos vencer esses vírus que são, ao que parece, extremamente contagiosos, pois infectam, inclusive, pessoas com alto nível de escolaridade e informação? Como podemos vencê-los?

Lia Calabre

O caminho está na produção de conhecimento em ambientes democráticos e na retomada de espaços efetivos de discussão e de difusão desse saber de maneira ampliada. Com esse conhecimento diverso, produzido circularmente, é que nós podemos vencer os vírus que nos assolam.

No campo das humanidades, nos últimos vinte anos (ou um pouco mais), foi imposto aos professores, pesquisadores e alunos uma lógica, um padrão produtivista (plenamente adequada a outras áreas do conhecimento científico) onde o mais importante passou a ser a quantidade de artigos publicados, em um ritmo pouco adequado ao tempo necessário para o amadurecimento das reflexões.

A busca por um conhecimento fácil e rápido e a necessidade de alguns grupos e pessoas de receber verdades e soluções acaba-

das são aspectos que, de alguma maneira, fortalecem o obscurantismo. Nós temos visto que as diversas áreas das humanidades (História, Sociologia, Antropologia e Filosofia) têm se empenhado em discutir profundamente o conceito de verdade absoluta. Enfim, olhando para a diversidade, a meu ver, um dos caminhos a serem trilhados para o fortalecimento do Estado democrático é o de perceber a história do pensamento humano. Ao revisitarmos a história do pensamento, percebemos alguns movimentos cíclicos de avanço científico seguido de descrença, intolerância e obscurantismo. Este último geralmente é sucedido pela retomada da democracia, e eu aposto na retomada de tempos mais democráticos.

Júlio Vann

É muito importante que as pessoas compreendam essas diferenças entre as áreas de conhecimento, como por exemplo a área de educação, das artes e da cultura. Neste momento, o setor artístico-cultural está enfrentando um momento bastante difícil e complicado. O distanciamento social provocou o fechamento dos espaços culturais e a busca por alternativas utilizando os meios audiovisuais afetou artistas de todas as linguagens. Mas, bem antes da pandemia, o setor cultural já se encontrava em dificuldades. Professora Lia, você poderia traçar um breve panorama dessa situação anterior à pandemia e como os movimentos de resistência já buscavam alternativas para essa crise, que foi acentuada pela covid-19?

Lia Calabre

É importante pensar que o Brasil é uma república federativa, então temos processos, sistemas e instituições de financiamento nos três níveis de governo. Existem financiamentos federais, estaduais e algumas experiências municipais muito interessantes. Quando consultamos os dados do IBGE, verificamos uma concen-

tração de investimentos municipais na função cultura. Claro, nós somos mais de 5000 municípios, então, se somarmos os orçamentos, percebemos esse volume de investimentos, assim como um somatório com experiências muito bem-sucedidas, sem desconsiderar que existem diferenças muito grandes entre eles. Por exemplo, temos a lei de incentivo ao teatro em São Paulo, que é uma lei muito interessante da Secretaria Municipal; a experiência do Fundo de Porto Alegre, que tem uma longa história; ou o Fundo de Cultura do Estado da Bahia, que promoveu, nos últimos quinze anos, um processo de centralização de recursos, chegando ao interior. Claro que nem tudo é maravilha! Nós temos uma série de vícios de concentração de recursos nas capitais, assim como nas áreas mais nobres das cidades. Porém, olhando para essa história, a partir dos anos 2000, também vemos um trabalho de algumas administrações em direção à descentralização desses recursos. Pensando a partir da perspectiva da democracia cultural, possuímos experiências anteriores, como Mário de Andrade, nos anos 1930, na cidade de São Paulo ou, ainda, na mesma cidade, na década de 1980, a gestão de Marilena Chauí, ambas consideradas paradigmáticas. A partir dos anos 2000, tivemos uma discussão efetiva sobre a regulamentação do direito à cultura. Entre 2003 e 2016 o setor cultural, ou melhor, o campo das políticas culturais, se desenvolveu no sentido de fazer valer o que está escrito na Constituição (Brasil, 2016) que cultura é direito de todos e o Estado tem o dever de garantir o acesso. Nós temos uma prática muito perversa no país, de direitos que são constitucionais, mas não se efetivam na realidade.

O trabalho de reconhecimento do patrimônio imaterial e da ampliação legal do conceito de patrimônio tem início ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O Ministério da Cultura, na gestão do Ministro Gilberto Gil, iniciou um intenso trabalho de reconhecimento da diversidade de atores que trabalham com cultura, dos diversos artistas, dos trabalhadores

da cultura, em diálogo com a própria ampliação do conceito de “cultura” operado pelo órgão. Tem-se, por exemplo, uma cadeia produtiva como a do teatro: os atores, os figurinistas, os iluminadores, os responsáveis pelo som, enfim, existe uma cadeia gigantesca de trabalho que envolve muitos profissionais de diversas áreas. Podem ser encontrados nessas cadeias diferentes profissionais que utilizam desde tecnologias de última geração até as mais tradicionais. Assim, o mapeamento desse quadro vinha provocando um processo crescente de diversificação do investimento em cultura por parte dos governos. No governo Temer, passamos a viver a retração dessa política, com a drástica redução dos investimentos. Também é fato que toda vez que algum tipo de crise institucional se instaura, a cultura é quase sempre uma das primeiras áreas atingidas, quando se faz restrição orçamentária. É como se a cultura não fosse direito, não fosse algo fundamental, ao contrário, ela é pensada como uma perfumaria ou, como alguns dizem, a cereja do bolo.

Se entendemos que estamos usando a expressão “cultura” de uma maneira ampla, em uma perspectiva antropológica, então nos referimos ao conjunto de saberes e fazeres do cotidiano, da vida, dos modos de viver das populações.

Esse quadro de esvaziamento das políticas culturais veio se agravando muito de 2016 para cá. Os orçamentos foram reduzidos, mecanismos desativados, fundos esvaziados, recursos que eram obrigatoriamente destinados que não chegaram. Isso impacta diretamente das dinâmicas do setor. Estudos nos mostram o efeito do “desinvestimento” na produção cultural, seja de espetáculos, de livros, de exposições, de produções cinematográficas, mas também no artesanato, nas manifestações populares. Estamos falando aqui não só do campo dos fazeres artísticos, do campo dos espetáculos, mas também da folia de reis, do circo mambembe, do coco, do rap, das festas populares,

das manifestações culturais urbanas. Estamos falando de um amplo conceito de cultura. Então, tivemos um impacto no setor como um todo, um impacto negativo, quase como uma espécie de cruzada contra a cultura, em um discurso de desvalorizar e de desqualificar um trabalho que é imenso, intenso e, muitas vezes, altamente especializado.

A partir disso, eu vou fazer um parêntese para um outro exemplo. Quando pensamos nas escolas de samba do Rio de Janeiro, vemos que elas são como fábricas que trabalham o ano inteiro, por trás do espetáculo mágico de um desfile. O espetáculo começa quando os trabalhadores remontam os carros alegóricos, quando os carpinteiros, os soldadores, os pintores começam o trabalho, incluindo o cenógrafo, as costureiras, as bordadeiras. Desse modo, existe uma estrutura gigantesca por trás do espetáculo, que é igual, respeitadas as proporções, à Saída de um Boi. Há também as bordadeiras, as costureiras, os cenógrafos. Vemos todo um trabalho de um conjunto diversificado de trabalhadores da cultura.

Na verdade, todo esse múltiplo conjunto de trabalhadores da cultura lutou contra um processo de desqualificação do trabalho artístico-cultural, que é fundamental e alimenta uma cadeia gigantesca, incluindo também o turismo, por exemplo. A cultura é o que nos representa e nos faz ser o que somos. Então, houve toda essa gama de cidadãos que foi atingida pelas reduções, alterações e perseguições sofridas na área da cultura, já a partir do governo Temer.

Alguns projetos fundamentais, como o dos pontos de cultura, foram esvaziados ou descontinuados. Se pensarmos na indústria cultural, tínhamos o cinema brasileiro como uma área que crescia e começava a alcançar o mercado internacional, participando de mostras e ganhando prêmios. Havia um esforço para que a música e as artes plásticas brasileiras igualmente chegassem ao mercado internacional.

Bem, todo o empenho de apoio aos setores culturais por parte do governo federal, seja financeiro ou político, burocrático ou institucional, foi diminuído até praticamente desaparecer. Essa era já a situação quando o vírus chegou ao país. Por esse motivo, financiamentos coletivos, pré-venda, programas de fidelidade e outras inúmeras maneiras de tentar garantir a produção já vinham sendo praticadas pelo setor artístico.

Não podemos deixar de assinalar, também, que muitos governos municipais e alguns estaduais mantiveram e ampliaram seus programas de apoio local à cultura.

Júlio Vann

O setor cultural brasileiro sempre teve dificuldades de financiamento e investimento em suas atividades, principalmente se pensarmos na arte fora do caráter de entretenimento. Muitos artistas têm sobrevivido através das leis de incentivo, dos fundos de cultura e projetos culturais financiados por bancos e grandes empresas de comunicação. A redução, quando não a extinção desses incentivos, tem provocado alguma mudança nos modos de produção da arte e da cultura no Brasil?

Lia Calabre

Bom, é importante nos atentarmos para o fato de que o financiamento à cultura é realizado pelos três níveis de governo. A lei de incentivo ao teatro de São Paulo, por exemplo, é muito importante. O fundo de cultura de Porto Alegre é fundamental para o estímulo da produção cultural local, assim como o Fundo de Cultura da Bahia ou o do Distrito Federal. Logo, não temos somente fundos e leis federais.

A questão é que o incentivo à cultura por parte do governo federal cresceu e foi aprimorado durante a gestão dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira. Houve um grande estímulo (com o uso

da lei e sem ela) para que as empresas, estatais ou não, investissem na cultura. Havia todo um trabalho de valorização do campo cultural, com foco na diversidade de saberes e de fazeres. Houve uma ampliação efetiva da ação do governo federal que também estimulou ainda mais a realização de programas, projetos e políticas pelos governos estaduais e municipais.

Já no governo do Presidente Temer, a partir de 2016, iniciou-se um processo de diminuição tanto do investimento financeiro do governo federal, como da valorização dos fazeres culturais, das ações participativas na construção das políticas para o setor. Esse quadro se agravou muito com o atual governo que, efetivamente, iniciou uma espécie de cruzada contra a cultura, desqualificando verbalmente os diversos trabalhadores da cultura, retirando recursos da área, criando diversos impedimentos e dificuldades para que os mecanismos existentes até então pudessem continuar funcionando.

Sem dúvida, isso impacta no volume da produção de espetáculos, de livros, de exposições, de produções cinematográficas, mas também de artesanato, de festas populares. Há uma redução na produção do setor, que seria gravemente impactada pelo processo de isolamento social provocado pela pandemia.

Júlio Vann

É impossível falar de arte e cultura sem falar de política, em sentido amplo e, também, localizado. Neste momento, qual tem sido a contribuição mais importante dos artistas em relação ao estado de consciência no qual se encontra a população brasileira, quando ainda há uma grande parcela apoiando o governo, apesar de todas as ações e atitudes que temos assistido e vivido no dia a dia?

A arte e a cultura, a todo tempo, nos convidam a exercer nossos direitos de cidadãos, de habitantes da pólis. A ligação dos movimentos artísticos às lutas pelos direitos é histórica. Acho que podemos lembrar a importância do engajamento da classe artística na luta pelo meio ambiente, pela preservação das florestas, pela não privatização dos mananciais de água. Os artistas têm exercido um papel fundamental no sentido de denunciar, seja com campanhas mais explícitas, seja em suas músicas, peças, filmes, romances, contos e poesias, os ataques contra os direitos.

A prática da arte e da cultura deve se fazer com liberdade de criação e, para isso, é necessária a existência de um regime democrático.

A complexidade maior nessa discussão está relacionada ao fato de a área da gestão pública incorporar o conceito de cultura ampliado, não restrito ou reduzido às linguagens artísticas, ao entretenimento, ao lazer. A cultura a que o princípio constitucional se refere deve ser pensada de maneira ampla e tendo clareza de que a responsabilidade pela efetividade de tal direito extrapola os limites de ação do extinto Ministério da Cultura e atual Secretaria Especial da Cultura, vinculada ao Ministério do Turismo. A valorização e o reconhecimento dessa cultura, no seu sentido mais amplo, favorecem uma atuação pública que vise o aumento da qualidade de vida da população.

Fazer pensar criticamente é uma das funções da arte. Não é sem motivo que o governo atual trava uma guerra contra o campo das artes e da cultura, chamando os trabalhadores da cultura de “vagabundos”, dizendo que eles só vivem de explorar o estado. Vivemos um tempo em que a crítica e a reflexão não são bem-vindas. A irracionalidade, o obscurantismo e o autoritarismo não conseguem conviver com a liberdade de expressão, com a crítica

aberta, com o debate de ideias e com a diversidade de pensamentos, próprios das artes e da cultura.

Júlio Vann

A maior parte dos artistas e trabalhadores da cultura, neste momento de distanciamento, estão realizando seus trabalhos através de meios digitais. Muitos dizem que essa alternativa permanecerá ativa mesmo após o fim da pandemia. Professora Lia, como você vê essa situação quando considera o campo cultural como um agente ativo no processo de luta democrática no país? Em seus escritos, você se refere, por exemplo, à luta contra o golpe de 2016 e à contestação do governo Temer entre 2016-2018. E agora, durante a gestão do governo atual, a resistência permanece?

Lia Calabre

A resistência permanece. A decretação do isolamento gerou um conjunto de sentimentos que iam do medo, ou mesmo do pânico, à depressão. Um dos maiores alentos para as pessoas que estavam confinadas em suas casas foram as inúmeras atividades artísticas e culturais que começaram a ser produzidas e veiculadas nas redes. O movimento foi plural. Tivemos desde artistas (tanto amadores como profissionais) que gravavam seus vídeos caseiros e os colocam para circular nas redes, até grandes produtoras que começaram a liberar o acesso a diversos produtos de seus catálogos, muitas vezes colocando os materiais em plataformas de maneira livre e gratuita. Nos primeiros meses da pandemia, a produção cultural que circulou nas redes surgiu como um bálsamo aos males do isolamento, da solidão, trazendo à tona uma face mais humana das sociedades e preenchendo o vazio da ausência do contato presencial.

Entretanto, as formas de sobrevivência e as fontes de renda da maioria dos trabalhadores da cultura haviam desaparecido. Com

a perspectiva de prolongamento do período da pandemia, artistas e movimentos sociais se aproximaram do poder legislativo para buscar soluções e ocupar o vazio deixado pela falta de ação do governo federal. O resultado foi a lei emergencial da cultura Aldir Blanc. Esse processo termina por reativar fóruns e encontros, agora virtuais, da sociedade civil na luta pelos direitos dos trabalhadores culturais.

Júlio Vann

A vacina chegou e isso trouxe alento e esperança de que, em breve, poderemos retomar nossas vidas. Porém, ainda temos muitos desafios pela frente, porque, como bem disse a Professora Lia, são muitos os vírus que nos assolam. A maioria deles não se cura com vacinas, mas sim com um projeto de sociedade que, no mínimo, respeite os direitos de todos à saúde, educação, arte, cultura, emprego, renda e condições adequadas de vida. As reflexões da Professora Lia no nosso programa de hoje nos ajudaram a compreender um pouco mais sobre a importância da arte e da cultura na nossa existência, como nação, como povo e como sujeitos que somos.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 [...]. Brasília: Senado Federal; Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

Indicações de Leitura

CANEDO, Daniele Pereira; NETO, Carlos Beyrodt Paiva (coord.). *Pesquisa impactos da covid-19 na economia criativa: relatório final de pesquisa*. Salvador: Observatório de Economia Criativa; Santo Amaro: UFRB, 2020. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/proexc/economiacriativa-covid19/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

CALABRE, Lia. A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam. *Extraprensa*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 7-21, jan. jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/170903>. Acesso em: 19 mar. 2024.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Capitalismo, coronavírus e cultura: entre a pandemia e o pandemônio*. In: Aldeia Nagô (site). [S.l.], 26 abr. 2020. Disponível em: <http://aldeianago.com.br/nossos-baianos/23605-capitalismo-coronavirus-e-cultura-entre-a-pandemia-e-o-pandemonio-por-antonio-albino-canelas-rubim>. Acesso em: 6 maio 2024.

CAPÍTULO II - SOS SAÚDE PÚBLICA¹

*Cristiane Lopes Simão Lemos
Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar
Marcos Vinícius Ferreira Vilela*

A pandemia da covid-19 ainda não acabou. Temos um número alto de contaminados e mortos no Brasil e um sistema que privilegia a economia e não as vidas. Prova disso é a tentativa de normalizar a grave crise sanitária que vivemos com a abertura das escolas, comércio, igrejas, festas etc.

Todo o descompromisso com o momento que vivemos impacta o Sistema Único de Saúde (SUS), que faz o atendimento emergencial da grande maioria da população brasileira. O que é o SUS, afinal? Quais as atividades vinculadas à promoção da saúde coletiva que esse sistema desenvolve? É sobre isso que vamos dialogar no nosso programa de hoje.

O “Programa Matutando: diálogos formativos”, em sua sexta série de entrevistas, se propõe a matutar sobre “Os vírus que nos assolam”, em seis episódios, explorando as múltiplas determinações que estão associadas ao contexto da pandemia. No primeiro programa desta série, falamos sobre os vírus que atingem a cultura e a arte, o vírus da ignorância e do descaso social. Para falarmos mais especificamente sobre o coronavírus como uma questão de saúde pública que afeta a nós todos e o modo com

¹ Programa transmitido pela TV UFG em 19/2/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IclJTvrYXw8>. Acesso em: 2 abr. 2024.

que as políticas e ações para o setor, hoje em crise, têm colocado milhares de famílias brasileiras em situação de tragédia, de luto e desespero, convidamos a professora Cristiane Lemos.

A professora doutora Cristiane Lopes Simão Lemos é formada em Odontologia, com mestrado e doutorado em Educação. É docente no Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás (ICB/UFG), compõe a diretoria ampliada do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes), desde 2020, e é pesquisadora dos mestrados profissionais em Saúde Coletiva e em Ensino em Saúde na UFG.

Professora Cristiane, já há algum tempo vivemos uma crise humanitária, política, econômica e educacional sem precedentes em nosso país, a qual foi agravada pela pandemia da covid-19, mas que, sabemos, não foi necessariamente provocada por ela. Temos, no Brasil, mais de 220 mil brasileiros mortos em consequência da contaminação pela covid-19. Além disso, nos falta um projeto para uma sociedade mais justa, coletiva e humana, piorando ainda mais a situação.

O mundo vive a segunda onda de contaminação e não sabemos nem se saímos da primeira, mas o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE Goiás) emitiram resoluções no final de 2020 que viabilizam o retorno presencial às aulas. Isso se deu em razão de pressões econômicas gerais. Um estudo recente da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD, 2020) informa que a paralisação das aulas leva a uma queda de 1,5% do PIB mundial (15 trilhões de dólares). Logo, as escolas são fator importante de propagação econômica.

Se agora iniciamos o processo de vacinação, sabemos que ainda estamos muito distantes de uma situação de segurança e normalidade. A senhora, como estudiosa da área de saúde pública, pesquisadora e mãe, acha viável colocar estudantes e professores

nos espaços escolares, no contexto de uma doença tão contagiosa, sem antes efetivarmos a vacinação?

Cristiane Lemos

Então, você conseguiu contextualizar bem a situação e, ao ouvirmos, ficamos com o coração apertado! Não dá para banalizar a morte, todavia, na medida em que abrimos o Facebook e as demais redes sociais, nós percebemos que estamos perdendo muita gente, ao mesmo tempo em que surge uma falsa percepção de normalidade. Todavia, não podemos aceitar isso, não é? Eu estou ficando arrepiada ao falar sobre isso, porque é muito sério.

Nós vimos, no decorrer da pandemia, diversas loucuras e confusões. É óbvio que o ideal seria que a sociedade estivesse atenta às orientações baseadas nas ciências, todavia, infelizmente, nem sempre isso ocorreu. Houve grupos de pessoas que chegaram a dizer que era melhor que, em plena pandemia, saíssemos para trabalhar e voltássemos à normalidade, pois essa doença não passava de uma “gripezinha passageira”. Há também quem defendeu a volta à “normalidade” pautados pela referência da “imunidade de rebanho”. Todavia, apesar de todos esses discursos, o que se percebeu foi que apenas o isolamento social e o uso de máscaras foram as medidas eficazes e que realmente trouxeram resultados. Hoje, não há dúvidas de que a única solução para controlar o coronavírus são as vacinas. Porém, ainda neste momento, a imunização da população ainda está muito distante do ideal.

Por conta desse cenário, considero um grande equívoco a volta às aulas presenciais neste momento. As pesquisas sobre a pandemia no Brasil e no mundo em geral estão apontando para os problemas desse retorno. É compreensível que muitos pais queiram que haja a retomada das aulas presenciais, apesar de terem medo, considerando as inúmeras dificuldades que estão enfrentando para manterem seus filhos em casa. Tenho conhe-

cidos que relatam a dificuldade de precisarem voltar a trabalhar presencialmente e não terem com quem deixar os filhos. Outro problema complicado é a questão da saúde mental de quem está há muito tempo preso em casa. Para as famílias mais carentes, o cenário é ainda mais desafiador, visto que muitas vezes a escola também é o local de acesso à alimentação, mas acredito que só poderemos pensar nessa questão da volta às aulas a partir de um diálogo sério entre os conselhos de educação e as pessoas que vivem na escola, ou seja, os sujeitos que realmente vivenciam essa realidade e a compreendem.

Não pode ser algo de cima para baixo, um ato político que busque agradar um setor específico da sociedade. Como você bem diz, o isolamento social afeta a economia sim, mas tudo o que foi feito de errado também a atinge. Com certeza, o negacionismo e as *fake news* relacionadas à pandemia trazem um grande atraso para a resolução do problema. Sabe-se que, nos países que fizeram um planejamento correto, a economia já está sendo retomada. Então, é dar um “tiro no pé” ser contrário ao isolamento social e considerar que esse é o único obstáculo à retomada da economia. As estatísticas, os estudos e a realidade estão deixando claro que o correto é seguir as orientações científicas.

Adda Echalar

Professora, falando em ciência e no processo de pensar a saúde, sabe-se que o SUS é uma referência internacional, pela extensão do atendimento oferecido ao público e a quantidade de serviços que abarca. Sei que, tendo ou não plano de saúde, fazemos muitos usos do Sistema Único de Saúde ao longo de nossa vida. O que a senhora pode falar sobre o SUS, os serviços prestados à toda população brasileira e sua importância? Sobre o que trata os seus projetos denominados “Pequi com SUS” e “SUS além da mídia”?

Cristiane Lemos

Então, esse é o tema que eu mais amo falar, então, eu agradeço esse espaço para novamente retomar a discussão do SUS. Geralmente, é no espaço da universidade, do meio científico, que existe abertura para falar desses temas.

Atualmente, a discussão do SUS se ampliou na academia. Esse grande mal, a pandemia, fez ressuscitar a importância do serviço público que, de forma geral, é muito malvisto e atacado. No imaginário da população, muitas vezes, o funcionário público é aquele trabalhador tranquilo que tem benefícios demais demais. No entanto, a pandemia veio para mostrar que a conjuntura é bem diferente. Tornou-se bem perceptível a importância das políticas públicas na vida da população brasileira. É justamente o funcionário público que tem feito a diferença entre a vida e a morte.

Podemos destacar, neste período da pandemia, o papel importante do Instituto Butantan e da Fiocruz, que estão produzindo as vacinas, do Ministério da Saúde e das secretarias de saúde. Assim, o que eu quero dizer é o seguinte: “De cada dez brasileiros, dez usam o SUS”. Quem já assistiu às minhas entrevistas antes pode achar repetitivo, mas eu gosto de insistir neste dado. E eu digo que usam sim! Todos usam o SUS. Desses dez, cerca de 7,5% dependem exclusivamente da assistência à saúde. Isso é um fato desconhecido por muitos. Eu comentava em alguns espaços e até profissionais de saúde riam de mim. Eles diziam: “eu não uso o SUS”. Isso se deve ao fato das pessoas associarem o SUS ao tratamento de doenças no “postinho” e no hospital público.

É bom lembrar que o SUS não é só assistência. Eu vou esclarecer para quem nunca refletiu bem sobre isso. O Sistema Único de Saúde não pode ser considerado um “grande plano de saúde”, como alguns dizem. O SUS é muito mais que um plano. Por quê? Porque ele produz vacinas. O Butantan é um produtor de vacinas

que pertence ao SUS. Ele possui pesquisadores que produzem medicamentos e vacinas. Pensando na rua de casa, o “fumacê” da dengue também é do SUS. A água que eu estou bebendo aqui tem flúor, também é SUS. No supermercado, tem a Associação Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que fiscaliza os produtos que compramos. Precisou de um transplante, a maioria deles é feita pelo SUS. A lista não acaba facilmente! A amplitude de ações do Sistema Único de Saúde é de se perder de vista!

O SUS abrange um grande sistema e muitas ações. Por isso, somos categóricos em dizer que todo mundo utiliza esse sistema. A visão de que “não usa o SUS” é uma visão de quem ainda não tem esse conhecimento e é ignorante sobre esse tema. Sobre os meus projetos, eles foram criados para desmistificar essa visão de que o SUS é ruim.

Eu não vou vir aqui para dizer que o SUS é perfeito e 100% eficiente. Ele tem uma série de desafios. Todavia, o SUS tem muitos aspectos positivos que as pessoas não conhecem. A pandemia acelerou esse processo de conhecimento da população sobre os pontos positivos do SUS.

Antes da pandemia, nós ficamos muito mais escondidos, sabe? Só comparando para entendermos, e nós vamos falar sobre isso no decorrer da entrevista. Na Inglaterra existe um SUS, mas as pessoas nem têm noção disso. Tem gente que acha que nos Estados Unidos há saúde pública e de qualidade. Não há. Então, assim como eu sou ignorante em diversos assuntos, eu percebo que muita gente que opina na internet não estudou, não leu e opina sem saber. As pessoas trazem muitas experiências ruins que elas podem ter tido de forma muito pontual, na maioria das vezes. Os aspectos bons não aparecem. Por isso, a ideia dos projetos “SUS além da Mídia” e “Pequi com SUS” dos quais nós vamos falar mais um pouco no decorrer do programa.

Adda Echalar

Professora Cristiane, a sua fala, a avaliação que a senhora faz do SUS enquanto uma política pública em um país tão desigual como o nosso, já nos suscita uma série de reflexões. Os hospitais estão sob a gestão de organizações sociais, o que é parte de um evidente projeto de desmonte do que é público no Brasil, evidenciando a preocupação primeira com o capital para só depois se pensar na vida daqueles que dependem da saúde pública. Precisamos gritar: “SOS SUS”, “SOS SAÚDE PÚBLICA” no Brasil?

Cristiane Lemos

Sua pergunta é bem interessante e ela precisa ser contextualizada historicamente.

O SUS foi criado em 1988 e o modelo de sistema universal também existe em países capitalistas, como no Canadá. É claro que mudam os nomes. O sistema existe com um outro modelo na França, na Inglaterra, na Austrália, na Itália. Isso varia. Difere, também, a forma como ele é organizado, mas a ideia central que o SUS traz é que “saúde não é mercadoria”, ou seja, a saúde não é algo que escolho comprar, como um carro ou uma bicicleta. Se o sujeito adoce, é direito de dignidade humana que ele tenha acesso gratuito ao tratamento, em uma perspectiva da integralidade da atenção. Dessa maneira, a lógica do SUS é maravilhosa. Ele certamente foi um grande passo na garantia do direito à saúde.

Ele não surgiu de um decreto governamental. Não esperemos que um governante acorde de bom humor e diga “ah, vou criar um SUS. Vou destinar um financiamento à saúde do povo”. Não é assim! O Sistema Único de Saúde é fruto da organização e mobilização popular pelo direito à saúde. É por isso que me identifico com a militância pela defesa da saúde, porque conheço bem esse processo histórico e sei que, para o SUS se consolidar, ainda precisa ter muita luta!

É importante resgatar a memória de que, antes do SUS, só tinha acesso à saúde quem tinha carteira assinada e era vinculado ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). Imagine isso hoje, em que parte expressiva da população não tem carteira assinada. Ela ficaria no limbo, sem nenhum acesso à saúde. Então, inserir esse direito na Constituição Federal foi algo maravilhoso, articulado por intelectuais e trabalhadores da saúde em movimentos sociais que sonhavam com um Brasil diferente.

Por meio do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), nós continuamos com essa luta. Acreditamos que o acesso à saúde é um direito de todos e não aquela coisa “bonitinha” para falar no dia da política. Nesse contexto, vale a pena gritar SOS SUS? Sim! Porque o SUS, desde a sua criação, sofre de um subfinanciamento crônico. O recurso federal é um dos principais problemas.

Só para entrar na questão das Organizações Sociais (OS), porque eu sei que ainda vamos discutir outros aspectos, destaco que as OS surgem no contexto de negar a realidade do subfinanciamento e colocar toda problemática no modelo de gestão. Isso é uma estratégia baseada na lógica neoliberal que, no contexto do “estado mínimo”, quer enxugar os recursos da saúde, trazendo as referências privatizantes. Todavia, a realidade das OS está mostrando que, na prática, não é bem isso.

Essas OS têm se mostrado ineficientes e exploradoras da mão de obra do trabalhador. Há estudos comprovando que os trabalhadores da saúde têm adoecido mais. Amplia-se os processos de precarização, visto que não há mais obrigatoriedade de concursos e quem está “pagando o pato” é o trabalhador. Recorrentes casos de corrupção têm aparecido na mídia. Quem tiver a oportunidade, pesquisa no Google o termo “OS”. Há casos de corrupção em todo o país. No Rio de Janeiro estão até recuando e dissolvendo essas instituições.

Aquele “canto de sereia” sobre as vantagens das OS na saúde, sendo Goiás um modelo a ser seguido e havendo tentativas de implementá-las até mesmo na educação durante a gestão do governador anterior, trata-se de uma falácia. As pesquisas já mostram que os trabalhadores que estão nessas condições têm dito que as OS são um grande problema. Eles trabalham numa lógica que não é a do SUS, sob uma perspectiva meritocrática. Há problemas também nos atendimentos, tais como filas imensas, que agora são virtuais e não visíveis a olho nu. Há, por exemplo, a seleção de casos de pacientes que serão atendidos de acordo com a meta do hospital. É a lógica empresarial e mercadológica, baseada no princípio do lucro, o qual se distancia, e muito, dos princípios do SUS.

Adda Echalar

Professora Cristiane, um dos serviços do SUS é a vacinação. A vacina é um produto oriundo de um processo científico longo, rigoroso e que nos garantiu muita qualidade de vida nas últimas décadas, pois evitou que a população adoecesse, morresse ou tivesse sequelas das doenças pelas quais foi acometida. O que a senhora pode nos falar sobre as políticas para produção de vacinas contra a covid-19?

Cristiane Lemos

Afirmo que as vacinas produzidas contra a covid-19 são a solução mais eficiente para conter essa doença. Eu espero que todo mundo que esteja nos ouvindo tenha essa clareza, porque, infelizmente, não é esse o entendimento majoritário, principalmente em Goiás, um estado conservador e que tem muitos eleitores do atual presidente. Para quem ainda está em dúvida, leia e observe o que está ocorrendo pelo mundo. Israel, por exemplo, é um país que vacinou boa parte da população e já se percebeu, claramente, que o número de internações de idosos diminuiu.

Quando eu lembro das minhas amigas que já estão com os pais na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), penso que deve ter pessoas nos assistindo que também estão nessa situação. Dessa forma, elas já compreendem a importância das vacinas. Considero que o negacionismo prejudicou muito o nosso país. A ignorância mata tanto quanto o vírus.

O Brasil tem condições de produzir e distribuir vacinas de forma rápida, uma coisa que o Canadá, por exemplo, consegue fazer com a mesma agilidade, ou seja, nós temos que nos orgulhar, pois temos o Butantan, a Fiocruz e, se tivéssemos um bom planejamento, uma boa política pública articulada, nós conseguiríamos fazer isso de forma eficiente. Todavia, o que nós percebemos é que isso não está acontecendo.

Houve negacionismo até do governo, o qual chegou a financiar a compra e distribuição de medicamentos que não possuem eficácia comprovada contra a covid-19. Isso é muito sério. Dessa forma, teremos que nos mobilizar e exigir a compra e a distribuição da vacina de forma rápida. Quanto mais demorar a imunização, mais lento será o retorno presencial para a escola e a população ficará ainda mais exposta para contrair e, até mesmo, morrer em decorrência dessa doença.

Então, o motivo de as pessoas não compreenderem que há um genocídio em curso no país se deve ao fato de desconhcerem a grande experiência e a capacidade que o SUS tem com a vacinação. O atraso na compra e distribuição da vacina não pode ser aceito de forma alguma. Deve haver, neste momento, a adoção de políticas planejadas e articuladas. Temos também a necessidade de ter, nessa frente, técnicos comprometidos e competentes para conter o vírus.

Adda Echalar

Professora Cristiane, eu gostaria, ainda, de poder conversar com a senhora sobre as *fake news* que a senhora citou, as pseudociências e o caso do tratamento precoce, que é um desserviço ao processo científico sério e compromissado que temos em larga escala dentro de nossa universidade, aliás, em todas as universidades públicas do país. Todavia, infelizmente, o nosso tempo é curtinho. O nosso “matutar” é rápido para poder deixar aquele gostinho de quero mais. Dessa forma, eu gostaria de abrir a palavra para que a senhora pudesse fazer uma fala de encerramento e já agradecer a sua disponibilidade e parceria. Com certeza temos um direito pelo qual lutar no nosso país.

Cristiane Lemos

Adda, vamos matutando, porque é matutando que chegaremos lá. Eu estou em grupos de WhatsApp de bairro e sou uma combatente das *fake news*. Às vezes muita gente acha que é exagero, mas afirmo que as *fake news* matam. Já ouvi relatos de filhos dizendo que os pais acreditaram em alguma falsa notícia e não se trataram ou não receberam tratamento adequado contra a covid-19.

Gostaria de usar esse tempo final para falar sobre o projeto “Pequi com SUS” e do projeto “SUS além da mídia”, dos quais eu disse que iria falar. Por que “Pequi com SUS”? Pequi tem tudo a ver com o imaginário goiano, porém, quando trazemos o “pequi” para o contexto brasileiro, percebemos que ele não tem a ver apenas com isso. A nossa ideia foi trazer esses assuntos que, *a priori*, estão muito restritos ao ambiente acadêmico, para serem discutidos com o “povão”, porque tragédia todo mundo assiste, todavia, quando se trata de algo voltado à ampliação do conhecimento, especialmente sobre o SUS, não é algo tão simples. Então, o nosso desafio está sendo essa educação popular em defesa do

SUS. População, nós precisamos defender o nosso SUS. O nosso financiamento é muito aquém quando comparado com a maioria dos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O equivalente a cerca de 9% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro tem sido destinado ao consumo final de bens e serviços de saúde, mas, desse montante, os gastos específicos com saúde pública são poucos. Ainda gastamos muito com saúde privada, com cesariana e outros procedimentos questionados em outros países. Assim, o desafio é direcionar gastos com a saúde pública, a qual não se resume em apenas assistencialismo hospitalar. O grande foco do planejamento do SUS deve ser em atenção básica, com ênfase em ações preventivas. Lembro também que a saúde é determinada socialmente e está relacionada às políticas sociais e econômicas, tendo como determinantes: moradia, emprego, educação, lazer, posse de terra, entre outros.

Vocês viram que Cuba não tem mais mortes por covid-19 há duas semanas? Saúde pública, mesmo em países que não são ricos, tende a trazer resultados positivos, principalmente quando se concentra ações na prevenção. Mas, neste finalzinho, é importante destacar que a principal luta que temos atualmente é reverter a Proposta de Emenda à Constituição nº 95 (PEC 95), do governo Temer, conhecida como PEC da morte, que congelou recursos da saúde e educação por vinte anos, podendo ser considerada o maior ataque ao SUS desde a sua criação. Deixo o desafio enorme para vocês irem matutando uma forma de enfrentarmos essa realidade!

Adda Echalar

Professora, temos que fazer um esforço na defesa dos direitos de todos e todas.

Referências

OECD. *Education at a Glance 2020*. [S.l.]: OCDE, 2020. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2020/09/EAG_2020_V2.pdf. Acesso em: 6 maio 2024.

Indicações de Leitura

INSTITUTO DE PATOLOGIA TROPICAL E SAÚDE PÚBLICA. *In: Virtual Café Cebiano*. [S.l.], 16 jul. 2020. Disponível em: <https://iptsp.ufg.br/n/130832-cafe-cebiano-virtual?atr=en&locale=en#home>. Acesso em: 19 mar. 2024.

LEMOS, Cristiane Lopes Simão. Educação permanente em saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente? *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 913-922, mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fjKYMRN6cVdt3SrJqrPhwJr/?lang=pt#>. Acesso em: 19 mar. 2024.

LEMOS, Cristiane Lopes Simão. *Joga pedra no SUS/Geni!? O papel da mídia em tempos de pandemia de Covid-19*. [S.l.], 13 ago. 2020. Disponível em: <http://cebes.org.br/2020/08/joga-pedra-no-sus-ge-ni-o-papel-da-midia-em-tempos-de-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

CAPÍTULO III - EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS: UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA¹

*Raquel Aparecida Marra da Madeira Freitas
Daniela Rodrigues de Sousa
Cláudia Helena dos Santos Araújo*

Pandemia é quando uma enfermidade atinge muitos indivíduos ao mesmo tempo, de forma amplamente disseminada. A pandemia da covid-19 não é a única que se impõe à população mundial. Temos, entre outras, a fome, a violência, a desigualdade social, a crise ambiental e sucessivos ataques à democracia. A covid-19 acirrou problemas preexistentes na sociedade capitalista.

Os vírus que nos assolam são muitos. Eles são associados, se desenvolvem mutuamente e estão ligados ao modo de produção social da vida humana e, conseqüentemente, às condições materiais de existência do homem. Como esse contexto incide sobre a educação? Qual a relação entre educação, ciências e saúde pública? Como explicar os retrocessos em saúde e educação, mesmo com o desenvolvimento científico, tecnológico e civilizatório já alcançado? Fique conosco para conversarmos sobre essas e outras questões.

¹ Programa transmitido pela TV UFG em 26/2/2021. Disponível em: <https://youtu.be/Hc5BfjYXjnU>. Acesso em: 2 abr. 2024.

Daniela Sousa

Sou Daniela Rodrigues de Souza, professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) e pesquisadora do Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as relações entre as Tecnologias e a Educação, o Kadjót. Esta é a terceira de uma série de seis programas sobre o tema “Os vírus que nos assolam”. Nos programas anteriores, conversamos com Lia Calabre sobre os vírus que nos assolam na arte e na cultura e com Cristiane Lemos sobre a atual situação da saúde pública.

Nossa vida está correndo perigo. A ameaça não se reduz à presença do vírus da covid-19. Diversas questões de natureza social são definitivas para o enfrentamento da doença e de problemas preexistentes que influenciam o curso da pandemia. Exigências como lavar as mãos com frequência, fazer isolamento/distanciamento social, usar álcool em gel e usar máscara esbarram nas condições de vida de grande parte dos brasileiros e na ausência de direitos básicos como moradia, alimentação, higiene, saúde, educação, entre outros.

Dessa forma, para falar sobre o tema “Educação e ciências: uma questão de saúde pública”, o Programa Matutando trouxe a professora Raquel Aparecida Marra da Madeira Freitas. Ela é doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG), com bacharelado e licenciatura em Enfermagem também pela UFG. Atua como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação, no mestrado e doutorado, e docente colaboradora no Mestrado em Atenção à Saúde, ambos da PUC Goiás. Na Faculdade de Inhumas, atua como docente permanente no Programa de Pós-graduação em Educação. Coordena a equipe editorial da *Revista Educativa* da PUC Goiás. Integra o conselho consultivo da *Revista Obutchénie* e da *Revista Brasileira da Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural*. Atua, ainda, como reviso-

ra de periódicos científicos da área da educação. É vice-líder do grupo de pesquisa Teorias da Educação e Processos Pedagógicos. Realiza estudos e pesquisas na concepção histórico-cultural e do Ensino Desenvolvimental.

Raquel, muito obrigada por estar aqui conosco. É um prazer matutar com você.

Raquel Freitas

Obrigada pela oportunidade de estar aqui no Programa Matutando e com todos que nos acompanham nesse momento. É uma alegria para mim.

Daniela Sousa

O conceito de saúde e de saúde pública são construções históricas e, portanto, não são neutros. Considerando que nós vivemos em uma sociedade capitalista, esses conceitos atendem ao interesse de um grupo social específico. Segundo a Organização Mundial de Saúde, saúde é um estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a mera ausência de doença ou enfermidade. Essa definição permite compreender a saúde e suas múltiplas determinações?

Raquel Freitas

Quando a Organização Mundial de Saúde reconheceu que o conceito de saúde como ausência de doença era precário, então foi introduzido o conceito que você acabou de mencionar. Entretanto, esse conceito não abrange um aspecto essencial, que é a contradição do processo de produção da saúde e da doença, o qual é social e totalmente influenciado pelas desigualdades sociais e pelas relações de poder de natureza política, econômica e outros poderes, vamos dizer assim também.

Do ponto de vista da essência humana, esse conceito oculta um aspecto muito importante, que é a impossibilidade de alguém estar individualmente em completo bem-estar físico, social, mental etc. A contradição social, o desequilíbrio, tudo o que marca as relações sociais e as dimensões da vida humana impossibilitam esse completo bem-estar. Por mais que um indivíduo possa se considerar com saúde, isso vai depender muito do coletivo. Ninguém está com saúde individualmente, porque a saúde é um processo coletivo. A pandemia é a evidência máxima disso. Ninguém está protegido do coronavírus, nesse momento, se a coletividade toda não estiver desenvolvendo essa prática de proteção, se a política de saúde não focar de uma forma abrangente e ampla nessa prática. Desse modo, trata-se de um conceito complexo esse da Organização Mundial de Saúde, mas ainda o consideramos insuficiente.

A saúde pública e os cuidados sanitários são uma prática antiga da humanidade, desde os greco-romanos e, depois, na Idade Média. No Renascimento, houve a necessidade de iniciar as práticas de cuidado com a saúde, de proteção. O conceito de saúde pública, por sua vez, foi formulado na modernidade, como uma necessidade também imposta pelo capitalismo.

As políticas de saúde pública não são desvinculadas da perspectiva da sociedade capitalista. É necessário manter um nível mínimo de saúde da população para garantir a sobrevivência e a manutenção da força de trabalho, evitar a mortalidade e evitar a morbidade e o adoecimento frequentes. Assim, a saúde pública tem esse lado também, que responde muito ao processo social capitalista.

O Brasil incorporou esse conceito da Organização Mundial de Saúde, mas houve (e ainda há) muita crítica a ele. A partir da década de 1980, quando nós tivemos a Reforma Sanitária, que foi um movimento social muito importante e potente no campo da saúde, esse movimento conseguiu introduzir, através da articula-

ção da sociedade como um todo no processo de redemocratização do país, uma outra formulação de entendimento do que é a saúde, do que é a saúde pública.

Desse modo, a saúde passou a ser vista como uma questão social. Isso foi um avanço fabuloso para o sistema de saúde e para o modelo de atenção à saúde que foi implantado no Brasil através do SUS no final dos anos 1980. Porém, também no final dessa década, começou a avançar no Brasil a iniciativa neoliberal. A implantação de um programa, de um projeto neoliberal no país aconteceu a partir dos anos 1990. Corria em paralelo o avanço do sistema de saúde como um sistema avançado, considerado hoje, no mundo, um sistema muito abrangente. No mundo inteiro não há um sistema de saúde como o nosso, mas, ao mesmo tempo, o neoliberalismo foi avançando e, hoje, vemos o desmonte do Sistema Único de Saúde e da saúde pública pelas políticas neoliberais e de redução do gasto, pela falta de financiamento do SUS, pela restrição dos serviços de saúde à atenção básica, que são serviços mínimos e de custo menor, que não requerem grande investimento em equipamentos etc.

Nós temos um sistema que, filosoficamente e politicamente, é muito democrático, porque ele tem como princípio a universalidade, a integralidade e a equidade na atenção à saúde. Porém, ao mesmo tempo, trata-se de um exemplo vivo de como as leis no Brasil não são efetivadas, porque o Sistema Único de Saúde nunca foi integralmente efetivado. Antes de que ele fosse integralmente efetivado, ele está sendo desmantelado. Dessa maneira, a saúde pública no Brasil, hoje, corre um risco muito grande de muitos retrocessos, devido a esse avanço do neoliberalismo, à abertura dos serviços de saúde, à transferência dos serviços para a iniciativa privada e assim por diante. Portanto, os interesses econômicos estão, sim, orientando a política de saúde pública no Brasil hoje.

Daniela Sousa

No atual período, vemos muitas conquistas científicas, tecnológicas, civilizatórias, mas, ainda assim, precisamos defender o óbvio, como a liberdade de expressão e a igualdade de direitos entre as pessoas, independentemente de sua origem, etnia, orientação sexual e religião. Também vemos crescendo o movimento armamentista, antivacina e terraplanista. Cresce o discurso de ódio. Presenciamos a volta de doenças, o aumento da violência, do preconceito, do conservadorismo, a liberação inescrupulosa de agrotóxicos e de armas. Nós presenciamos a naturalização das crises. Como é que a ciência e a educação podem nos ajudar a compreender tais incoerências e enfrentá-las? A quem pode interessar o acompanhamento da história das crises que nós estamos vivenciando e o negacionismo científico?

Raquel Freitas

Que questões importantes e difíceis, porque nós estamos tentando entender esse colapso, essa catástrofe, ao mesmo tempo que estamos dentro dela e vivendo, então, o nosso olhar. Acho que ainda não conseguimos captar todos os elementos necessários para compreendermos e realizarmos uma tentativa de explicação dessa situação, mas vou dizer para você o que eu penso: quem pode se interessar pelo ocultamento da história das crises e negacionismo científico é aquele que se beneficia, obviamente, desses dois movimentos, seja um benefício econômico, ideológico ou político. Alguém se beneficia com isso, e não é a maioria da população. Obviamente, são pequenos grupos. Sabemos que, historicamente, as práticas humanas fundamentadas na racionalidade científica e na busca de um processo civilizatório estiveram sempre dentro de um embate com práticas anticientíficas. Isso sempre existiu, não é? Não se trata de algo próprio só do período contemporâneo. O obscurantismo sempre existiu. As motivações

são diversas: políticas, sociais, econômicas, dependendo do período histórico. E, hoje, estamos vivendo esse embate de forma mais acirrada. Conforme você mencionou, a sociedade humana poderia ser mundialmente beneficiada pelos avanços da ciência, pelas conquistas científicas e tecnológicas que poderiam estar disponíveis a toda a população, pelo acesso ao conhecimento, pelo acesso ao cuidado, à saúde, todavia, não estão.

Nós sabemos que, nesse momento, o que acontece é exatamente o contrário. Nós estamos vendo a exclusão social, a exclusão da atenção à saúde, da educação e o avanço do individualismo alimentado pela meritocracia, pela competitividade, que são princípios do neoliberalismo, abrindo espaço para o predomínio do eu sobre o outro, para a negação do outro, para o ódio, para ver o outro como inimigo. Os princípios neoliberais abrem espaço e alimentam esse tipo de conduta e de atitude humana. Então, isso ainda se torna fonte do autoritarismo, de aumento da desigualdade, das práticas de ódio. A realidade descrita colabora, ainda, para movimentos armamentistas, antivacinas, terraplanistas.

Além desse contexto, o recrudescimento de doenças e o aparecimento de novas doenças ou de doenças que antes eram controladas também alimenta práticas que nós consideramos um retrocesso civilizatório. Assim, temos o aprofundamento da pobreza, o aumento da desigualdade, entre outros, o que faz com que pessoas se sintam desamparadas, inseguras, sem um norte, sem uma referência segura, sem uma diretriz clara. O desamparo social, ético e político, de toda ordem, faz com que as pessoas busquem outras formas de resolver seus problemas; formas individuais e, muitas vezes, orientadas por conhecimentos, posições e informações que não são seguras e científicas. É uma busca na incerteza, na dúvida, no desamparo, no desespero. As pessoas se apegam àquilo que elas têm e nem sempre elas têm o conhecimento científico claro e seguro; um conhecimento baseado em evidência.

Isso piora, a meu ver, a nossa situação. Nós enfrentamos uma transferência de confiança da população nas ciências, na saúde, na educação para outros segmentos da sociedade e outras fontes de informação e conhecimento, nas quais elas se sentem mais amparadas. Acho que, hoje, nós precisamos compreender muito claramente essa situação.

Daniela Sousa

Você nos mostrou que a atual fase do capitalismo, o capitalismo neoliberal, explica, em grande parte, as crises que estamos vivenciando e mostra que elas não são isoladas, mas sim interligadas. Realmente, a fragmentação da realidade dificulta a sua compreensão. A relação entre educação e ciência pode nos auxiliar a compreender a atual situação da saúde pública?

Raquel Freitas

Sem dúvida nenhuma, a educação e as ciências podem muita coisa. Elas não podem tudo, obviamente, também não são impassíveis de crítica e, principalmente, de autocrítica. Na verdade, elas necessitam de autocrítica. É importante que tenhamos isso claro. Acho que a questão principal é qual educação e qual ciência podem nos ajudar a compreender essa situação atual da saúde pública e da realidade social como um todo.

Nós temos que compreender que o modelo de sociedade que vivemos está se esgotando. Ele já deu todos os sinais de esgotamento do capitalismo. Trata-se, portanto, de uma educação e de uma ciência que ajudem a compreender isso e que ajudem a construir novas bases e a reforçar as existentes, para fundamentar um compromisso social com a promoção de todas as formas de vida no planeta, não só a vida humana. É necessário um desenvolvimento humano baseado na solidariedade e não nos parâmetros economicistas do paradigma industrial. Este último se refere ao

desenvolvimento desde a infância, caracterizado por formar o cidadão apenas para uma profissão, sob o argumento de que a pessoa que não tem profissão não é ninguém, não participa da competição e vai se tornar um lixo humano, vamos dizer assim. Não é esse tipo de desenvolvimento que nós defendemos. Estamos falando de um desenvolvimento mais amplo.

A ciência e a educação podem contribuir muito, desde que também haja clareza de quais os compromissos sociais, ético, políticos que elas podem ajudar a construir. O que predomina hoje na ciência, e que acaba contribuindo para restringir a formação e o desenvolvimento humano, é essa concepção da ciência de uma forma muito pragmática, uma visão capitalista de conhecimento científico, como possibilidade de invenção de novos produtos e de inovação para o mercado. Na educação, esse conceito de ciência é propagado desde a educação infantil até a universidade, ao contrário da noção de ciência que ajuda no questionamento. A ciência ensinada na escola não se trata daquela que ajuda a formar perguntas como: por que existem analfabetos? Por que existe a violência? Por que há racismo? Por que determinadas questões na sociedade se sobrepõem a outras? Por que a pobreza não é questionada? Por que se naturaliza a morte e o sofrimento nesse momento?

A ciência também tem o compromisso de ajudar. Os conhecimentos científicos ensinados na escola, em todos os níveis de ensino, precisam auxiliar na elaboração de questões e na busca de respostas dentro de contextos específicos. Mais do que trazer respostas, na educação em ciências, o importante é ajudar a desenvolver o pensamento dos alunos, para que eles saibam fazer perguntas relevantes e possam ir em busca das respostas mais adequadas para a sua realidade, para o seu contexto, porque a sociedade é diversa, é desigual, é plural. Essa adequação ao contexto se aplica inclusive para refletir sobre qual é o melhor cuidado à saúde para cada contexto, cultura ou faixa geracional.

Infelizmente, hoje em dia, nós temos uma restrição muito grande tanto na formação da escola em geral, quanto na formação dos profissionais de saúde, que não permite que a ciência desempenhe melhor o seu papel, tampouco possibilita formar, nos alunos, uma concepção de ciência adequada. Vou chamar aqui de uma boa ciência, não essa ciência meramente pragmática. Penso que nós, pesquisadores, professores que estamos atuando na escola, nas nossas pesquisas, e a universidade/escola como um todo, podemos avançar muito se conseguirmos fazer essa autocrítica

Daniela Sousa

Sabemos que as práticas reducionistas, impositivas e pontuais são ineficazes para viabilizar uma educação para a promoção da saúde pública. As estratégias dependem do conhecimento do problema, articulado nas suas dimensões gerais e específicas, considerando o contorno geográfico, social, político e econômico do indivíduo, da sua família, da comunidade à qual ele pertence. Quais os desafios e quais as perspectivas de educar para a promoção de saúde, frente aos vírus que nos assolam? É possível uma pauta de trabalho para enfrentar esse desafio?

Raquel Freitas

É possível. Inclusive, é por isso que nós estamos aqui hoje, porque acreditamos nisso. Veja bem, nós precisamos de uma mudança no modelo educacional, no modelo de formação de profissionais de saúde, pois hoje eles estão com uma tendência muito forte de adaptação aos princípios neoliberais e de formar com foco maior para a atuação no mercado, para atender a demandas mercadológicas, além de fortalecer e contribuir para uma vertente reprodutora de desigualdades na saúde.

Há uma contradição na formação. Nela se defende a igualdade social, a igualdade de acesso aos bens e serviços de saúde, a edu-

cação de melhor qualidade, entretanto, por dentro da formação, estamos, na verdade, contribuindo para reproduzir a desigualdade tanto de acesso à saúde como à educação.

Além dessa mudança, a população em geral também precisa ter um acesso mais amplo ao conhecimento. Se hoje, por um lado, é muito fácil para a população ter acesso e receber no seu WhatsApp, no SUS, nos seus meios de comunicação, notícias sem fundamentação, *fake news*, por outro lado, a população não tem tido muita oportunidade de acesso ao conhecimento científico. Penso que uma das frentes de trabalho é essa.

Santos (2003) apresentou e defendeu a ideia de que a ciência tem que se tornar senso comum. Não se trata do sentido de ela perder o caráter científico, mas de se tornar conhecimento cotidiano na vida das pessoas. A fundamentação, a orientação das práticas da vida cotidiana, de saúde, de cuidar da saúde, do meio ambiente e dos outros precisam ter uma fundamentação científica. As pessoas estão buscando esse conhecimento e elas se ancoram no que for mais acessível para elas. Os indivíduos estão querendo mudar sua realidade, mas nem sempre têm acesso à informação. Nós, como profissionais de saúde e professores, precisamos ocupar mais esses espaços. Acho que, na sociedade contemporânea, ainda não foi inventada outra forma melhor de enfrentar os grandes e dramáticos problemas da humanidade, a não ser por meio da ciência e da educação. Acredito que elas ainda são válidas como as estratégias mais promissoras. A história tem mostrado isso. Penso que a difusão do conhecimento científico é importante e nós temos que colocar isso como pauta de trabalho. Os pesquisadores canadenses valorizam muito a difusão dos conhecimentos científicos para a população em geral. Nós precisamos avançar, ocupar esse espaço e difundir mais os conhecimentos científicos.

Atualmente, no campo da saúde, nós temos investigações em torno do letramento em saúde, que é uma forma de promover o acesso das pessoas a um conhecimento mais claro, fundamentado e seguro, para que elas executem o seu autocuidado e o cuidado com o seu ambiente e o da sua família. Considero esse tipo de iniciativa importante. O reforço da investigação baseado em evidências também é uma frente de trabalho muito importante para o enfrentamento aos conhecimentos científicos fragilizados ou estereotipados. Temos muitas portas abertas. Já existem muitos caminhos e eu gosto muito da ideia vygotskyana de comunidades de práticas. Podemos formar comunidades de práticas, de conhecimentos, de compartilhamentos de saberes científicos; abrir um pouco mais as nossas práticas para isso, porque nenhum profissional de saúde, professor ou campo científico sozinho terá o poder de enfrentar esses gravíssimos problemas e de contribuir para melhorar a realidade tão caótica que nós estamos enfrentando hoje.

Daniela Sousa

Excelente matutar com você. Agradecemos demais essa oportunidade.

Raquel Freitas

Eu que agradeço. O Programa Matutando está desempenhando esse papel da difusão do conhecimento científico. Parabéns o projeto e acho que vocês estão contribuindo de uma forma muito relevante para pensarmos sobre as questões existentes na sociedade de hoje. Muito obrigada!

Referências

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

INDICAÇÕES DE LEITURA

MENDES, Eugênio Vilaça. *O lado oculto da pandemia: a terceira onda da Covid-19 ou o paciente invisível*. [S.l.; s.n.], 2020.

ROSEN, George. *Uma história da Saúde Pública*. São Paulo: Editora Hucitec; Unesp, 2006.

Plataforma Região e Redes – *Caminho da universalização da saúde no Brasil*. Disponível em: <https://www.resbr.net.br/artigos/>.

CAPÍTULO IV - CIÊNCIA, DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E PANDEMIA¹

*Paulo Henrique Nico Monteiro
Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar
Jhonny David Echalar*

Em nome de todos os professores e professoras da rede municipal, estadual e federal e, também, de todos os funcionários da educação, estudantes e familiares, que foram infectados pelo coronavírus e perderam sua vida, nos levantamos em defesa de trabalhadores da educação e de todos os cidadãos. Chamamos a atenção, mais uma vez, para importância e a necessidade da vacina para todos e a adoção de todas as medidas efetivas para conter o contágio.

Em muitos estados e municípios brasileiros, professores da educação básica estão sendo obrigados a voltar a trabalhar nas escolas, mesmo quando não há aulas presenciais, expondo-se desnecessariamente. O retorno às aulas presenciais e ao trabalho na escola só deve ser autorizado após imunização global pela vacina, com a máxima garantia de segurança sanitária que este momento exige.

Estamos travando uma luta muito árdua na batalha pela vida e contra o coronavírus. A crise que estamos vivendo não se res-

¹ Programa transmitido pela TV UFG em 12/2/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/fvAThXemlec?feature=share>. Acesso em: 2 abr. 2024.

tringe apenas à saúde, mas atinge também a política, a educação, a economia e toda a sociedade brasileira. Como se não bastasse toda essa crise, as informações que nos chegam são comprometidas, manipuladas, carentes de base científica ou, simplesmente, falsas, as chamadas *fake news*.

O caminho para buscar a superação desse e de diversos vírus que nos assolam é a divulgação e a comunicação pública da ciência, de forma responsável e como aliada da população. A ciência, assim, tem um papel fundamental e pode nos ajudar a ter uma melhor qualidade de vida, a sobreviver individual e coletivamente. É sobre ciência, pandemia, divulgação e comunicação científica que matutaremos no programa de hoje.

Na sétima série de entrevistas do Programa Matutando, nos propomos a discutir “Os vírus que nos assolam”, explorando as múltiplas determinações que tangenciam o contexto da pandemia. Esses diferentes “vírus” vêm sendo trabalhados aqui nas nossas entrevistas. Já falamos do vírus da ignorância, do descaso social com a arte, a saúde e a cultura. Falamos do vírus enquanto essa estrutura biológica, do desmonte público a fim de atender interesses privados e, hoje, vamos falar da falta de informação científica para pensarmos e agirmos sobre o mundo.

O nosso convidado para discutir ciência, divulgação científica e pandemia é o professor doutor Paulo Henrique Nico Monteiro. Ele ocupa o cargo de pesquisador científico no Instituto Butantan, estando diretor do Centro de Ensino e coordenador da Escola Superior, ambos do Instituto Butantan em São Paulo. Ele é doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), na linha de pesquisa “Ensino de ciências e matemática” e possui pós-doutorado em Comunicação Científica e Ensino de Ciências em Espaços não Formais pela Laurentian University em Sudbury, no Canadá. Desde 2021, é professor colaborador do Science Communication Master Program da mesma Universidade.

Professor Paulo, é um grande prazer estar contigo. O senhor, como servidor público, ocupa um espaço, um posto de trabalho, muito almejado para quem faz pesquisa no Brasil, o de pesquisador científico, uma profissão com poucas vagas diretas. Sabemos que, na universidade, normalmente, se entra no cargo de magistério superior, que é muito específico. Em alguns momentos da história, e atualmente isso tem ocorrido, notamos a chamada “fuga de cérebros”, quando os pesquisadores desistem de tentar fazer pesquisa no nosso país por falta de condições de trabalho, infraestrutura, concurso, tecnologias de ponta e recebem propostas, constroem oportunidades fora, para desenvolverem seus estudos em outros países e contribuir de lá.

O descaso financeiro, cultural e o negacionismo governamental em relação à ciência e às pesquisas são exemplos de outros vírus que nos assolam já há muito tempo e que têm gritado na atualidade. O termo “negacionismo” tem sido muito utilizado quando nos deparamos com discursos que não reconhecem o conhecimento científico como verdadeiro ou como um consenso de um corpo de especialistas, mas sim valoriza os achismos do dia a dia. Assim, eu queria que o senhor nos falasse, já na nossa primeira questão, o que é o Instituto Butantan? Qual é o papel do pesquisador científico e as suas contribuições para a área de saúde no Brasil?

Paulo Monteiro

O Instituto Butantan é um instituto centenário, que completou agora, no dia 23 de fevereiro, 120 anos de fundação, algo que é muito raro no Brasil: um instituto de pesquisa com mais de 100 anos e que, ao lado do Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, são os grandes e centenários institutos públicos de pesquisa no Brasil. A carreira de pesquisador científico também vem vivendo uma diminuição aqui no Estado de São Paulo. Para vocês terem

uma ideia, eu entrei no concurso de 2004, que foi o último grande concurso para pesquisador, ou seja, estamos há quase vinte anos sem um grande concurso para suprir pesquisadores no estado, em uma carreira pública estatal. Nesse período, um significativo número de pesquisadores se aposentou e não houve a reposição dessa mão de obra. Sabemos que a formação em pesquisa é sempre de longo prazo e exige estabilidade e, portanto, a ausência de concursos acaba por fragilizar a carreira e a ciência desenvolvida nos institutos públicos

O Butantan é um grande instituto que agrega diversas áreas. Atualmente, por conta da pandemia, ele está sendo conhecido mundialmente como fabricante de vacina, em função da parceria para fabricação da CoronaVac. É importante dizer que o Butantan é o maior produtor e o maior fornecedor de vacinas e soros para o Sistema Único de Saúde. Porém, ele não é apenas uma fábrica de vacinas.

O Butantan, em sua estrutura administrativa, conta com diversas divisões, que são responsáveis pelas demais áreas de atuação, estando estruturado em quatro pilares de atuação. Há a Divisão Bioindustrial, responsável pela fabricação dos imunobiológicos (soros e vacinas). Também há a Divisão Científica, que corresponde à área da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico e agrega o trabalho dos diversos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento (Lab. P&D) e realiza a pesquisa de ponta, de bancada, que vamos chamar de *hard science*. São inúmeros laboratórios que desenvolvem pesquisas em diversas áreas do conhecimento, tais como a Genética, Toxicologia, Fisiopatologia, Bioquímica, Ecologia, Evolução, Biotecnologia, entre outras. A Divisão Cultural, por sua vez, agrega os quatro museus do Instituto: o Museu Biológico – quem já conheceu o Butantan, seguramente já foi visitar as serpentes nesse museu; o Museu de Microbiologia, criado em 2010; o Museu Histórico, que expõe o acervo

histórico institucional, e o Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, que é um museu voltado para a história da saúde pública e não está localizado aqui no campus, mas no bairro do Bom Retiro, em São Paulo. Além disso, faz parte da Divisão Cultural o Centro de Memória, o responsável pela preservação, pesquisa e divulgação do acervo histórico do Instituto.

Mais recentemente, o Butantan tomou a decisão institucional de criar uma área de ensino, o Centro de Ensino, do qual eu sou o diretor atual e cujo objetivo central é desenvolver e articular os cursos e programas que já vêm sendo realizados tradicionalmente no Butantan, com a finalidade de oferecer uma formação qualificada para públicos bastante distintos, que vão desde os não especialistas, com cursos de extensão e divulgação científica, até programas de pós-graduação.

É importante dizer que o Butantan tem uma Fundação de Apoio, uma figura jurídica que apoia o Butantan financeiramente. É por meio dessa fundação que se fazem os contratos e a venda de imunobiológicos para o Ministério da Saúde.

Adda Echalar

São muitas informações que eu penso que, de fato, a nossa população não conhece. Eu mesma já conhecia o Butantan. Por ser da área de Biologia, já fui conhecer o serpentário e tentar entender como funciona.

Professor Paulo, vocês possuem cursos de extensão, pós-graduação, estágio, cursos de comunicação científica, em pleno vapor. Você esteve em dois momentos fora do Brasil nesse processo de formação continuada, de 2014 a 2015 e de 2019 a 2020. Como nós conversávamos agora a pouco, o que era para durar seis meses em atividade no Canadá, estudando a divulgação científica em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Comunicação Científica, acabou virando um ano e meio, devido ao contexto da

pandemia. O que você pode nos trazer sobre essas experiências no Canadá com a comunicação e a divulgação científica e sobre o trabalho que a Escola Superior do Butantan, o Centro de Ensino, desenvolve para a formação humana?

Paulo Monteiro

A escola é um local institucional que agrega pessoas. Nós fazemos cursos, desde especialização a cursos de pós-graduação, de pós-doutorado. Inauguramos, recentemente, um curso de especialização em biotérios. Também fazemos um grande trabalho de cursos de curta duração de divulgação científica e extensão universitária. Recebemos cerca de dois mil alunos por ano apenas nesta última modalidade de curso.

Respondendo à segunda questão, sobre a minha experiência no Canadá, o que eu tenho visto, é que, no Brasil, precisamos avançar em relação à concepção que temos da divulgação científica. Primeiro, é necessário fazer uma crítica ao próprio termo “divulgação”, porque ele significa “dar ao vulgo”. Nós partimos de uma ideia de que é preciso transmitir conhecimento para uma população em geral, que não conhece nada sobre o assunto, ou seja, de que “nós sabemos o que eles precisam saber”, sem que haja a preocupação em entender o que eles já conhecem do assunto e, principalmente, o que querem saber, quais são as suas dúvidas. Além disso, essa ideia de “público geral” é bastante estranha para mim. O que isso significa? O que é “população em geral”? Quem é a população em geral? Essa ideia, no meu entendimento, é algo muito abstrato ou indefinido e acaba por padronizar as ações, pois o “público geral” é sempre o mesmo, tem as mesmas características.

É muito complicado definirmos uma “população em geral”. Partimos de um pressuposto de que temos algo a dizer para eles e que eles têm um déficit de conhecimento. O que se tem visto,

e existe uma farta literatura a esse respeito, é que esse modelo não funciona. Ele deve ser superado. Precisamos compreender de onde parte essa população, quais são os seus conhecimentos, os seus valores, os seus interesses, as suas dúvidas, suas crenças e, inclusive, as suas chaves estéticas, os seus parâmetros estéticos, para podermos de fato criar, elaborar e colocar em prática estratégias de “comunicação pública da ciência”, que podem suscitar alguma reflexão e que façam sentido ao público-alvo da ação. Nesse sentido, eu prefiro utilizar o termo “comunicação pública da ciência” no lugar de “divulgação científica”, pois entendo que ele representa uma ideia de criar estratégias que de fato dialoguem com a população.

Temos que parar de pensar que a população não sabe, que a população tem “um déficit de conhecimento”. No campo da comunicação da ciência esse pressuposto tem até nome, chama-se “modelo do déficit” ou *deficit model*. Inclusive, esse é o modelo que tradicionalmente é utilizado. Isso não funciona. As pesquisas mais recentes na área da comunicação científica já demonstraram vastamente que nós não conseguimos dialogar com a população. É só a partir do diálogo de fato, de um diálogo respeitoso e que leve em consideração os conhecimentos das pessoas e esse repertório, que podemos imaginar que as condições para uma comunicação que faça sentido e seja efetiva podem ser alcançadas.

Vou dar um exemplo bastante rápido. Não sei se vocês tiveram conhecimento de um clipe que foi feito por um cantor que se chama Mc Fioti, que fez um *funk* do Butantan e acabou comunicando muito mais sobre a vacina do que qualquer outra coisa que nós tenhamos feito. Independentemente de gostarmos ou não do gênero musical ou do cantor, esse, para mim, é um ótimo exemplo de como precisamos ser criativos e respeitosos o suficiente para podermos dialogar com uma população bastante diversa e que, geralmente, fica excluída de atividades de comunicação pública da ciência.

Adda Echalar

Esse *funk* tomou espaços, “ganhou corações”, como poderíamos dizer, porque de fato conseguiu expressar ali uma proposta, uma ideia e uma necessidade de como nós precisamos de vacina.

Professor Paulo, entre seus inúmeros projetos, o senhor tem uma vasta produção no desenvolvimento de coleções científicas, no estudo do livro didático. O seu espaço de trabalho tem estas ações, como já nos disse: Museu Biológico, Museu Histórico, Museu De Microbiologia e de Saúde Pública. O brasileiro, culturalmente, até por conta das condições concretas que ele tem, não tem o hábito de ir ao museu, teatro e tem uma influência escolar também restrita por todas as condições da escola nesse tipo de formação, que é muito importante para a formação integral do sujeito. Sem ela, damos espaço para o vírus da manipulação, da ignorância e da adesão às *fake news*.

Você poderia nos falar um pouco sobre o papel desses espaços não formais na formação humana e como eles podem contribuir para nos ajudar a transitar de “divulgação científica” para “comunicação pública da ciência”, de modo que possamos construir espaços formativos para brasileiros, para o ser humano e, com isso, superemos a pseudociência, o negacionismo e a ignorância?

Paulo Monteiro

Então, nós vemos que existe um senso comum que diz que o brasileiro não gosta de ir ao museu, que o brasileiro não se interessa por museus ou por ciência. As pesquisas mais recentes que se debruçam sobre esse tema demonstram que o principal motivo de uma pessoa não ir ao museu, do público não ir ao museu, mais do que dinheiro, mais do que tempo, mais do que qualquer outro tipo de fator, é o sentimento de não pertencimento.

Eu acho que aí tem uma questão muito importante para a gente pensar sobre: o motivo que leva a pessoa a não ir ao museu está baseado em um sentimento de que “isso não é para mim”, que “eu não devo estar nesse espaço”, “esse espaço não é um espaço dedicado a mim” ou ainda “esse espaço é para pessoas mais inteligentes do que eu”. Podemos entender isso a partir de diversos fatores sociodemográficos, de renda, de relações desiguais na sociedade, estigmas e preconceitos, enfim, de fatores relacionados à exclusão e desigualdade social.

Mesmo que, historicamente, os museus tenham sido criados com esse fim, atualmente eles têm que se aproximar dessa discussão e romper com a ideia de que museu é um espaço de elite, para privilegiados, para pessoas que já são, de certa forma, introduzidas nesse meio. Além disso, eu entendo o museu e os centros de ciência, de modo geral, como espaços privilegiados de relação com a escola. O museu faz coisas que a escola não faz e a escola faz coisas que o museu não faz. Não podemos entrar em uma pseudocompetição de que o museu é melhor que a escola ou a escola é melhor do que o museu. Eles devem ser pensados a partir de suas funções, que são diferentes e, necessariamente, vistos como espaços complementares. Acredito, de fato, que essas coisas devem se completar. Por exemplo, aqui em São Paulo, eu acho difícil alguma criança que nunca tenha vindo aos museus do Instituto Butantan em passeio escolar, ou “excursão escolar” como se chamava. Porém, para que de fato essa experiência aqui no Butantan ou qualquer outro museu seja significativa, no que diz respeito às aprendizagens das crianças, eu entendo que a visita deve estar muito articulada ao currículo e ao processo de ensino-aprendizagem desenvolvido em sala de aula. Isso não se faz no Brasil. O que vi na minha experiência canadense – e veja, eu não quero aqui advogar pela adoção de modelos prontos, ou importação de modelos, porque eu não acredito nisso – é que a ida escolar ao museu é precedida de atividades em sala de aula

que preparam para isso e, posteriormente, os alunos desenvolvem atividades em sala de aula relacionadas a sua experiência no museu. Visto pelo outro lado, o do museu, há a constante preocupação da equipe educacional em oferecer atividades que estejam articuladas ao currículo do grupo de alunos que agendar a visita.

Acontece algo no museu que só pode acontecer lá, por conta das suas especificidades. Na volta à escola, esse trabalho continua, ou seja, o museu está inserido na proposta curricular, não é algo “só para sair de sala de aula”, como é a excursão, caracterizada como o dia de fora, só para diversão. O museu é superdivertido. Ele tem que ser. Porém, é preciso haver essa preocupação em relação à articulação da visita ao museu com o que é realizado na escola, com o trabalho em sala de aula. Aí sim, nós começamos a falar de uma relação mais significativa entre o museu e a escola, ou seja, tanto a escola quanto o museu têm como objetivo a complementariedade de suas atividades, tendo como foco a aprendizagem. Acredito que, para que isso aconteça, deve haver um movimento nesse sentido tanto da escola, quanto dos museus. O caminho para isso aqui no Brasil é longo.

Adda Echalar

Professor Paulo, o senhor é um estudioso da saúde. O Instituto Butantan fez parcerias para estudar e desenvolver uma das vacinas contra o coronavírus, como você mencionou no começo da nossa conversa, a *CoronaVac*. Uma onda que cresceu de modo assustador no nosso país, mas também no mundo, foi o movimento antivacina, com justificativas baseadas em *fake news*, pseudociência e uma lógica estranha de mundo. O que o senhor pode nos trazer para complementar sobre o processo de produção de vacina, de soro, o trabalho que é desenvolvido inclusive para os processos de ensino aí dentro do Instituto Butantan?

Paulo Monteiro

Veja, é importante dizer que essa não é a minha área de atuação aqui no Butantan. Eu não lido diretamente com o trabalho de desenvolvimento e da produção de vacinas e soros. O Butantan é reconhecido nacional e internacionalmente como o instituto de excelência na produção de imunobiológicos e é o principal fornecedor desses produtos para o SUS por meio do Programa Nacional de Imunização (PNI).

O Butantan entrega cerca de oitenta milhões de doses de vacina contra a gripe (*influenza*) por ano e ninguém nunca perguntou sobre a sua eficiência, questionou como a vacina é feita, de onde vêm os insumos e se os componentes são do país “x” ou do país “y”. Desse modo, eu acredito que esse questionamento sobre a qualidade diz respeito muito mais ao que você está dizendo, Adda: uma desconfiança em relação à ciência, que vem recrudescendo de uma maneira importante no Brasil.

Sobre o movimento antivacina, eu posso falar com um pouco mais de autoridade, porque eu trabalho mais com essa área. No Brasil, esse movimento não é muito organizado, como se apresenta na Europa ou na América do Norte. Aqui ele está incipiente, de fato, mas o que temos visto é que as taxas de vacinação têm caído ao longo dos cinco ou seis últimos anos, por diversos fatores, desde aspectos relacionados ao acesso aos serviços de saúde à desorganização do Sistema Único de Saúde. Além disso, há uma série de ondas de conhecimento falso que vêm sendo propagados pelas redes sociais, que acabam influenciando a tomada de decisão por parte das pessoas em relação às vacinas.

Claramente, nós temos vivido uma postura de negação da ciência, desencadeada e fomentada pelo governo federal, especificamente, mas também por diversas lideranças que acabam confundindo a população, ao colocar e amplificar questões que

não são científicas, mas sim embasadas em opiniões meramente especulativas e pessoais. A vacina entrou (sabemos muito bem disso desde o semestre passado) em uma disputa política. Assim, começamos a confundir o que é ciência, respaldo científico e excelência na produção do imunobiológico com propósitos políticos e eleitoreiros.

Considero isso muito grave, muito triste, na verdade, porque acabamos desconsiderando a ciência na tomada de decisão. Precisamos, de fato, retomar essa confiança na ciência e nas instituições científicas. A confiança na vacina, para mim, está bastante atrelada a uma confiança na ciência no geral. Esta última, como qualquer empreendimento humano, é passível de crítica, mas existem fatos e dados que nos permitem tomar decisões de uma maneira muito mais balizada e informada. A vacina, para mim, é um caso exemplar.

Adda Echalar

Temos que vacinar! Eu quero me vacinar! No campo da saúde pública a pandemia impactou enormemente o Sistema Único de Saúde, o atendimento básico. Estamos vivendo um colapso. Goiás, por exemplo, está vivenciando esse colapso nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e no atendimento.

Há discussões, dentro do setor que você coordena no Instituto Butantan, sobre alguma ação específica contra o movimento antivacina, a desvalorização da ciência e as *fake news*? Vocês estão pensando em ações para que possamos ajudar os brasileiros e o país a superarem essa crise?

Paulo Monteiro

Temos trabalhado, em conjunto com a área de comunicação institucional, com tentativas de mitigação dessa onda de *fake news*. Veja, existe até um termo em inglês que se chama “*infode-*

mic”, que seria a “pandemia da informação”. Temos vivido, especialmente por conta das mídias sociais e da internet, uma epidemia de má informação. Na verdade, vou aproveitar esse momento para colocar dois conceitos muito básicos, que vêm da língua inglesa: “*misinformation*” e “*disinformation*”. O primeiro diz respeito às situações em que o usuário divulga e espalha informações equivocadas sem nenhum propósito por trás disso. Por exemplo, você recebe uma mensagem no WhatsApp, pensa que ela é válida e acaba encaminhando para sua família e seus amigos, sem se preocupar se é uma informação verdadeira ou verificar a origem dela. O segundo termo, por outro lado, é o que se tem visto amplamente no Brasil. Existem movimentos deliberados e bem organizados de divulgação e distribuição de informações falsas. Nesse caso, não se trata de *fake news*, porque não é uma *news* (notícia). É o caso de uma informação falsa mesmo, que é deliberadamente distribuída em função de algum propósito. Vivemos isso constantemente no Brasil. Sabemos que existem grupos formados para divulgar informações equivocadas vinculadas a propostas que não necessariamente são “republicanas”.

Então, precisamos lidar com esses dois tipos de divulgação de notícias falsas de uma maneira muito diferente e a partir de estratégias diferentes. Como profissionais que trabalham na área, precisamos ter clareza em relação a esses aspectos para podermos, em última análise, auxiliar o público com o qual estamos lidando na tomada de decisão.

Adda Echalar

Professor Paulo, eu queria conversar por pelo menos mais duas edições do Programa Matutando contigo, mas infelizmente o nosso tempo é curto. O senhor deixa claro como nós ainda temos muito a pensar e precisamos superar as desigualdades existente. Em nome de todos os organizadores e telespectado-

res do Matutando, quero agradecer muito as suas contribuições nesta tarde. Obrigada!

Paulo Monteiro

Eu agradeço a oportunidade. De fato, temos que trabalhar juntos. Nós vamos sair dessa crise juntos! Só sairemos dessa triste situação que estamos vivendo no país, relacionada a diversos fatores delicados, se sairmos juntos. Se cada um pensar em si mesmo e em resolver o seu problema individualmente, não funciona. Tenho certeza de que vamos ter mais notícias boas. Eu agradeço de novo pela oportunidade de falar com vocês. Estou à disposição! Quando você quiser, é só me chamar que será um prazer retornar ao programa. Muito obrigado.

Indicações de Leitura

CORRAL, Soledad Machado; MONTEIRO, Paulo H. Nico; PISANI, Katrina; BARRIAULT, Chantal L. Facilitators Improve the Learning Experience of Visitors to a Science Centre. *Frontiers in Education*, [S.l.], v. 6, dec. 2021. Disponível em: <https://repositorio.butantan.gov.br/handle/butantan/4088>. Acesso em: 1 abr. 2024.

ISZLAJI, Cynthia; ALMEIDA, Ester Aparecida Ely de; MONTEIRO, Paulo Henrique Nico. Proposta e avaliação de um roteiro de visita entre escola de educação infantil e museu de ciência. *Ciência em Tela*, [S.l.], v. 14, p. 1-12, 2021.

DURÃES, Fabíola Alice dos Anjos; OLIVEIRA, Adriano Dias; MONTEIRO, Paulo Henrique Nico. Edward Jenner e a Primeira Vacina: estudo do discurso expositivo adotado num Museu de Ciência. *Khronos: Revista de História da Ciência*, São Paulo, n. 7, p. 1-15, ago. 2019.

MONTEIRO, Paulo Henrique Nico; ALVES, Olga Sofia Fabergé; MARQUES, Cristiano Correia de Azevedo. WHO Immunology Research and Training Centre em São Paulo, um marco na história da imunologia na América do Sul. *Khronos: Revista de História da Ciência*, São Paulo, n. 5, p. 73-88, maio 2018.

MONTEIRO, Paulo Henrique Nico; BARRIAULT, Chantal; BIZZO, Nélío. The multiple roles of exhibit learning impact assessments in a Science Centre. *Educere et Educare* (versão eletrônica), [S.l.], v. 13, n. 30, p. 1-16, nov./dez. 2018.

MONTEIRO, Paulo Henrique Nico; BIZZO, Nélío. A saúde na escola: análise dos documentos de referência nos quarenta anos de obrigatoriedade dos programas de saúde, 1971-2011. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 411-427, abr./jun. 2015.

MONTEIRO, Paulo Henrique Nico; BIZZO, Nélío. Hábitos, atitudes e ameaças: a saúde nos livros didáticos brasileiros. *Cadernos de Pesquisa*, [S.l.], v. 44, n. 151, p. 132-154, jan./mar. 2014.

CAPÍTULO V - INSEGURANÇAS SANITÁRIAS E PEDAGÓGICAS NO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS¹

*Natalia Carvalhaes de Oliveira
Júlio César dos Santos (Júlio Vann)*

Estamos vivenciando uma situação de emergência mundial. É fundamental, nesse cenário, distinguir a emergência sanitária da emergência educacional, que é o foco de nossas reflexões neste programa. A primeira visa salvar vidas e a segunda objetiva preservar a integridade física, moral e intelectual dos sujeitos educacionais e do sistema público da educação.

Temos repetido à exaustão o quanto a covid-19 tem exposto e acirrado problemas já existentes na nossa sociedade capitalista, cujo projeto neoliberal coloca a economia antes da vida na hierarquia de valores. Neste momento, a ciência tem ocupado lugar central nas ações e discussões que incluem saúde pública e educação, no sentido de informar e formar corretamente a população para a superação dessa crise mundial. Não é à toa que a ciência tem sido alvo de ataques e de um espantoso negacionismo, justificados apenas pela busca desenfreada de lucros e de poder. É sobre essas questões que vamos matutar no nosso programa de hoje.

¹ Programa transmitido pela TV UFG em 26/3/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RHtqvQ-gXCU&t=1s>. Acesso em: 2 abr. 2024.

Nesta série de entrevistas nós estamos tratando mais pontualmente a questão do retorno às aulas, uma decisão que parece transitar entre a vida e a economia, o que nos traz uma série de inseguranças e muita incerteza, tanto no âmbito da saúde, quanto do nosso trabalho pedagógico, já que estamos trabalhando no denominado “regime emergencial de ensino remoto”. Todos nós compreendemos bem o que significa o termo emergência, no sentido de resolver rápida e eficazmente um problema que pode causar sérias consequências e, em alguns casos, até mesmo a morte.

Para falar sobre inseguranças sanitárias e pedagógicas, nós estamos recebendo aqui no programa a professora Natalia Carvalhaes de Oliveira. Ela é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Trindade, licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Goiás (UFG), mestra em Microbiologia pela mesma instituição e doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

Júlio Vann

Aproveitando seus conhecimentos, em uma emergência sanitária causada por vírus, como é o caso da covid-19, qual é o grau de dificuldade para o seu estudo e controle? O que você pode nos contar sobre a pesquisa no campo da Microbiologia no Brasil?

Natalia Oliveira

Eu diria que não é fácil, porque o enfrentamento a uma emergência sanitária envolve várias dimensões a serem consideradas, tanto de prevenção quanto de tratamento.

Os vírus são estudados por uma das áreas da Microbiologia, considerando aspectos como estrutura e interações/efeitos nos hospedeiros. Trata-se de um grupo muito diversificado, então o primeiro quesito a ser identificado em uma doença viral é como o vírus infecta o hospedeiro e as maneiras de contágio. Há aqueles

que são transmitidos pela picada de mosquitos, como o vírus da dengue e a febre amarela. Já o novo coronavírus é transmitido por secreções contaminadas, como gotículas de saliva, que ficam suspensas no ar e, assim, contaminam pessoas próximas.

Ou seja, para cada tipo de vírus e transmissão, medidas diferentes devem ser adotadas para evitar a sua disseminação. No Brasil, existem, por exemplo, as campanhas de combate ao inseto *Aedes aegypti*, na tentativa de diminuição dos casos de dengue, *chikungunya* e *zika*. Para evitar a transmissão do novo coronavírus, por sua vez, precisamos adotar outras medidas, como distanciamento social, uso de máscaras e maior cuidado com as medidas de higiene pessoal, visto que não há tratamento precoce e a vacinação está ocorrendo em um ritmo muito mais lento do que deveria.

Em todos esses casos, são necessárias políticas de saúde pública eficazes para a prevenção, juntamente com a educação sobre os temas e a vacinação, além do tratamento. Infelizmente, essa não é a realidade do Brasil que, como parte do sistema capitalista, apresenta grande parte da população sem acesso a condições mínimas de higiene, de alimentação e serviços básicos de saúde. Então, para mudar esse cenário, precisamos de uma mudança estrutural e radical em nossa sociedade.

Sobre as pesquisas na área de Microbiologia, no diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) estão cadastrados cerca de setecentos grupos sobre a temática. A Sociedade Brasileira de Microbiologia indica quinze subáreas de pesquisa, como, por exemplo, a Microbiologia de Alimentos, Clínica, do Solo. Ou seja, é uma área bastante extensa, de ampla pesquisa no Brasil. Entre esses grupos, eu gostaria de destacar a atuação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de uma instituição com relevância histórica e de grande contribuição nas pesquisas e ações em saúde pública no país,

como a produção de vacinas para o combate a covid-19 e outras que são essenciais ao plano nacional de imunização.

Na Fiocruz, nós temos um exemplo de representação goiana, a pesquisadora Celina Turchi, médica epidemiologista que antes foi professora no Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública da UFG (IPTSP/UFG). Ela foi reconhecida internacionalmente, em 2016 e 2017, por avanços nas pesquisas sobre a relação entre o *zika* vírus e a microcefalia. Isso demonstra a importância de buscar investimentos em pesquisa pública, que deve ser priorizada pelo governo, e a luta para que a população tenha amplo acesso aos seus produtos.

Júlio Vann

Você é professora da educação básica e servidora pública federal há mais de dez anos, mas já foi professora na rede estadual de ensino, tem projetos de ensino e pesquisa vinculados às redes de ensino de Goiás, em que pensa sobre a natureza da educação como formação humana e o papel social da educação pública. Ou seja, você conhece os problemas da educação no que chamamos de “chão da escola”. Em programa anterior, nós recebemos o professor Libâneo, que matutou conosco sobre a finalidade da educação pública. Na situação que estamos vivenciando neste momento, o que você pode nos dizer em relação ao que caracteriza a emergência educacional?

Natalia Oliveira

Ser professora da educação básica é um grande desafio, pois sempre nos deparamos com novas demandas. A cada dia busco compreender ainda mais o papel da educação no processo de humanização.

O professor Saviani nos explica que a educação escolar, admitida desde a modernidade como uma educação formal – tanto

que práticas educativas em outros espaços são, por vezes, tratadas como não formais –, ainda que tenha centralidade, não é a única via pela qual o sujeito se educa. Ele parte do referencial marxiano, que considera a educação como um processo em que os sujeitos se apropriam do conhecimento acumulado pelas gerações e por meio do qual se humanizam, ou seja, nessa perspectiva, a educação contribui para a constituição dos sujeitos enquanto seres históricos e sociais.

A contribuição da escola, nesse contexto, é oportunizar condições de apropriação do conhecimento científico, em suas contradições, e não apenas reproduzi-lo sem a devida problematização e contextualização.

Então, do meu ponto de vista, vivemos em uma constante emergência educacional, pois os sujeitos nunca deixam de se educar. Sempre temos novas gerações que precisam da escola e do acesso ao conhecimento científico para compreenderem a sua realidade e criarem possibilidades de avanços e transformações.

Na sociedade capitalista, vivemos a submissão da educação a demandas economicistas, cujo acesso se diferencia em virtude da classe social. A elite acessa o conhecimento científico em suas formas mais elaboradas, enquanto a classe trabalhadora tem um acesso superficial, como o mínimo necessário à formação de mão de obra para o mercado. Isso contribui para o aprofundamento das desigualdades e do processo de alienação, não para a humanização e emancipação dessa classe trabalhadora.

A situação de pandemia é mais um exemplo dessa desigualdade; na verdade, do aprofundamento da desigualdade, pois os estudantes da classe burguesa têm condições de estudar em casa, ainda que em uma situação difícil como o ensino remoto, enquanto os filhos dos trabalhadores não têm o básico para a sua sobrevivência, quem dirá condições de estudar dignamente.

A nossa emergência educacional, hoje, se apresenta por meio do ensino remoto e da ameaça do retorno presencial sem segurança sanitária, especialmente nas escolas públicas já tão precarizadas, porém, ela é anterior a isso. Desse modo, a desigualdade social mencionada se desdobra também na educação. Isso não é novidade na história do capitalismo, tampouco na história da educação brasileira. Pelo contrário, a educação é parte fundamental da continuidade do cenário de dominação e de exploração da classe trabalhadora. Portanto, a emergência educacional é também a emergência de uma mudança estrutural da sociedade, para um modo de produção que não se baseie em desigualdades para existir.

Júlio Vann

A humanidade se desenvolve na relação entre a história social e a história natural. O momento que vivemos destaca o fato de que nós, seres humanos, por meio de nossa história social, nos impomos sobre a natureza. Essa imposição ocorre, muitas vezes, de maneira destrutiva, o que coloca a natureza em situações catastróficas. Isso nos impacta diretamente, por exemplo, com novas doenças ou o retorno de doenças que já estavam praticamente extintas. Pensando nos papéis fundamentais da ciência e da educação nesse cenário, que relações poderíamos estabelecer, de modo objetivo, entre a emergência sanitária e a emergência educacional?

Natalia Oliveira

A história da humanidade é também a história natural. Não há como dissociá-las. Tratar de maneira dissociada nos leva a cenários desastrosos como a atualidade, em que a sociedade capitalista promove um suposto desenvolvimento que, na verdade, explora o meio até o quase esgotamento de recursos naturais – recursos esses que faltarão a essa mesma sociedade, como a água e ar de qualidade.

A natureza é um reservatório de microrganismos que coexistem com outros seres de maneira natural, em uma situação de certo equilíbrio. Não é novidade que as ações humanas, em seu processo de expansão da colonização dos espaços naturais, afetam negativamente esse estado de equilíbrio. Isso nos deixa à mercê do contato com novos patógenos, que podem causar doenças mais ou menos graves ou contagiosas. Quanto maiores os danos causados, em termos de contágio, taxa de letalidade, existência (ou não) de tratamento e prevenção, a situação será caracterizada como uma emergência sanitária.

A situação da covid-19 se deve justamente a uma soma dos fatores mencionados, o que a elevou a um estado emergencial em nível máximo. Lembremos que a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), que emergiu nos anos 1980, ainda é considerada uma pandemia. Nos últimos anos, tivemos outras situações emergenciais a nível mundial, como a gripe suína, gripe aviária e zika vírus. Se considerarmos apenas os países em desenvolvimento, além dessas doenças pandêmicas, ainda temos outras que afetam regiões específicas, como por exemplo dengue, ebola, cólera.

O que todas as pandemias têm em comum é o desequilíbrio da relação do homem com o meio. O capitalismo opera com a expansão das áreas produtivas, como a que vemos no Brasil com o amplo desmatamento para o agronegócio e a exploração de minérios, o qual não é pensado do ponto de vista ecológico, mas sim econômico. Até mesmo na história recente do Brasil, vemos como os desastres ambientais nos afetam negativamente, desastres esses oriundos da exploração capitalista, como os exemplos de Mariana e Brumadinho. Então, é de se esperar que novas doenças e emergências apareçam. Não é questão de “se” irão aparecer, mas sim de “quando” irão aparecer.

A experiência da pandemia da covid-19 nos mostra que a educação, no contexto de crise sanitária, é indicada como uma ativi-

dade essencial, que não deve parar, pois os alunos não podem ser prejudicados, porém, não há condições objetivas de implementação de um ensino que seja de fato efetivamente aproveitado, pois os alunos não estão em condições sanitárias adequadas. Não há alimentação adequada, computador ou outro dispositivo, muitos pais perderam os seus empregos e os próprios estudantes estão buscando fontes de renda. Os professores estão vivenciando uma precarização do trabalho domiciliar, a falta de formação e de condições para esse trabalho. Assim, uma emergência sanitária implica uma emergência educacional. Em contrapartida, uma educação economicista também nos leva a novas crises sanitárias. É preciso buscar maneiras de romper esse ciclo.

Júlio Vann

Neste momento de emergência sanitária e educacional, a intensificação do uso de celulares, computadores e internet colocou as tecnologias digitais de informação e comunicação no centro de tudo. Um dos problemas que a pandemia acirrou está relacionada ao acesso a essas tecnologias. Nós recebemos, aqui no programa, a professora Raquel Marra, o professor Márlon Soares e o professor Paulo Monteiro, que nos falaram sobre o papel da ciência e da divulgação científica neste e para além deste contexto pandêmico, além de discutirem muito sobre a presença das tecnologias neste cenário. Na sua tese de doutorado você fala sobre a subordinação da ciência às tecnologias e de como isso repercute e se materializa no ensino da química, da física, da biologia, enfim, das ciências da natureza. O que te motivou a fazer esta pesquisa?

Natalia Oliveira

A escolha desse objeto de investigação partiu da minha prática docente, na qual o trabalho com tecnologias me despertou uma atenção especial, e eu queria compreender melhor duas

perspectivas que se relacionavam com a área do ensino de ciências: a tecnologia enquanto recurso pedagógico e a tecnologia enquanto conteúdo específico.

Ao iniciar os estudos sobre a temática, entendi que essas questões são o resultado de um processo histórico de construção da ciência e da tecnologia, cuja relação se estreitou com o desenvolvimento do capitalismo. Então, a minha pesquisa de tese partiu da necessidade histórica de compreender a submissão da ciência à tecnologia na contemporaneidade e o papel do ensino de ciências da natureza nesse contexto.

A ciência e a tecnologia são diferentes produtos do trabalho, mas que se relacionam e são significados de maneiras distintas na prática social. A ciência se relaciona com uma sistematização do conhecimento, mais associada ao trabalho imaterial. Já a tecnologia é uma materialização do trabalho nos objetos, em geral associada a uma aplicação prática. Desde o início da era industrial, o desenvolvimento tecnológico tem sido aprimorado por submeter a ciência as suas necessidades, ou seja, a produção científica é pressionada a se direcionar àquilo que é considerado útil – o que não quer dizer que isso coincida com a necessidade da maioria da população, ou que será acessado por ela.

A produção acadêmica analisada na tese indica que a maioria reproduz os interesses burgueses de continuidade do cenário. Isso aparece, por exemplo, no discurso sobre a “necessidade de educar os sujeitos cientificamente para assumir o seu papel social”, mas sem questionar a estrutura social, sem problematizar as contradições e as desigualdades na “atribuição desse papel”.

Então, o conhecimento científico, que poderia, e deveria, colaborar com a promoção do desenvolvimento da humanidade como um todo, tem o seu potencial direcionado a interesses particulares.

No exemplo da pandemia, sabemos que as pesquisas sobre a covid-19 receberam investimentos para produzir vacinas. Os governantes têm feito o “jogo político” para adquiri-las. No entanto, no Brasil, ainda que o governo defenda a economia e que “as pessoas precisam trabalhar”, ele nega a ciência, nega as medidas necessárias à prevenção e ao tratamento da doença e não investe efetivamente nas vacinas. Vocês percebem como a ciência é submetida às relações de poder e o quão perverso é isso? Que não basta “produzir ciência”, se ela não for acessível?

Então, é preciso abordar, com mais ênfase, o papel do ensino de ciências na formação humana e as contradições existentes entre o natural e o social. Isso deve ser colocado como um objetivo fundamental para a área, associado a finalidades educativas, no sentido de emancipação e não apenas de manutenção da ordem vigente.

Júlio Vann

Considerando a finalidade da escola, a emergência sanitária, a emergência educacional e a forma como o conhecimento tem sido tratado como uma força produtiva a serviço do desenvolvimento tecnológico que visa, primeiramente, o acúmulo de capital, como você analisa o retorno às aulas presenciais neste contexto de crise?

Natalia Oliveira

O retorno só será feito de maneira segura com a ampla vacinação da população. Não há como fugir disso. Além da vacinação, a continuidade de medidas preventivas, como o distanciamento e o uso de máscaras, é essencial.

O governo não tem feito uma boa gestão de crise, não estamos com o ritmo de vacinação que deveríamos estar para preservar a vida, então, não há como retornar de forma segura. Esse negacionismo nos leva a atual situação – do colapso do sistema de

saúde e mais de trezentas mil mortes no Brasil. Assim, o acesso ao conhecimento é um direito, mas, antes disso, é preciso assegurar a vida e a saúde. O retorno presencial só deve ocorrer com a ampla vacinação.

Júlio Vann

Professora Natalia, as suas reflexões foram muito esclarecedoras e importantes para ampliar a compreensão acerca deste momento que estamos vivenciando, onde todos nós temos o nosso papel a cumprir (e não dá para fugir disso), e da importância da ciência e da educação na luta para superar essa crise, com a nossa colaboração. Agradecemos imensamente por você ter aceitado o nosso convite.

Natalia Oliveira

Mais uma vez, agradeço o convite. Foi ótimo matutar com vocês.

Indicações de Leitura

ANDERY, Maria Amália Pie Abib *et al.* *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

PELLANDA, Andressa (org.). *Guia dos guias da Covid-19: educação e proteção – 70 recomendações para políticas emergenciais e cenário em 2021*. [S.l.; s.n.], [2021]. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/PautasPoliticlas_Emergencia_Covid-19_GuiaDosGuias_FINAL_2020_02_03_2.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

PELLANDA, Andressa; FROSSARD, Marcele (org.). *Guia COVID-19: boas práticas em proteção*. v. 4. [S.l.; s.n.]. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/COVID-19_Guia4_FINAL_weMOpOQ.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

OLIVEIRA, Natalia Carvalhaes de. *As relações entre ciência e tecnologia no ensino de Ciências da Natureza*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2019.

CAPÍTULO VI - ARTE: ENTRE RESISTIR E SOBREVIVER¹

*Constantino Isidoro Filho
Júlio César dos Santos (Júlio Vann)*

Desde o início da pandemia da covid-19, a situação de artistas e trabalhadores da cultura tem se mostrado cada vez mais complicada, no que se refere a oportunidades de trabalho, recursos financeiros e até mesmo sobrevivência. Quando falamos sobre o retorno às aulas presenciais em meio às novas ondas desta pandemia, vemos também a fragilizada situação dos espaços culturais que, na mesma medida e pelo mesmo motivo, se encontram fechados ou com abertura restritiva, dependendo de recursos financeiros para funcionamento.

Vale lembrar que, mesmo antes dessa crise, muitos artistas já viviam em situação precária, em função do pouco ou nenhum apoio às produções culturais, o que este momento pandêmico fez acirrar. O necessário fechamento de espaços culturais e a paralisação das produções vieram acompanhados da precarização e extinção de programas de incentivo através de leis e fundos de cultura.

Ressalta-se que a Lei Aldir Blanc de Emergência à Cultura surgiu para atender, parcial e emergencialmente, às necessidades mais prementes desses trabalhadores. Para muitos, está em

¹ Programa transmitido pela TV UFG em 2/4/2021. Disponível em: https://youtu.be/la1dBCb_KoQ. Acesso em: 2 abr. 2024.

jogo a própria continuidade do trabalho no setor cultural. Como se não bastasse, diversos artistas têm sofrido ataques as suas produções artísticas – censura, patrulhamento ideológico, religioso, moral e outros percalços engendrados por uma política conservadora e retrógrada. Porém, outros, por mais contraditório que possa parecer, têm lucrado com a crise instalada, não sendo difícil identificá-los nos meios de comunicação, em grandes *shows* e eventos questionáveis em seu sentido artístico. Esta entrevista versa sobre essas e outras questões que emergem da situação na qual os artistas se encontram, entre resistir e sobreviver.

Júlio Vann

Nas últimas semanas, estamos às voltas com o vai e vem do fechamento e abertura de escolas, espaços culturais, empresas, comércios e espaços públicos e privados. O número diário de mortes pela covid-19 continua nas alturas; as Unidades de Terapia Intensiva (UTI) estão lotadas; faltam medicamentos e insumos para o atendimento da população e a vacinação ainda está longe de produzir segurança sanitária. Falar de arte e cultura neste momento pode parecer um tanto inadequado, quando há tantos problemas sociais em amplo espectro a serem enfrentados, mas temos que reconhecer o papel fundamental da arte nesta situação, em que temos procurado meios para mantermos a sanidade física e mental. A maioria das pessoas está suportando o distanciamento social e o isolamento graças ao acesso que têm à arte como entretenimento, seja através da música, da literatura, da televisão, da internet e das redes sociais.

Além disso, em meio a toda essa crise, muitos artistas lutam e resistem para continuar fazendo o seu trabalho, com o qual sustentam suas famílias, pagam suas contas, compram alimentos e continuam a produzir e circular a economia, como toda forma de trabalho.

Para matutar conosco sobre a situação que estamos vivenciando, com foco na educação e na cultura, convidamos o professor e artista Constantino Isidoro Filho. Com graduação em Artes Cênicas e mestrado em Arte-Teatro pela Universidade Federal de Goiás, Constantino é professor no Instituto Federal de Goiás – Campus Goiânia Oeste, e diretor/fundador da Anthropos Cia de Arte. Ele tem atuado nos mais diversos campos da cultura, organizado festivais, dirigido espetáculos e participado do Núcleo de Políticas da Federação de Teatro de Goiás.

Constantino Isidoro Filho

Agradeço, a toda equipe do Programa Matutando, o convite para participar deste diálogo tão necessário neste momento que estamos vivenciando. Digo que estou com aquele frio na barriga que acomete a nós, atores, antes da entrada em cena, dada a responsabilidade de manter o alto nível do debate proporcionado pelos qualificados convidados que já passaram por aqui. Para me socorrer, além de recorrer às bênçãos de Dioniso, penso no criativo nome dado ao Programa Matutando, cuja origem etimológica deriva da palavra “matuto”. Matuto é aquele ser da roça, do interior, que vive sempre muito intrigado em decifrar o sentido das coisas ao seu redor. Assim como um cidadão do interior do Brasil, chego aqui para uma boa prosa.

Júlio Vann

Professor Constantino, nossa vida profissional tem muitas similaridades. Somos, ambos, professores de teatro e artistas da cena goianiense. Temos acompanhado a sua participação em inúmeros debates, falando desde assuntos como arte e formação humana até temas mais pontuais, como é o caso da Lei Aldir Blanc de emergência cultural. Você tem chamado atenção para uma questão que ainda nos afeta profundamente: o reconheci-

mento da profissão dos artistas e trabalhadores da cultura, o que, até o momento, não aconteceu como era de se esperar. Então, é a partir dessa questão que vamos começar nosso diálogo: na sua visão, por que continuamos a crer que há uma separação entre cultura e trabalho? E por que grande parte das pessoas tem dificuldades em ver a arte como uma profissão, como um trabalho?

Constantino Isidoro Filho

Eu penso que a fábula “A cigarra e a formiga” ilustra bem um começo de resposta a essa pergunta. Lá se tem a construção de um conceito onde o trabalho está associado à dimensão produtiva e da acumulação de bens para o enfrentamento de um possível futuro adverso. Não há nenhum outro aspecto relevante na vida para aquela formiga. Só o trabalho importa. E veja bem, na base da compreensão associada ao trabalho da formiga está colocado um modelo de processo produtivo automatizado. Nele é imprescindível que a formiguinha operária saiba perfeitamente o seu papel e tente executar sua tarefa de forma competente, coerente e obediente. Quanto mais qualificada em executar bem aquela única função que lhe compete, mais mérito ela terá. Se uma formiga adoecer, logo surge outra, oriunda de um aparente e infinito reservatório de formigas trabalhadoras, para ocupar a vaga da moribunda e restaurar rapidamente o fluxo do trabalho.

Abro aqui um destaque nessa digressão: embora saibamos que a tecnologia amplia nossa capacidade produtiva, reduzindo, assim, o tempo que dedicamos ao trabalho, ou seja, ela aumenta a possibilidade de se produzir cada vez mais em menor tempo, ao mesmo tempo precisamos cada vez menos de formiguinhas operárias envolvidas no processo de produção. Então, o que deveria ser um benefício para a comunidade – pois teríamos mais tempo livre para se fazer outras coisas que não só o trabalho – acaba por alimentar esse grande contingente de pessoas sem trabalho

e, conseqüentemente, sem cidadania. Essa situação também amplifica as desigualdades sociais na comunidade.

É assim que se colocam, então, as bases do sistema capitalista, pelo qual o trabalho se transforma em uma ação que afasta o trabalhador da compreensão global dos processos que envolvem as relações produtivas de acumulação. Por essa compreensão, o trabalho é somente aquilo que gera transformação imediata no campo da realidade objetiva e material.

Por outro lado, a cigarra cantadeira se dedica a uma categoria de trabalho intangível, que provoca o trabalhador para a compreensão das diversas dimensões que compõem a nossa realidade social, na qual elementos de subjetividade induzem o nosso modo de ser e estar no mundo. A arte está associada a um modo de produção cujo resultado não é tratado como insumo essencial. O produto cultural existe para a nossa satisfação estética!? De certo modo, não há uma aparente utilidade material para a produção cultural que não esteja vinculada ao encantamento de nossa sensibilidade. Aqui temos um grande paradoxo, porque em nosso cotidiano estamos a todo momento envolvidos com a dimensão da beleza estética. Nós compramos determinada roupa, usamos certos acessórios, desenhamos em nossos corpos, para ficarmos bonitos. Em nossas casas existem objetos cuja função aparente é tornar nosso ambiente mais aprazível. E aqueles objetos funcionais – um sofá, a cadeira, a colcha que cobre nossa cama – são escolhidos pela beleza de sua forma, cor, textura e não apenas por sua utilidade. Existe um impacto importante da arte em nossa vida, que influencia nossa ação prática no mundo e que, contraditoriamente, é desvalorizada.

Vemos prevalecer o pensamento economicista e material – consumir arte não mata a fome fisiológica, não aquece seu corpo no frio –, mas vale lembrar que tampouco o sanduíche do McDonald's ou o casaco da Chanel irá conseguir impedir o feminicídio

ou mesmo o racismo estrutural. Porém, entendemos que a arte, sim, pode transformar uma pessoa a ponto de ela modificar sua ação no mundo. A arte liberta e cria consciência.

Nessa pandemia, vimos o consumo cultural mediado pela televisão, internet e redes sociais ser ampliado e sua presença em nossas vidas de modo geral também. Ainda assim, a compreensão da arte como trabalho pouco se alterou. Esse paradoxo se amplifica ao entendermos que, além do envolvimento individual com aspectos constitutivos da arte em nosso cotidiano, a própria sociedade e suas instituições têm se apropriado das relações artísticas em suas dinâmicas sociais de elementos constitutivos, como, por exemplo, o que alguns sociólogos vão chamar de sociedade do espetáculo. Mesmo assim, no senso comum, a dimensão de trabalho para a cultura parece existir apenas quando nos referimos aos produtos e processos da indústria cultural. Nesses casos, ao pensar na organização de um mercado consumidor, a percepção da dimensão de trabalho se torna evidente, incluindo a adoção de todos os regramentos legais e trabalhistas que regem as relações entre as pessoas e as organizações envolvidas. Todavia, para a maioria dos pequenos e médios produtores de cultura, é a informalidade nas relações profissionais que dá a tônica dos processos.

Acrescento que se conserva, ainda, um certo olhar romântico sobre o ofício dos artistas, consideradas pessoas dotadas de qualidades especiais inatas que as tornam diferentes dos demais mortais e que, por essa excentricidade, não se adequam à lógica do trabalho no mundo contemporâneo. Tudo isso, junto e misturado, favorece a dificuldade de perceber e considerar a arte como profissão e trabalho.

Júlio Vann

Você é professor da educação básica e superior no Instituto Federal de Goiás e, também, é pai de crianças em idade escolar.

Como você mesmo tem acompanhado, as instituições públicas e privadas têm sido pressionadas a voltar às aulas presenciais, mesmo com toda a insegurança sanitária. Em uma outra entrevista, nós conversamos com a Professora Natalia Carvalhaes, que nos trouxe alguns apontamentos de que essa insegurança no retorno pode afetar também os processos pedagógicos do ensino e da aprendizagem. Como você, nesse duplo papel de pai e trabalhador da educação, vê a pressão para o retorno às aulas presenciais, ainda com tanta insegurança?

Constantino Isidoro Filho

Como professor, eu entendo que nós, trabalhadores da educação, devemos nos inspirar nos trabalhadores da cultura e organizarmos um amplo movimento em prol de uma lei de emergência para a educação. Uma lei que trate não somente de recursos financeiros, mas, principalmente, de princípios educacionais coerentes com o estado pandêmico vivenciado e com gestão científica, para implementar uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Essa frase é uma palavra de ordem.

Entretanto, vivemos um momento em que se torna necessário falar o óbvio, e começo por destacar o despreparo para lidar com os aspectos tecnológicos que impactam a organização do processo de ensino-aprendizagem demandado por esta situação social vivenciada. Nós, educadores, fomos surpreendidos e violentamente lançados, sem tempo de preparação, em um novo tipo de ensino. É preciso ser justo e apontar também o despreparo da escola enquanto instituição, bem como todo seu aparato burocrático e, também, mantenedor (organismos gestores e financiadores), para lidar com as necessidades educacionais de um tempo pandêmico.

Apesar disso, eu quero reconhecer todos os esforços desenvolvidos para superar o problema, mas, entendo que estamos ainda distantes de uma pedagogia apropriada para o momento. A

própria nomenclatura utilizada, ensino remoto (ER), traz consigo toda a complexidade que vivenciamos, mas também poucas respostas. Nos deparamos com um conjunto de protocolos, legislações e reflexões, tanto sobre o ensino presencial, quanto sobre o ensino a distância. Nós sabemos bem o que é e como fazer o ensino presencial e a educação a distância (EaD), mas o ensino remoto emergencial é uma outra coisa. Ele não é e nem contempla toda perspectiva educacional da EaD, porém, também não consegue se sustentar naquilo que entendemos por ensino presencial.

Essa zona fronteira epistemológica em que se encontra o ensino remoto vai nos lançar em uma circunstância ainda mais difícil em comparação àquela que vivíamos quando fomos assolados pela pandemia. As desigualdades sociais e educacionais vão se ampliar, porque não temos uma coordenação articulada dos entes federativos e instituições do setor educacional na implementação dessa modelagem de ensino. A mesma desorganização do governo federal na coordenação do combate a pandemia no campo da saúde ocorre na educação. Não existe um esforço do governo central para liderar a construção de uma política de estado emergencial para a educação que trate do profundo impacto que está ocorrendo com nossa formação. Como não há coordenação, temos diversos modelos de ensino remoto.

Algumas escolas, em especial as privadas, só fizeram uma transposição mecânica do modelo de aulas presenciais para aulas síncronas pelo computador, com praticamente a mesma carga horária, outras reduziram para menos de um terço o tempo de aulas. Enfim, diversas formas, em que quem mais perde são os estudantes, principalmente os provenientes das camadas mais pobres de nossa população. Soma-se a isso o acirramento da precarização do trabalho docente no ensino remoto, a ampliação da jornada de trabalho e o adoecimento mental.

Pensando na perspectiva estudantil, a situação também é muito difícil quando se considera questões relacionadas à conectividade, equipamentos, ambiente doméstico pouco favorável ao estudo e o próprio processo pedagógico aplicado a partir da mediação tecnológica. Nesse contexto, eu avalio o ensino remoto como muito ruim. Por isso, eu concordo que devemos acelerar o retorno às atividades presenciais. Porém, isso envolve a existências de, no mínimo, duas premissas de três que vou citar: lei de emergência para a educação, trabalhadores da educação vacinados e estudantes vacinados.

Júlio Vann

Muito se tem falado que a arte tem ajudado a manter a sanidade mental das pessoas nesta crise pandêmica, ou seja, a arte salva vidas, mas quem salva os artistas? É preciso reforçar a ideia de que a arte é muito mais que diversão e entretenimento, pois isso é só uma fatia do bolo. Para a classe artística, fazer arte é trabalho e sustento. Também é preciso considerar o papel de resistência que os artistas têm desempenhado ao longo da história, quanto ao enfrentamento ao conservadorismo e à intolerância, que parecem ter assumido o poder do Estado.

Entrevistamos também a professora Lia Calabre, da Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro, que nos falou sobre outros vírus que nos assolam, além do coronavírus. O negacionismo é um deles, porque tenta destruir a credibilidade na ciência, responsável, por exemplo, pelas vacinas, que salvam vidas. Falando, então, dessa resistência: como resistir e continuar fazendo o trabalho artístico, se o que está em jogo é a própria sobrevivência?

Constantino Isidoro Filho

Há alguns anos, eu participei de uma conferência teatral com relatos de grupos de todas as regiões do mundo. Um dos grupos

era do Oriente Médio e seu relato foi sobre como desenvolviam uma experiência teatral em um ambiente devastado pela guerra. Para muitos de nós que assistimos aos relatos, essa experiência específica era difícil de contextualizar com exatidão. Não tínhamos a vivência de uma circunstância social onde a nossa existência se apresentasse tão efêmera como a própria arte teatral. A experiência de viver uma situação limite, por muito tempo, onde sua vida está em real e constante risco, não era uma condição humana que sequer podíamos fabular, tampouco podíamos entender o quanto isso transtorna a percepção de quem somos socialmente ou de como isso interdita o nosso desejo de futuro. Ainda assim, assisti a uma potente narrativa ricamente ilustrada com imagens daquilo que chamavam de encenação, realizada nos escombros e em ambientes semidestruídos pelas bombas.

Numa circunstância social onde o futuro se apresenta incerto e sem perspectivas, onde o risco de vida lhe impõe uma postura alinhada ao que é essencial, poderia até parecer que o teatro, bem como qualquer outra atividade artística, se apresentaria para aqueles seres humanos como uma ação social de menor valor, desnecessária e fútil. Porém, não foi assim. Para aquelas pessoas, o teatro era um momento, em meio àquele caos, de contato com a subjetividade, com o sonho, com o desejo e, principalmente, com a visão de futuro. Tratava-se de um momento em que vivenciavam os resquícios da consciência de serem, ainda, seres humanos.

Como você bem aponta, o que está em jogo é a nossa própria sobrevivência. Hoje, vivemos, em escala global, uma circunstância de guerra. Alguns de nós, infelizmente, ainda não se deram conta da gravidade da situação, outros já estão anestesiados a ponto de terem atitudes inconsequentes. Outros tantos, como nós aqui, estão assustados e indignados, tentando fazer o possível para não agravar o problema. Porém, para a comunidade na totalidade, viver tanto tempo nessa circunstância de efemeridade da

vida e da falta de futuro provoca adoecimento mental. Eu penso que a saúde mental será o grande tema da sociedade pós-covid. Nesse cenário futuro, a arte e a cultura terão um papel estratégico na cura de nossas chagas. Eu não tenho dúvidas disso.

Para reconstituirmos a nossa humanidade, a arte será muito necessária. Do ponto de vista econômico e estratégico, penso que ficará até mais fácil colocar a arte e a cultura como uma componente dessa retomada. Quero ser otimista na resposta, porque entendo que a cultura obteve uma vitória importante durante a pandemia: a Lei Aldir Blanc. Não pretendo entrar no mérito das dificuldades de sua implementação. Quero destacar o valor do processo de mobilização social e coletivo que conseguiu construir um entendimento da cultura como economia e trabalho e dos artistas e agentes como trabalhadores. Tradicionalmente, quando entramos em uma crise econômica, o setor cultural é o primeiro a ser contingenciado. Entretanto, na maior crise dos últimos cinquenta anos, conseguimos inverter a lógica sistêmica de deixar a cultura em segundo plano. Foram três bilhões de reais distribuídos para todos os municípios e estados do país. Uma grande vitória. Assim, entendo que os processos sociais que resultaram na aprovação da Lei de Emergência Cultural são o esboço da metodologia a ser utilizada de imediato para continuarmos a resistir, atuando, agora, nas esferas municipais, estaduais e, também, na federal. Claro que também existe espaço para pressionarmos a iniciativa privada, para que as empresas também cumpram e assumam sua responsabilidade cultural com o Brasil.

Júlio Vann

Retorno às aulas, abertura dos espaços culturais, transposição do presencial para o virtual, desespero de alguns e deslumbramento de outros; essa é uma situação que ainda parece distante de ter uma solução. Muitos artistas estão experimentando novos

formatos para realizar o seu trabalho, utilizando, principalmente, as redes sociais. Entretanto, isso não mudou muito a situação em que esses trabalhadores viviam antes. O meio digital é dominado pelas grandes empresas de comunicação e a maioria daqueles que estão utilizando as redes estão ganhando muito pouco ou quase nada com isso. O que tem sido feito neste momento em que os Fundos de Cultura e as Leis de Incentivo têm sido extintos? Que saídas você poderia apontar como forma de sobreviver com arte utilizando as mídias sociais e as plataformas digitais?

Constantino Isidoro Filho

Estamos em um momento de transição na cultura. Começamos a ver, nas redes, os resultados da aplicação da lei Aldir Blanc, mas muito desse conteúdo ainda são resquícios de produções realizadas em um outro tempo, ou seja, há relativamente pouco conteúdo artístico novo. Porém, entendo que este ano ainda será, prioritariamente, de aprofundamento em pesquisas e experimentações virtuais. Ao mesmo tempo, é necessário que os produtores avancem na formulação de estratégias de monetização de suas produções na internet. Corremos um grande risco de termos nosso trabalho “uberizado”, tendo em vista a concentração e o monopólio dos meios de comunicação e a difusão virtual em poucas redes e empresas.

Júlio Vann

E quanto ao futuro? Teremos que reconstruir nossos currículos formativos para nos apropriarmos das linguagens audiovisuais? Você acredita que as pessoas que, neste momento, estão deixando de fazer arte para trabalharem em outras áreas, vão conseguir retomar suas carreiras em outra perspectiva de mundo do trabalho artístico?

Constantino Isidoro Filho

Sim, o futuro aponta para uma profunda transformação de nossa condição humana. Temos que desenvolver novas competências para nos relacionarmos uns com os outros. Devemos experimentar outro modo de socialização, no qual a experiência da coletividade não se dará somente pela mediação de meu corpo em um mesmo espaço físico e presencial com outros corpos, mas também mediado por dispositivos tecnológicos e pela virtualidade. O sentido de presença, de estar próximo, passa a ser diferente, e precisamos articular positivamente essas novas formas de interação digital.

Acredito que o momento é de aprendizado e de incorporação dessa tecnologia em nosso processo criativo. Penso que experimentaremos uma forma híbrida de viver e de criar. Por isso, não só os artistas, mas toda a comunidade precisará aprender. Para nós do campo da cultura, eu temo o enfrentamento de uma grande dificuldade com a possível baixa na oferta de profissionais e serviços da cadeia produtiva da cultura, porque o mercado cultural precisa de uma expressiva rede de serviços associados para existir. Faço uma correção: mercado cultural, de fato e direito, só existe no universo da indústria cultural. Nela temos uma organização com todos os regramentos e componentes de um mercado econômico estruturado. Todavia, acredito que sua pergunta se refere àqueles pequenos, médios e anônimos criadores e produtores de cultura, que são responsáveis por uma importante parcela da produção cultural. E eu sou otimista. Acredito que o pós-covid será uma janela de oportunidades para a estruturação do setor e a geração de renda com a produção cultural. O desejo represado de experiências presenciais significativas vai impulsionar a ampliação do público consumidor de cultura.

As reflexões do professor Constantino foram muito esclarecedoras e importantes para ampliar a compreensão deste momento que estamos vivenciando, do papel da arte e da cultura na vida em sociedade e, principalmente, para termos claro que a arte e a cultura são profissão e trabalho de muita gente. Quanto ao que nos espera no futuro próximo, pós-pandemia, é esperar para ver como os artistas e trabalhadores se apropriaram das possibilidades das linguagens artísticas, exploradas a contrapelo, em função da situação imposta pela covid-19.

Indicações de Leitura

TAKARA, Jacqueline; CAMARGO, Vinicius. *A crise para os artistas: quarentena, desemprego e desalento*. In: Organização Comunista Internacionalista (site). [S.l.], 2 abr. 2020. Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/a-crise-para-os-artistas-quarentena-desemprego-e-desalento/>. Acesso em: 2 abr. 2024.

FARIA, Karina de. Arte pós-pandemia: novas configurações na relação entre público e artistas. *Cairú em Revista*, [S.l.], ano 9, n. 13, p. 110-124, ago. 2020.

MARTINS, Alessandra Affortunati. “Apesar de”: o valor do trabalho de intelectuais e artistas na era do coronavírus. In: *Revista Cult* (site). São Paulo, 27 maio 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/intelectuais-e-artistas-coronavirus/>. Acesso em: 2 abr. 2024.

CAPÍTULO VII - INSERÇÃO DE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA¹

*Jhonny David Echalar
Daniela Rodrigues de Sousa*

A pandemia naturalizou e, ao mesmo tempo, trouxe à tona discussões pontuais sobre a inserção da tecnologia na educação. Essa discussão, porém, não é nova. Especialmente a partir da década de 1990, encontramos documentos oficiais que recomendam a inserção das tecnologias digitais em educação e incentivo a seu uso, considerando que elas seriam ferramentas que modernizariam o ensino e viabilizariam a criação de espaços mais democráticos e significativos de aprendizagem. Desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, até o momento atual, percebemos a valorização da tecnologia como algo que pode transformar a educação. Que concepção de tecnologia sustenta esses argumentos? Que dimensões da tecnologia são consideradas nessas abordagens? Como estão, hoje, as políticas nacionais de inserção de tecnologia na educação? Qual a diferença entre Educação a Distância (EaD), ensino remoto, ensino híbrido, videoaula e transmissão simultânea? Vamos matutar sobre essas e outras questões.

¹ Programa transmitido pela TV UFG em 23/4/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yCm975ZIKMY>. Acesso em: 2 abr. 2024.

Daniela Sousa

A política de inserção de tecnologia na educação geralmente se apoia na ideia de inovação, revolução, transformação. Porém, o que é inovação? Algo que rompe com o passado? É possível pensar a tecnologia como algo que se desprende da natureza histórica do homem? Acreditamos que o ocultamento da história da tecnologia não é obra do acaso, mas faz parte de estratégias hegemônicas de construção de uma lógica específica para a formação da classe trabalhadora. Qual o impacto do ensino não presencial para essa formação? O que esperar das políticas de inserção da tecnologia na educação durante a pandemia e em momentos posteriores?

Para falarmos sobre essa temática, trouxemos o professor Jhonny David Echalar. Ele é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), mestre em Ensino de Ciências pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), especialista em Educação a Distância pela Universidade Gama Filho e licenciado em Ciências Biológicas pela UEG.

Jhonny é integrante do Grupo de Estudos em Educação a Distância (GEaD/UFG) e do Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as Relações entre as Tecnologias e a Educação, Kadjót. Ele é, ainda, um dos curadores do programa “Matutando”. Além disso, é professor efetivo (P-IV) da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (Seduc) e possui experiência na área de Formação de Professores, Ensino de Ciências, Educação e Tecnologias e Produção de Material Didático para a Formação de Professores.

Muito obrigada por estar aqui para conversar conosco sobre essa temática, Jhonny!

Jhonny Echalar

Olá, Daniela! A todos que nos assistem, seja pela TV UFG, seja pelo Youtube, muito obrigado. Quero agradecer ao Ícaro por estar aqui conosco hoje nesta tarde. E vamos matutar sobre tecnologia!

Daniela Sousa

Desde 1981 e 1982, quando foi realizado o Seminário Internacional de Informática Educativa, o computador passou a ser visto, efetivamente, como ferramenta para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem e tornou-se alvo de políticas educacionais.

De lá para cá foram implantados vários projetos, entre eles podemos citar os seguintes: o Computadores na Educação (Educom), em 1984; o Curso de Especialização em Informática na Educação, FORMAR, em 1986; o Programa Nacional de Informática Educativa (Proninfe), em 1989, que ficou caracterizado pela criação dos Centros de Informática na Educação (Cied) de primeiro e segundo graus; e o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), em 1997, que fomentou a criação de laboratórios de informática educativa nas escolas públicas do país e a instalação dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE). Em seguida, houve a implantação de outros programas, como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), implantado em 2005, que forneceu os computadores às escolas, e o Programa um Computador por Aluno (Prouca), iniciado em 2007. Implantou-se, ainda, em 2008, o Programa Banda Larga na Escola. Além disso, no final de 2011, o governo federal, através do Ministério de Educação (MEC), realizou licitação para a compra de quase 600.000 *tablets* para serem distribuídos em, aproximadamente, 58.000 escolas da educação básica.

Desde 1989, as políticas públicas para a implantação das tecnologias digitais na escola atuam como se fosse indispensável e suficiente a aquisição de equipamentos para provocar melhorias no processo de ensino-aprendizagem.

Em Goiás, você trabalhou na equipe do NTE e já foi até gestor da unidade central, logo, você vivenciou, e hoje estuda no doutorado, o ciclo das políticas públicas. Conte-nos que concepção de

tecnologia sustenta os programas de inserção da tecnologia na educação? A concepção presente inicialmente nas políticas educacionais sofreu transformações ao longo dos anos? É mesmo verdade, como dizem as justificativas de tais políticas, que é irreversível e indispensável a implantação de tecnologia na educação?

Jhonny Echalar

Começamos muito bem, Daniela. Primeiramente, obrigado. A sua contextualização foi perfeita e ela já evidencia alguns elementos sobre as políticas de inserção de tecnologias na educação. Eu só retornaria algo por volta de duas décadas, quando ocorreu o golpe da Ditadura, o Golpe Militar de 1964. Por quê? Aquele foi um grande momento da crise global do capital. O sistema capitalista entrou em um processo de crise e nós tivemos a implementação de políticas para sua reversão e garantia da sua existência, com o discurso de melhoria da qualidade de vida pela modernização tecnológica da sociedade. Esse é um marco importante para nós, pois o movimento encontrou, a partir de meados das décadas de 1970 e 1980, na educação, o ambiente para a formação de capital humano para trabalhar e operar o conjunto de técnicas e objetos tecnológicos, e para produzir tecnologia, especificamente.

O que encontramos ao analisar os documentos é que as políticas foram formuladas e implementadas sob uma concepção positivista da tecnologia, com um olhar tecnocentrado sobre esses aparatos, como se a tecnologia em si fosse responsável, especificamente na educação, por uma melhoria na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem, chegando a facilitar e democratizar o acesso à educação.

O que podemos observar com clareza ao longo desses anos é que, em certa medida, permanece essa mesma concepção nas políticas que foram reformuladas e atualizadas com o que podemos denominar de atualizações contextuais, a partir da in-

serção de novos aparatos ou novas linguagens nas políticas, nos documentos e nos planejamentos, como o termo “inovação” que você citou, por exemplo. Porém, nós também podemos traçar uma relação entre o desenvolvimento dos recursos, dos aparatos e essa dita atualização e inovação das políticas. Eu trago como exemplo o Prouca e o Tablet Educacional, que entregou milhares de *tablets* em Goiás, em relação a políticas anteriores. Claro que estou falando aqui de um aspecto estrutural, material, mas que em certa medida mantém essa concepção de inovação como melhoria do processo, obviamente com objetivo de manutenção da sociedade do capital.

Sobre a implementação desses recursos na educação ser ou não ser indispensável ou irreversível, isso vai depender dos objetivos do capital enquanto nós estivermos em uma sociedade capitalista. Como bem apontou o professor Ricardo Antunes, no edição anterior do Programa Matutando, as tecnologias potencializam a produção, logo potencializam os lucros do mercado, ou seja, durante o período em que as tecnologias seguirem potencializando os ganhos dos detentores do capital, o discurso de irreversibilidade e indispensabilidade vai seguir forte nas políticas; disso nós temos que ter clareza. Cabe a nós, docentes e pesquisadores, quando possível (isso tem que ficar claro: quando possível) utilizarmos esses dispositivos de modo coerente com as nossas intencionalidades pedagógicas, em um projeto de formação de sujeitos críticos e atuantes. Atuantes em que sentido? Na diminuição das desigualdades sociais e educativas que observamos nas nossas pesquisas e que, nos últimos anos, têm sido ampliadas na nossa sociedade.

Daniela Sousa

Muito bem, Jhonny. Então, segundo você, esses programas de inserção de tecnologia na educação vêm se baseando na lógica tecnocêntrica e atendendo, prioritariamente, aos objetivos do ca-

pital e ao aumento da produção de mais valor. Além disso, sujeitos como nós, professores, podemos contribuir para a subversão dessa ordem, dentro das nossas possibilidades. Para isso, vamos tentar compreender melhor esses termos. Nós temos alguns termos como “ensino a distância” (EaD), “ensino híbrido”, “videoaula”, “ensino remoto”, “transmissão simultânea”, entre outros. Vários deles têm sido utilizados como sinônimos após a adoção do regime educacional emergencial na pandemia. Jhonny, o que significa cada um desses termos? Quais as diferenças entre eles?

Jhonny Echalar

Seguimos bem! Bom, primeiramente devemos enfatizar que a educação é direito fundamental, não é serviço essencial. Educação pode ser compreendida como a prática sociocultural, eminentemente política, que se desenvolve por meio da articulação entre os conhecimentos populares, específicos, científicos, pedagógicos e culturais que estão voltados não só para a formação profissional dos educandos, mas também para a formação humana. O ensino é parte do processo educativo, da educação escolar. Ele é uma atividade humana que se refere à atividade pedagógica, logo, ao trabalho pedagógico docente. A relação entre o que o professor faz e a efetiva aprendizagem do estudante é o que podemos compreender e denominar como ensinar, ou ensino.

Vou retomar, então, os termos da sua questão. As videoaulas e os recursos/dispositivos de transmissão ao vivo são fontes de informação e podem ser fontes de comunicação. Eles estão sendo (e já eram) utilizados por docentes e pelos sistemas de ensino para possibilitar o acesso por estudantes a conteúdos relacionados ao que está previsto nas matrizes curriculares dos sistemas de ensino, seja ele superior ou da educação básica, neste momento pandêmico.

Além disso, falemos um pouco sobre EaD como prática social, uma modalidade de desenvolvimento da educação e uma maneira de organizar os processos educativos, contemplando sua principal característica: o distanciamento geográfico e temporal entre professores e estudantes. Na Educação a Distância, a maior parte da mediação didático-pedagógica dos processos de ensino e aprendizagem ocorre pela utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação (TIC), já que os docentes e os estudantes não estão lado a lado. Essa característica vai resultar no desenvolvimento de uma arquitetura pedagógica e, também, de gestão integrada ao uso das tecnologias de informação e comunicação e não somente as tecnologias digitais *on-line*, dotadas de conectividade. A EaD possui regulamentação, inclusive prevenindo políticas de acesso, de acompanhamento e de avaliação, com equipe formada para atuar nessa modalidade.

Agora ficou um pouco melhor para compreender o que é o ensino híbrido (ou *blended learning*), porque trata-se de uma proposta didático-metodológica para a atividade de ensino/ensinar que articula o presencial e o virtual. Podemos dizer até que nós já fazíamos isso em sala de aula, quando passávamos atividades para os estudantes realizarem em casa, com flexibilidade de tempo, e trabalhos para serem realizados coletivamente, também fora do ambiente escolar.

Na atualidade, com o desenvolvimento das TIC, o que caracteriza o ensino híbrido é o uso de recursos tecnológicos *on-line*, sob a ótica das modalidades denominadas metodologias ativas, as quais colocam a responsabilidade primária do processo de aprender no estudante e se pautam no desenvolvimento da “personalização” do processo de ensino e aprendizagem.

Esclareço que o ensino remoto emergencial, como já foi abordado também em edições anteriores do Programa Matutando e sabemos que está sendo realizado nas diversas instituições de

ensino, não é nem ensino híbrido e muito menos Educação a Distância. A legislação atual também entende assim.

Nós temos que saber que o ensino remoto emergencial foi autorizado em caráter temporário pelo Ministério da Educação (MEC), para cumprir o cronograma presencial com as aulas *on-line*. O que nós estamos vendo como resultado? São atividades/aulas realizadas de modo síncrono, com professores e estudantes conectados *on-line*, no mesmo dia e horário das aulas presenciais. Essa dinâmica ocorre através da utilização de plataformas de videoconferência, de aplicativos de mensagens. Nesse regime, Daniela, acontece praticamente a tentativa de uma transposição integral do ensino presencial para o ambiente *on-line*, o que é um erro!

Daniela Sousa

Percebemos que há muitos professores e alunos relatando dificuldades em relação a esse regime de ensino remoto emergencial, sem considerar aqueles que foram excluídos do processo de ensino por não terem condições de acesso às plataformas. Porém, nós vamos falar sobre isso no próximo bloco. Continuamos essa conversa já, já. Vamos ao intervalo e voltamos em instantes.

Daniela Sousa

Estamos matutando com o professor Jhonny Echalar sobre o tema “Inserção de tecnologias na educação em tempos de pandemia”. Na pandemia, o capitalismo – que não respeita o tempo da doença, do luto, do cuidado; que exige de nós o tempo da produtividade – impôs aos professores e alunos oriundos das mais diversas realidades o ensino remoto, à distância, *on-line* ou como queiramos chamar o ensino não presencial.

Como Jhonny já disse no bloco passado, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou, em abril do ano passado, o parecer favorável à possibilidade de cômputo de atividades pedagógicas

não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual em razão da pandemia da covid-19. Esse parecer foi homologado pelo Ministério da Educação (MEC) no mês seguinte.

Desse modo, tornou-se possível que o ano letivo fosse dado como cumprido, mesmo havendo um percentual da população sem condições de acesso à internet ou aos aparatos tecnológicos necessários para isso. Assim, esse parecer tirou de uma parcela da população o direito à educação. De repente, professores e alunos tiveram que assumir o manejo de plataformas tecnológicas, enfrentar novos procedimentos didáticos, lidar com linguagens diversas, antes desconhecidas, encarar novas dificuldades etc.

Em plena pandemia, em meio às angústias, inseguranças e perdas que o crescente número de mortes trouxe para toda a sociedade, professores e alunos foram responsabilizados pela continuidade do processo de ensino-aprendizagem e pelo sucesso do ano letivo. Jhonny, como você avalia as possibilidades de realização de educação nesse período? Conte-nos, como tem sido viver isso no chão da escola?

Jhonny Echalar

Infelizmente, Daniela, como você muito bem pontou, muitos estudantes não estão tendo seu direito de acesso à educação garantido no ensino que tem sido ofertado. Nesse sentido, claramente, falando sobre a minha atuação hoje, nós temos três grupos: estudantes que conseguem acessar as atividades do ensino remoto *on-line*, os estudantes que buscam atividades impressas disponibilizadas nos ambientes escolares e os estudantes que estão totalmente desassistidos nesse sentido pelos sistemas. O direito constitucional à educação, que é um direito fundamental, não é considerado serviço essencial e está sendo prejudicado, pois nós temos algo em torno de trinta a quarenta por cento dos estudantes conseguindo participar das aulas. São três grupos

com uma série de situações que podem, e devem, ser levadas em consideração e analisadas em suas especificidades. Hoje, nós, docentes, estamos tendo que, diariamente, levar esses grupos em consideração ao planejarmos nossas atividades pedagógicas. O volume de trabalho do professor, que sempre foi grande, foi aumentado consideravelmente e as condições para a realização desse trabalho são inimagináveis.

Vou tentar caracterizar, de forma breve, a nossa rotina de trabalho. Nós temos que planejar essas atividades para os estudantes realizarem no ambiente *on-line*, de modo síncrono, para isso as unidades escolares estão, cada uma, utilizando um recurso de acordo com suas realidades. Trata-se de grupos no WhatsApp, no Telegram e alguns utilizam o Google Classroom. Em uma mesma unidade escolar, pode haver docentes que utilizam recursos diferentes, ocorrendo, ainda, a cobrança para que sejam realizadas aulas síncronas por videoconferência e seja feito o registro diário da frequência dos estudantes, nos moldes do ensino presencial.

Concomitantemente ao planejamento das atividades para esse grupo, nós temos que analisar e planejar atividades e estratégias de atendimento para os estudantes que não possuem acesso às atividades *on-line*; produzimos outros materiais didáticos; elaboramos (ou tentamos elaborar) estratégias de avaliação, registro de frequência e devolutiva para as atividades impressas que os alunos devolvem na escola, quando temos acesso a essas atividades.

Referente ao terceiro grupo, nós somos responsáveis pela realização de uma ação denominada “busca ativa”. Na verdade, essa “busca ativa” deve alcançar os três grupos, mas com prioridade para os estudantes totalmente ausentes. Nela, nós temos que realizar ações para manter contato com o estudante, compreender as motivações da ausência e buscar reverter tal situação.

Daniela e quem está nos assistindo, nós estamos fazendo milagres, como sempre. Estamos nos desdobrando em mil, assumin-

do responsabilidades por problemas que nós não causamos ou que nós não conseguimos resolver, como a desigualdade social, as dificuldades de acesso aos recursos tecnológicos e à conectividade, e isso é só a ponta do *iceberg*.

Sobre as possibilidades de educação, elas estão reduzidas e precárias. Como tem sido viver isso no chão da escola? Angustiante.

Daniela Sousa

Imagino, Jhonny. Na pandemia, as escolas, inclusive públicas, aderiram às plataformas e aplicativos privados importados, tais como: Microsoft, Google for Education etc. Com isso, alunos e professores foram obrigados a utilizar esses recursos e compartilhar seus dados com eles.

Você estudou sobre objetos virtuais de aprendizagem em sua dissertação e pode falar um pouquinho para nós sobre como essa atitude traz no mínimo duas consequências: a formação de um enorme mercado consumidor para esses produtos e a perda da nossa privacidade em relação a nossa produção e aos nossos dados. Então, quero te fazer a seguinte pergunta: Jhonny, os nossos dados compartilhados nessas plataformas estão seguros?

Jhonny Echalar

Eu sei que o tempo é curto e vou tentar ser breve. Fique à vontade para me interromper.

Sobre nossos dados e acerca da utilização de outras alternativas, retomo uma outra edição do Programa Matutado, em que o professor Nelson Pretto abordou esse mesmo assunto. Eu sou categórico: nossos dados já estão comprometidos. Mesmo antes da pandemia, nós já éramos obrigados a utilizar essas plataformas de comunicação e já entregávamos os nossos dados quando cadastrávamos contas para a ativação dos nossos telefones móveis

ou instalávamos dezenas, às vezes centenas, de aplicativos nesses mesmos aparelhos. O que ocorreu e está ocorrendo, de modo institucionalizado pelas redes de ensino e pelo Estado, é a potencialização dos dados que estamos entregando. Agora, estamos mostrando para essas grandes corporações como trabalhamos com os recursos *on-line*.

Daniela Sousa

Jhonny, vou ter que te cortar, pois estamos com o tempo contado. O assunto é muito interessante, mas o tempo, infelizmente, não será suficiente para dialogarmos. Eu fiz muitas perguntas. Porém, de qualquer maneira, queremos agradecer muito esse conhecimento que você compartilhou conosco. Muito obrigada por estar no Matutando hoje conosco.

Jhonny Echalar

Daniela, eu que agradeço. Eu também me alongo nas respostas de um assunto que eu adoro. Reforço meus agradecimentos e peço aos professores e profissionais da educação, por fim, que não se sintam culpados, se responsabilizem ou adoeçam. Um abraço a todos vocês.

Indicações de Leitura

ECHALAR, Jhonny David; LIMA, Daniela Costa Britto Pereira; OLIVEIRA, João Ferreira. Plano Nacional de Educação (2014-2024): o uso da inovação como subsídio estratégico para a Educação Superior. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 109, p. 863-884, out./dez. 2020.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (Andes-SN). Grupo de Trabalho de Política Educacional. *Projeto do capital para a educação, volume 4: o ensino remoto e o desmonte do trabalho docente*. Brasília, DF: Andes, 2020. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/setembro/cartilha%20Oensino%20remoto.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2024.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. *A educação em tempos de covid-19: ensino remoto e exaustão docente*. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-24, 2020.

CAPÍTULO VIII - PÓS-CORONAVÍRUS: OS PODEROSOS PLANEJAM O FUTURO¹

*Marilza Vanessa Rosa Suanno
Júlio César dos Santos (Júlio Vann)
Cláudia Helena dos Santos Araújo*

Apesar de todo o desenvolvimento tecnológico, o que muitos chamam de avanços ou inovações, nos vemos às voltas com uma crise sanitária global, que nos recorda, e com razão, outras pandemias dessa magnitude. A peste negra e a gripe espanhola são os exemplos mais citados. Porém, outras características também fazem a situação se assemelhar às anteriores: o negacionismo, o obscurantismo, a intolerância, a segregação, o acirramento das desigualdades sociais e outras mazelas que alguns estudiosos têm chamado de “narrativas de crise”, as quais englobam elementos como identidade, sentidos e buscas por novas normatividades. É sobre isso que vamos matutar no nosso programa de hoje.

Júlio Vann

Olá, eu sou o Júlio Vann, professor do Instituto Federal de Goiás e membro pesquisador do Grupo Interinstitucional de

¹ Programa transmitido pela TV UFG em 30/7/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/edH4Obbhy-w?feature=share>. Acesso em: 3 abr. 2024.

Estudos e Pesquisa sobre as Relações entre as Tecnologias e a Educação, Kadjôt.

Todas as crises vividas pela humanidade ao longo da história deixaram seus rastros que associam números estatísticos alarmantes às transformações na ordem social, econômica, política e cultural. Quando pensadas *a posteriori*, essas transformações passam a fazer parte da história e se objetivam em teorias que são contestadas, negadas ou superadas, a partir dessas situações e circunstâncias. A pandemia da covid-19, em pleno século XXI, coloca inúmeras questões quanto ao modo como temos levado a nossa vida, incluindo fatores objetivos e subjetivos de ordem econômica, ecológica e social.

Para matutar conosco sobre a enormidade de fatores que estão envolvidos nesse processo traumático que estamos vivendo, temos aqui a professora Marilza Suanno. Ela é doutora em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB), tendo feito doutorado sanduíche na Universidade de Barcelona, na Espanha. Também é mestre em Educação em Ciências da Educação Superior pela Universidade de La Havana, revalidado pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Questões Contemporâneas, DIDAKTIKÉ, e membro dos grupos de pesquisa Ecologia dos Saberes e Transdisciplinaridade da UCB e da Rede Internacional de Escolas Criativas (Riec), um acordo de cooperação internacional entre dezessete instituições do Brasil, Espanha, Bolívia e Portugal. Ela também é membro do Núcleo de Formação de Professores da Faculdade de Educação da UFG. Professora Marilza, é um prazer enorme poder matutar contigo hoje no nosso programa. Seja muito bem-vinda!

Marilza Suanno

É uma honra estar com vocês, participando do Matutando. Esse convite muito me agradou, então, agradeço a você, à equipe do programa e a todos que nos assistem. Nesse momento em que você me convida, um período tão triste da nossa realidade nacional e planetária, nós nos deparamos com o título também um tanto quanto instigante, matutar sobre o que os poderosos planejam para o futuro pós-pandemia da covid-19. Fiquei com vontade de matutar e trazer alguns elementos: o que estamos entendendo por poderosos? Quem são esses poderosos que planejam o futuro da humanidade e a vida da sociedade? Entendo por poderosos os gigantes tecnológicos como a Google, Amazon, Apple, Microsoft, o Facebook, assim como as gigantes da China e da Coréia do Sul que, neste momento de crise econômica e de pandemia, continuam superando suas expectativas econômicas e de lucro, bem como seguem ditando regras.

Não há dúvidas de que vivemos um momento de supremacia dos mercados sobre as sociedades, como Eygeny Morosov (2020) e Edgar Morin (2020) vêm anunciando nos dois últimos anos de pandemia. Nós estamos em um tensionamento grave e conjugado entre solucionismo digital e neoliberalismo, o que demanda análise crítica. Por um lado, há uma ideia de lógica de mercado, trazendo soluções para os governos e para o Estado. Trata-se de uma onda de solucionismos digitais. Por outro lado, existe o neoliberalismo que tanto conhecemos e que vem ordenando a lógica do capitalismo. Para mim, parece importante entender isso. Quem são esses gigantes e o que eles estão desenhando para a vida humana, atrelado aos interesses que lhes pertencem? Essas ideias saem do Vale do Silício e acabam impregnando as elites dominantes, trazendo as tecnologias digitais como soluções para os problemas políticos, o que impede e/ou evita o debate democrático e a construção de políticas, visto que essas demandam tempo e participação da sociedade e da sociedade civil organizada.

Elites, mercado e “solucionismos digitais”, em contexto pandêmico, engendram e mantêm os interesses e a lógica do capitalismo global. Morin (2020) analisou que, com a pandemia, nos deparamos com um quadro que conjugou incertezas, fragilidade humana, policrises (interligadas, interdependentes e que se nutrem) e explicitou o destino comum da humanidade. Assim, lastimavelmente, notou-se que a proteção da economia prevaleceu em detrimento da proteção à vida.

Além disso, há uma questão que me parece importante nesse começo de conversa e que tem uma relação bastante íntima entre esses solucionismos digitais e o neoliberalismo: nós vamos ficar com o problema pós-pandemia. E qual é o problema? Nós vamos ter que voltar à pauta: ou defendemos a social-democracia ou nos engendramos no neoliberalismo. Isso significa dizer que o caminho pós-pandemia, pós esses efeitos das soluções rapidamente produzidas, vão nos trazer, segundo Morosov (2020), ao desafio de discutir, com democracia e participação, a soberania pública sobre as plataformas digitais e o combate ao tecnoautoritarismo nesse modelo de Estado solucionista, que tem até abraçado práticas muito antidemocráticas em alguns contextos. Então, para começo de conversa, me parece que esse é um ponto inicial.

Júlio Vann

Segundo a sua fala inicial, há muitos interesses envolvidos nesta situação que nós estamos vivendo e, também, vários discursos que englobam economia, religião, identidades de gênero, questões étnico-raciais, projetos de educação e de sociedade. Há, ainda, diversos equívocos e mentiras – as *fake news* confirmam essa fala –, o que gera uma grande dificuldade de saber o que realmente está acontecendo, o que é verdade ou não. As ações de combate à pandemia parecem ser ineficazes para a superação de tantos problemas, pois ficam na superficialidade. E o que importa

mais, conhecer as razões que levam a isso ou agir efetivamente para resolver os problemas que aí estão? Você acha que existe uma maneira de resolver o problema sem conhecer e atuar sobre os reais motivos que causam esse “pandemônio”, a imensa desigualdade social? O que você acha disso?

Marilza Suanno

Não é possível realmente discutir essas questões sem ir às raízes, às razões e às disputas que estão por trás delas. Existe um jogo de interesses muito grande. O contexto pandêmico simultaneamente nos mostra crises, jogo de interesse econômico, tecnológico e uma dificuldade de agir com uma capacidade de preservar a vida e o bem comum. Três questões me parecem importantes para pensarmos de modo articulado: nós precisaríamos, minimamente, conhecer aspectos que configuram esse capitalismo neoliberal globalizado, desvelar um pouco esses mecanismos econômicos que estão em ação e, junto com isso, ter espaços democráticos, espaços escolares, universitários e sociais em que pudéssemos produzir uma reflexão crítica, capaz de ter argumentos estruturados e propostas de alternativas e de enfrentamento dessas questões que estão postas.

O que acabamos percebendo, com a pandemia, é que a vida sem o contato humano, em isolamento social, se demonstrou altamente lucrativa para esses gigantes tecnológicos, como Google, Amazon, Facebook e Microsoft, e, de modo muito oportunista, o que já estava em curso foi acelerado: apropriar-se da verba pública para interesses privados; engendrar-se na modificação da legislação; reduzir a privacidade do cidadão para que possamos ter mais rastreamento de dados e tudo mais. Isso foi ganhando potência. Veja, para vender o que eles desejam, eles precisam de uma população conectada com infraestrutura digital super-rápida.

Então, o isolamento gerou a formação de consumidores *online*, com demandas de compra muito distintas, e isso alavancou o comércio digital, assim como o telessaúde, o ensino remoto, as variantes de educação com tecnologia, o rastreamento e a compilação de dados, as cidades inteligentes e reconhecimentos faciais conectados a elas; toda uma infraestrutura digital.

A partir disso, a ideia é que, no pós-pandemia, tais tecnologias se integrem permanentemente na vida cotidiana dos cidadãos. A princípio, isso pode parecer uma ótima opção para quem nos assiste, pois a vida se torna mais prática e a tecnologia amplia possibilidades. Todavia, há problemas nesse contexto, porque as diversas tecnologias afetam a vida, a sociedade, a democracia, as instituições republicanas e acabam impulsionando transferência de verba pública para as pesquisas e a infraestrutura privada. “O cofrinho é um só”. Se verbas públicas forem destinadas para os interesses dos gigantes corporativos, faltará, intencionalmente, verba pública para a coisa pública, para hospitais públicos, escolas públicas e para tantas questões de interesse social. Verba pública financiando o interesse privado sucateia os serviços e atendimento à população.

Naomi Klein (2020) alerta que estamos sendo induzidos a um novo normal, sem fazermos uma leitura devida do que configura esse novo normal. A inteligência artificial e as promessas que vêm junto a ela acabam sendo soluções tecnológicas que invisibilizam os trabalhadores sem direitos, sem previdência e que estão trabalhando com serviços de atendimento por trás desse comércio virtual, como o *iFood* e tantas outras questões.

O que nos preocupa muito, e penso que Klein (2020) é importante nessa discussão, é que a democracia tem sido vista como um obstáculo para esses ambiciosos do mundo corporativo, porque eles não querem atender à legislação, às constituições, às normas, às supervisões e regulamentações. Eles reclamam que

os processos democráticos são muito demorados. A partir disso, a grande pergunta que surge é: nós estamos coniventes com essa transferência do público para o privado? Nós estamos coniventes em investir tanto em fundos privados e não termos, minimamente, por exemplo, acesso e qualidade de internet? Se ela (internet) é tão importante (e ela é), por qual motivo não é tratada como um serviço público sem fins lucrativos?

Júlio Vann

Na verdade, na sua resposta você já contemplou bastante a terceira pergunta que eu ia fazer, qual seja: a quem interessa, realmente, essa situação de caos que nós estamos vivendo? Na sua fala ficou bem claro que há um conglomerado de grandes e poderosas empresas que têm muito interesse nesse caos que está acontecendo, porque estão usufruindo cada vez mais do acesso às tecnologias e ao comércio feito digitalmente. Acredito que, inclusive, o artigo da Naomi Klein dá o título ao nosso programa justamente porque ela traz uma reflexão nesse sentido. Se você puder continuar ou complementar um pouco mais esse raciocínio.

Marilza Suanno

Esse texto da Naomi Klein (2020), articulista do Intercept, ativista, autora de textos e livros tão interessantes, tem me inspirado muito a produzir reflexões. Parece-me claro que o caos está posto e há sim uma preocupação com a investigação do que gerou esse caos, então, é preciso resolver rápido essa situação para a economia continuar fluindo. Assim, surge a lógica das resoluções e, nesse momento em que forjam o futuro, como Klein (2020) coloca, a força está na parceria entre público e privado, que gera sucateamento do serviço público, sem dúvida alguma.

É importante destacar alguns elementos. Em momento de emergência sanitária é preciso agilidade sim, porém, a ausência

de um comitê de crise, como no caso do Brasil, gerou um (des) governo durante a pandemia. Para enfrentar crises complexas, é preciso compor um comitê de gestão da crise, uma comissão nacional na qual especialistas com conhecimento, competência e autonomia analisam, orientam e tomam decisões técnicas e científicas. No Brasil, durante o Governo Bolsonaro, isso não foi feito, então, faltaram orientações e critérios claros de gestão da pandemia, o que ocasionou desperdício de verbas públicas. A Klein (2020) fala de outra perspectiva, mas também estamos ali, como todo o globo, imersos nesse forte *marketing* do novo normal, que nos vende a ilusão de que só há benefícios na tecnologia.

A grande pergunta é: o uso da tecnologia para os interesses de quem? Quem lucra com essa tecnologia? Qual é a concepção? Qual é a ideologia? Quais são as intencionalidades? O que eu acho que a Klein (2020) tem pujança na discussão é dizer que o mundo corporativo está tentando afrouxar a proteção da privacidade, da segurança, da democracia, da proteção e justiça social, ou seja, as investidas desses gigantes corporativos fragilizam a democracia e os interesses e serviços públicos. Klein (2020) enfatiza que o Estado, a democracia e os cidadãos demandam proteção frente às fortes investidas e o *marketing* dos gigantes corporativos. Como exemplo, as nossas casas nunca mais serão espaços apenas pessoais, aspecto que a autora vai discutir muito. Ela afirma que, agora, com as conexões, as nossas casas podem se tornar permanentemente nossas escolas, nossos consultórios médicos e, quem sabe, se o Estado determinar, as nossas prisões, porque as tornozeleiras eletrônicas estão aí. O novo normal nos vende uma ideia, porém, não está havendo uma reflexão profunda sobre o que isso significa.

Com o pretexto da pandemia, houve uma grande divulgação de dicas para deixarmos de usar dinheiro e utilizarmos o cartão de crédito, o pix e vários recursos, com a ideia de que o dinheiro em papel pode estar contaminado. Junto a isso infiltra-se uma

outra cultura e alega-se que tudo tem a ver com a inteligência artificial e suas vantagens. Assim, fortalece-se, também, o desemprego avassalador na sociedade. Há trabalhadores anônimos, desprotegidos, sem proteção trabalhista e previdenciária e outras funções públicas sendo terceirizadas, sem que se realize o concurso público. São questões preocupantes.

Além disso, tudo está sendo rastreado e os dados estão sendo extraídos. Em alguns acordos, a universidade e a escola pública podem usar, em contexto de pandemia, o Google Meet, mas não sabemos como esses dados estão sendo arquivados e pesquisados. Essas são questões que me parecem preocupantes.

Júlio Vann

Continuando a matutar com a Professora Marilza Suanno, que nos traz uma análise da situação que estamos vivendo nesse período pandêmico, estamos procurando entender o jogo de interesses políticos, sociais e econômicos que engendram os projetos de educação, saúde, cultura, enfim, de vida para a humanidade, para quando superarmos essa crise (se é que vamos superar). Após uma longa travessia, aqui no Brasil, nós tivemos que retomar a luta por uma educação para todos e por uma educação como formação humana. Após inúmeras reformas, é possível pensar o papel da educação, neste momento comprometida ainda com o social e com o humano?

Marilza Suanno

Penso que, sem dúvidas, a educação pode contribuir para a reforma do pensamento, para a formação humana e para que tenhamos mais consciência, conhecimento científico e capacidade de insurgir frente a retrocessos, injustiças e desigualdades que se ampliam no Brasil. Universidades e escolas, a meu ver, precisam trabalhar com autonomia, pautadas em suas concepções e

princípios registrados nos seus projetos, os quais são políticos e pedagógicos e têm finalidades claras. Além disso, elas precisam tentar combater essas políticas indutoras, que reduzem o papel da escola, da universidade e da ciência nesse momento. Acho importante destacar, também, que Edgar Morin (2020) nos lembra ser preciso perceber que a humanidade tem um destino comum na Terra-Pátria, e a educação pode ajudar nisso. Apesar disso, nós não temos desenvolvido uma cidadania planetária e nem construímos uma democracia global.

A Organização das Nações Unidas (ONU) se aproxima de um esforço nesse sentido, mas ela não tem a articulação entre poder e política capaz de construir o que faltou na pandemia: orientações e ações frente a uma democracia global. Nessa pandemia, nós nos deparamos com a fragilidade da vida, as incertezas, os limites do capitalismo e do neoliberalismo e o absurdo de vermos que os interesses do capital foram maiores, mais importantes e mais protegidos do que a vida, a economia. Observou-se o mercado e os interesses econômicos em primeiro plano e a vida desprotegida no Brasil, onde, lastimavelmente, já perdemos mais de *quatrocentas mil vidas*, as quais poderiam ter sido poupadas se tivéssemos adotado uma condução mais apropriada, se o governo federal e os entes federados tivessem feito um planejamento e se enfrentássemos essa crise complexa com um comitê de gestão de crise e não com um presidente tomando decisões. Um comitê de crise deve ter especialistas com conhecimento, competência e autonomia. Ademais, também não tivemos um exemplo, mas sim (infelizmente) lideranças políticas com discursos negacionistas, *fake news* e divulgação de medicação que não tem eficácia comprovada cientificamente, além de todo o ataque a ciência, saúde e educação e da ausência de investimento nessas áreas.

Queria apenas destacar que, na semana passada, em um painel sobre ciência e saúde, me agradou muito escutar grandes

nomes da ciência brasileira dizendo que ainda há tempo para amenizar a crise no Brasil. Nós, brasileiros, pesquisadores, técnicos, sabemos o que fazer. Falta vontade política para que o Brasil retome alguma credibilidade internacional e dê conta de se deparar com suas injustiças, que são históricas. Pandemia não se resolve com caridade e boa vontade. Pandemia se resolve com um Sistema Único de Saúde (SUS) forte e com justiça social. Em uma pandemia, mais do que nunca, nós reconhecemos a importância do SUS, da ciência brasileira, das nossas universidades, dos serviços públicos qualificados que temos no Brasil. Escolas e universidades qualificaram e formaram pessoas que trabalharam no enfrentamento desta pandemia. Então, sim, a ciência venceu porque produziu rápido a vacina, o que não venceu foi a política e essa lógica de mercado que não faz a vacina chegar a todos.

O caminho do capitalismo parece cada vez mais improvável, mas não é impossível. Edgar Morin (2020) nos convida a pensar outras vias e criar uma instituição política global, com dispositivos que regulem a economia em dimensão planetária e refreiem essa ideia de desenvolvimento na concepção técnico-econômica. Eu aposto que ainda temos capacidade humana para vivermos juntos, com justiça social e democracia.

Acredito que é possível restaurar uma vida e um bem comum. É possível regenerar a nossa noção de humanismo e promover reformas no pensamento político que impactem em uma nova política de humanidade e de civilização, porque o que a pandemia nos mostrou é que somos humanos em uma comunidade de destino, sem solidariedade, sem justiça social, sem cidadania planetária e democrática.

Júlio Vann

Professora Marilza agradecemos muito a sua participação. A sua fala nos possibilitou compreender muitas das questões que

estão postas e que muitas pessoas não estão percebendo. Nós agradecemos imensamente a sua participação.

Marilza Suanno

Sou grata pela oportunidade e sigamos com esperança, porque temos conhecimentos e pessoas qualificadas no Brasil para enfrentar esses retrocessos, tanto no campo democrático e educacional, como no campo da saúde. Um forte abraço para todos.

Referências

KLEIN, Naomi. *Coronavírus pode construir uma distopia tecnológica*. Traduzido por Maurício Brum. In: The Intercept Brasil. [S.l.], 13 maio de 2020. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/05/13/coronavirus-governador-nova-york-bilionarios-vigilancia/>. Acesso em: 6 maio 2024.

MORIN, Edgar. *É hora de mudarmos de via as lições do coronavírus*. Traduzido por Ivone Castilho Benedetti. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

MOROZOV, Evgeny. *Solucionismo, nova aposta das elites globais*. Traduzido por Simone Paz. In: Outras Palavras. [S.l.], 24 abr. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/solucionismo-nova-aposta-das-elitesglobais/>. Acesso em: 9 maio 2024.

Indicações de Leitura

GARRIDO, Mônica. *Naomi Klein, capitalismo e coronavírus: “o choque é o próprio vírus”*. In: Instituto Humanitas Unisinos (site). Traduzido pelo Centro de Promoção de Agentes de Transformação (Cepat). São Leopoldo, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/597194-naomi-klein-capitalismo-e-coronavirus-o-choque-e-o-proprio-virus>. Acesso em: 4 mar. 2024.

CAPÍTULO IX - DIDÁTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM TEMPOS DE PANDEMIA¹

*Diene Eire de Mello
Jhonny David Echalar*

O trabalho pedagógico docente é constituído por diferentes elementos, dentre eles a formação docente inicial e continuada e a didática. Quando assumimos uma sala de aula, licenciados ou não, desenvolvemos a atividade didática e somos resultado de anos de processos formativos. Quais têm sido os impactos da pandemia da covid-19 para a didática e formação de professores? É sobre isso que iremos matutar no programa de hoje.

Neste período de pouco mais de um ano de pandemia, ocorreu uma requalificação do trabalho docente. Já discutimos, em outros programas, alguns elementos dessa atividade impactados por este contexto. Entre os elementos mencionados, podemos afirmar que o processo de ensino tenha sido o mais afetado, e a Didática é o campo que se dedica ao estudo das condições, os meios, conteúdos e finalidades do processo de ensino. Enquanto disciplina, a Didática estuda os elementos que compõem o trabalho docente e constitui as matrizes curriculares construídas para

¹ Programa transmitido pela TV UFG em 21/5/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/3xZEV8g4Scw?feature=share>. Acesso em: 4 abr. 2024.

o processo de formação (inicial ou continuada) dos profissionais para exercício do magistério.

Hoje, convidamos para matutar conosco sobre “Didática e formação de professores em tempos de pandemia” a professora Diene Mello. Ela é professora associada da Universidade Estadual de Londrina, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, com ênfase em formação de professores, editora-chefe da Revista Educação em Análise e Coordenadora do grupo de pesquisa Didatic. Muito obrigado por estar aqui conosco para discutir essa temática, Diene. Seja bem-vinda ao Programa Matutando.

Jhonny Echalar

Professora, a educação, compreendida como uma prática social quando desenvolvida em instituições de ensino, é realizada pelos docentes a partir de um conjunto de saberes pedagógicos, teóricos e práticos indispensáveis e inerentes à atividade de ensino. Nesse processo de planejamento das ações que objetivam a aprendizagem dos estudantes, diferentes perspectivas pedagógicas podem ser observadas ao longo do desenvolvimento da sociedade, relacionando-se com as transformações político-culturais. Entre tais perspectivas, encontra-se a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), que é seu referencial para desenvolvimento de pesquisas e estudos.

A Pedagogia Histórico-Crítica e sua fundamentação teórica nos mostram que ensinar e aprender são processos inerentes ao desenvolvimento da sociedade, relacionando-se com as produções materiais e imateriais da humanidade. Entre essas produções, as redes sociais, nos ambientes digitais, são espaços de interação entre os sujeitos e, também, lócus de comunicação/informação, logo, são também ambientes possíveis para ensino e aprendizagem.

Diene, quais são os riscos e possibilidades das redes sociais no que se refere à formação humana? Como democratizar a

formação dos sujeitos, pensando que temos, ainda, uma considerável desigualdade de acesso às tecnologias digitais entre nossos estudantes?

Diene Eire de Mello

Jhonny vamos começar aqui a matutar sobre essa questão tão complexa, não é?

As redes sociais fazem parte da nossa vida. Elas são instrumentos da cultura que alguns autores chamam de cultura digital, outros de cibercultura, mas ela é criada e alimentada por seres humanos. Então, não é possível que separemos o ambiente material dos signos e das imagens; ou a nossa vida de tudo isso que está acontecendo e das ambiências produzidas por meio da rede, por meio da tecnologia. Toda a nossa vida está perpassada por isso e, logicamente, agora na pandemia muito mais do que anteriormente. Não é possível separar esse mundo material, meu objeto técnico, das utilizações humanas. Somos nós, humanos, que fazemos, compartilhamos, inventamos, produzimos, criamos. Assim, pensando nas ideias de Pierre Levy, elas são uma criação humana mesmo.

Eu gosto muito do professor Nelson Pretto, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), quando ele diz que a rede e a escola não podem ser separadas, até porque tudo isso são expressões da própria globalização, já iniciada com a internet. Hoje, a partir da *web 2.0*, esse espaço de partilha por meio de *blogs* e de redes sociais, essa construção coletiva de novas narrativas, de conhecimento, já fazem parte do nosso cotidiano. Eu entendo que nós estamos vivendo um momento paradoxal, em que a tecnologia, ao mesmo tempo que traz todas essas possibilidades de comunicação, de partilha, de busca e de acesso, também traz elementos que são extremamente complexos. Ela possibilita compartilhar, gerar conteúdo, dialogar, porém, também há a questão dos algo-

ritmos, que nos fiscalizam o tempo todo. Então, alguns autores vão falar que nós estamos na era da “plataformização”. Todas essas plataformas coletam os nossos dados. E quem está usando esses dados? Há algum tempo, eu poderia utilizar qualquer *site*, mas agora é necessário ter um *login*, uma senha. Eu não sei o que estão fazendo com essas informações.

Apesar dessa situação, eu ainda penso que a escola não deve ficar distante de tudo isso e que o campo da formação de professores deve inserir essas questões das mídias, das redes, porque é importante que nós conheçamos como é que se produz esses materiais, até para podermos agir sobre eles. Então, na formação de professores, não é viável pensar nos alunos de maneira que eles convivam de forma alienada na cultura digital. Eu escrevi um artigo com uma colega do meu departamento, publicado no ano passado, que se chama “Eu (não) sou um robô? Elementos para pensar o sujeito nas redes sociais”.² Ele busca compreender, mesmo que de maneira parcial, por que esse é um tema extremamente complexo, pois é imprescindível que entendamos os nossos modos de ser e de estar nesse mundo mediado pelas tecnologias. Então, como todas as redes sociais direcionam os nossos gostos e as nossas relações como indivíduos nessa chamada cultura digital?

É importante que saibamos como isso ocorre. Não podemos ficar alheios a tudo isso, se esse é o mundo em que estamos. Eu gosto muito de uma frase do professor João Luiz Gasparin, meu orientador de doutorado. Ele sempre diz o seguinte: “a escola tem que ser uma resposta com a sociedade”. Então, se a escola é uma resposta para sociedade e essa é a sociedade em que nós estamos inseridos, nós precisamos aprender a lidar com ela. Temos essa forma de organização dos *likes*, das *fake news*. Tudo isso, na ver-

2 Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/1279>. Acesso em: 4 abr. 2024.

dade, gera pistas para quem está controlando a rede e monitorando os nossos gostos.

Para o grupo das crianças e adolescentes, penso que isso é muito mais complexo, porque eles ainda não possuem uma capacidade de olhar para tudo isso e a maioria das pessoas ainda têm uma ideia um pouco ingênua das redes sociais. Todavia, mesmo nós que temos uma formação mais crítica nesse sentido, precisamos dar conta de entender como fica o sujeito nessas redes sociais, como elas vão forjando os nossos gostos, oferecendo produtos das buscas realizadas, das partilhas, daquilo que o usuário acessa. Um simples toque no celular ou o tempo que visualizei uma postagem do Instagram, automaticamente estão dizendo “olha, ela gostou disso aqui. Eu vou lhe oferecer um produto”. Isso é o que acontece com as nossas crianças e os nossos adolescentes. Assim, nós, formadores, precisamos retomar essa situação enquanto currículo, até como uma maneira de compreender e de resistir à nova realidade de um outro modo.

Jhonny Echalar

Então, é necessário fazer essa leitura crítica, compreender o local e o contexto que nós estamos e fazer essas construções, não é?

Diene, a pandemia obrigou os docentes, tanto de Educação Básica, quanto do ensino superior, a mudarem a rotina de trabalho. De forma abrupta, fomos obrigados a fazer o uso de recursos tecnológicos digitais e estratégias de ensino que, até então, não constituíam as nossas práticas didático-pedagógicas.

Em seu doutorado e em estudos posteriores, você trabalhou com a Educação a Distância e o uso de tecnologias digitais nos processos de ensino-aprendizagem, didática e formação de professores. Em relatos de colegas, e eu me incluo nesse grupo, estamos observando que os sistemas de ensino têm exigido dos docentes a utilização de tecnologias digitais *on-line* que até então

não haviam sido apropriadas por nós, sendo várias, inclusive, desconhecidas. Quais reflexões nós podemos tecer sobre as formações que os sistemas de ensino estão realizando para os docentes e o impacto dessa formação continuada no planejamento e no desenvolvimento do seu trabalho didático-pedagógico?

Diene Eire de Mello

Jhonny, a pandemia escancarou a realidade das instituições educativas. Eu costumo dizer que tudo isso já estava presente. A precariedade das escolas, no que tange os artefatos e as conexões, já estava posta. Entretanto, agora em meio a pandemia, em que nós somos obrigados a utilizar e a dar continuidade às atividades de ensino por meio de uma interface comunicativa, tudo isso vem à tona de uma maneira muito brusca. O que eu tenho percebido, é que, infelizmente, isso caiu muito, ou quase que exclusivamente, “no colo dos professores”.

Acredito que há pouco investimento em formação e até em infraestrutura, porque a cultura digital ainda não faz parte da escola. As escolas ainda têm o laboratório de informática, que é precário, com pouca conexão, apesar de haver programas de informática educativa no Brasil desde a década de 1980, mas isso ainda não faz parte do cotidiano das escolas. Então, de repente, nós somos obrigados a dar continuidade de forma digital, porém, com grande dificuldade.

Como eu já atuo no campo da Didática, eu digo que nós carecemos muito disso. Não bastam só estudos do ponto de vista tecnológico para entender como é que se faz essa didática, utilizando todas essas interfaces. Todavia, nós precisamos de infraestrutura, de formação de professores, porque agora, com a pandemia, é que nós tivemos que planejar um modo de organizar esse novo tempo-espaço de ensino-aprendizagem. Como se faz interatividade por essa tela? Como serão os tempos síncronos e assíncro-

nos, ou seja, o tempo que eu fico com meu aluno e o tempo que eu fico à disposição dele? Ou então, o que é a aula? Eu vejo muitas pessoas tecendo críticas ao ensino remoto, que as aulas não são boas e assim por diante. A partir disso, eu fico pensando, “mas nós não estamos preparados para tudo isso!”.

Havia um certo preconceito, inclusive da própria academia, em relação a trazer ferramentas digitais, a pensar na Educação a Distância (EaD). Não a EaD nesse modelo precarizado e pensado como produto a ser vendido, mas sim pensar em elementos que pudessem contribuir com esse novo fazer pedagógico. Tendo participado de muitas formações ao longo do ano passado e neste ano, por meio do meu grupo de pesquisa, o DidaTic,³ já foram mais de cem horas de formação com professores do ensino superior e da educação básica de várias prefeituras. Eu tenho entendido que a formação é a grande questão.

Assim, não basta haver todas as tecnologias, é preciso que o professor entenda como funciona tudo isso. No primeiro momento, houve uma repulsa, com afirmações como “olha, se nós fizermos isso, de repente os governos vão entender que tudo pode ser a distância e nós não precisamos mais das aulas presenciais”. Tudo isso ocorreu no passado, não foi? Houve a negação, a repulsa e até movimentos de professores dizendo “isso eu não vou fazer”. Por outro lado, depois da formação, os professores tiveram que encarar o Meet, o Zoom, qualquer plataforma. Professores que nunca usaram o Moodle, o Google Classroom, tiveram que aprender a usar. Nós temos dados de professores que se surpreenderam com a qualidade do seu próprio trabalho e do retorno dos seus alunos.

É importante considerar, Jhonny, que há uma diferença muito grande entre a escola básica e o ensino superior. No ensino su-

3 Link de acesso à página do grupo DidaTic: <https://ueldidatic.wixsite.com/website>.

perior, eu vejo que é mais possível formar professores e utilizar tudo isso que nós temos aprendido neste momento, até mesmo no pós-pandemia. Como podemos pensar os nossos currículos, as nossas ações, as nossas didáticas por meio disso aqui? Vejo que há uma diferença quando se fala de crianças, de educação básica e, principalmente, das crianças da educação infantil.

Jhonny Echalar

Sabemos das condições de trabalho e das dificuldades do uso das tecnologias na educação básica. A professora Diene chamou a atenção para as condições no ensino superior. Para muitas pessoas que, infelizmente, não possuem contato com o ensino superior, é possível ter a percepção de que, nesse ambiente, as estruturas e condições são melhores. Diene, quais são as dificuldades que você tem observado ao longo desses anos de atuação no ensino superior, no que se refere à formação de professores e o uso pedagógico de tecnologias?

Diene Eire de Mello

Jhonny, a sua provocação é bastante interessante, porque existe a impressão de que nós, no ensino superior, temos todas as condições. Isso não é verdade. Existe um sucateamento das universidades públicas, seja no âmbito da esfera federal, seja nas esferas estaduais. Essa situação vai acontecendo ao longo dos anos. Então, nós também não temos todas essas condições.

Para iniciar o ensino remoto, nós tivemos muitos problemas. Eu sei de alguns estados que ficaram quase um ano parados, porque os alunos não têm acesso aos recursos tecnológicos. Eu tenho dado muitas formações e caminhado virtualmente pelo Brasil e tenho percebido o quanto essas condições são completamente adversas, não só no que tange à estrutura da universidade, porque agora a universidade foi para a casa dos estudantes e

os estudantes é que precisam ter os dispositivos, as interfaces e uma boa conexão.

Desse modo, nós também enfrentamos vários problemas aqui na universidade e fizemos campanha para que os estudantes tivessem um acesso. Tanto que, no primeiro momento, nós não poderíamos nem cobrar a presença do estudante nas aulas síncronas no Meet, porque tínhamos um grupo que ainda não tinha acesso, o que não era justo. Assim, para pensarmos na universidade e na educação, nós temos sempre que considerar esse binômio “inclusão e exclusão”. Não pode haver um ensino que exclua as pessoas. Isso foi pensado aqui na universidade, mas eu vejo que essa situação ainda é muito complexa.

Nós tínhamos começado a falar um pouco sobre educação básica. Logicamente, no caso do ensino superior, o professor teve muito mais autonomia para planejar, organizar e pensar que tipo de plataforma ele iria utilizar. Na escola básica, entretanto, normalmente os professores não têm a sua autonomia, tendo sido imposta uma plataforma, especificado um modelo e ele, mesmo sem formação, da noite para o dia, tem que seguir. Dessa maneira, eu costumo dizer que, na pandemia, fizeram um barco furado para o professor e ele tem que atravessar o lago, ouvindo que “você tem que chegar sem se afogar, ok?”, porque a situação é muito complexa. Não deram uma formação, não há infraestrutura, não deram um *chip* com dados móveis e esse profissional está fazendo tudo.

Eu vejo professores de educação infantil e dos anos iniciais utilizando o próprio WhatsApp e o celular, que não têm capacidade de armazenamento. Tudo isso de uma maneira extremamente precária. Essa questão da rede tem que vir em conjunto com a questão da infraestrutura e da formação. Não adianta eu cobrir um santo e descobrir o outro.

Jhonny Echalar

Diene, isso não é resultado de hoje. Trata-se de um processo que nós estamos observando e, como você pontuou, nós chegamos no momento de pandemia com essa triste situação. Bom, o programa é curto. Vamos para a nossa última pergunta.

Os eventos abruptos que mudam a sociedade podem ser de ordem natural ou por ação humana. A pandemia é um desses eventos. A partir de sua experiência e dos anos dedicados a estudar essas relações, qual é a sua análise diante desse impacto da pandemia, tanto para didática, quanto para a formação de professores? O que nós podemos esperar de agora em diante?

Diene Eire de Mello

A pandemia nos abalou. Penso que ela não abalou só a educação, mas vários aspectos da nossa vida, como pode ser notado no ponto de vista da saúde. Todavia, a educação tem sido extremamente afetada. Como o assunto aqui é didática, podemos afirmar que ela sempre foi (e continua sendo) fundamental, no campo da pesquisa e da formação de professores.

Eu, como defensora da Pedagogia Histórico-Crítica, defendo que essas ideias devem sempre considerar a questão da prática social, porque a pedagogia parte da prática social, vai para a teoria e, em seguida, volta para prática. Então, nós temos que pensar que modelo de escola queremos a partir dessas práticas. E o conteúdo científico deve voltar para essa prática, para que nós a entendamos.

No contexto pandêmico (e além dele), percebemos que a nossa realidade é desigual na sociedade trabalhadora e na realidade dos professores. Se vivemos em uma sociedade injusta e desigual, isso tem que perpassar os conteúdos escolares. Não há como trabalhar nenhum conteúdo científico que negue a possi-

bilidade de conhecer a realidade onde nós estamos inseridos e penso que isso deva ser assim em todos os níveis de ensino. Não faz sentido aprender matemática pela matemática, sem entender o contexto e onde é que a matemática se coloca nesse espaço que nós estamos vivendo.

A Pedagogia Histórico-Crítica se posiciona claramente em direção aos interesses dos trabalhadores. De que lado nós estamos? A partir do momento que se escolhe uma metodologia, não existe neutralidade no trabalho do professor; ou ele trabalha para emancipar, na ideia freireana, ou ele trabalha para alienar. Neste último formato, ele dá o conteúdo e esquece tudo o que está acontecendo na pandemia e com seu aluno, as condições materiais e objetivas de vida dos estudantes que não têm condições. Jhonny, eu tenho ouvido muito dizer “ah, mas os alunos não acessam”, “ah, mas os alunos não ligam as câmeras”, porém, você sabe por que eles não fazem isso? Quais as condições de vida dos seus estudantes? É importante que contemplemos todos esses aspectos, a partir dessa pedagogia da qual eu sou defensora.

Indicações de Leitura

SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

FISCHER, Ernst. *A necessidade da Arte*. Traduzido por Leandro Konder. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 28 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CAPÍTULO X - CIRCO: ARTE, CULTURA, EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL¹

*Maneco Maracá
Júlio César dos Santos (Júlio Vann)*

A situação de pandemia que estamos vivenciando no Brasil e no mundo tem trazido muitas consequências para a vida das pessoas: distanciamento, isolamento social, uma série de protocolos de higiene e segurança sanitária que temos que seguir para podermos fazer as nossas compras, buscar atendimento médico e realizar atividades físicas, entre outras. A vida escolar de estudantes e professores também está passando por um período bastante crítico e carregado de controvérsias. Outras ações que unem arte, cultura, educação e ação social foram seriamente afetadas, algumas sendo interrompidas por completo. Esse é o caso das escolas de artes, dos projetos de atendimento social a crianças, jovens e adultos e, entre eles, figura “o circo” que, além de ser um espaço para diversão e entretenimento, também funciona como escola de formação e de ação social que, neste momento, está com muitas dificuldades para continuar suas atividades.

¹ Programa transmitido pela TV UFG em 28/5/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/Rqnq18zusuw?feature=share>. Acesso em: 4 abr. 2024.

Júlio Vann

A arte e a educação têm caminhado juntas em diversos projetos e frentes, seja pela presença da disciplina de Artes nos currículos de formação, seja em atividades extracurriculares, com o intuito de incentivar a criatividade em escolas de artes nas mais diversas linguagens, como a dança, a música, o teatro, o circo, as artes visuais, o cinema em cursos livres, ou ainda em cursos técnicos profissionalizantes e superiores, formando artistas e, também, professores de artes em cursos de licenciatura.

Entre todas essas intersecções entre arte e educação, destacam-se projetos de ação social, cujo objetivo é atender populações em situações de fragilidade ou risco social, por questões relacionadas às condições de vida, tais como: fatores econômicos, classe social, e diversos elementos que levam à exclusão social. Em Goiânia, entre vários projetos nesse campo, destaca-se o “circo social”, cujo exemplo é a Escola de Circo Laheto, o qual, desde longa data, vem atendendo um público diversificado, principalmente de crianças e jovens.

Para falar sobre este tema, convidamos o artista circense Valdemir de Souza, conhecido como o palhaço Maneco Maracá, diretor e fundador, juntamente com sua companheira Seluta Rodrigues, da Escola de Circo Dom Fernando e do Circo Laheto.

Maneco Maracá

É um grande prazer matutar com vocês, principalmente quando se trata de educação e arte.

Júlio Vann

Vamos começar nosso diálogo com um pouco de história. O projeto que culminou na criação da Escola de Circo Laheto teve início há mais de vinte anos e tem ligação com uma concepção de

arte-educação chamada Circo Social. Maneco, fale um pouco para nós sobre essa história. Quando e por que surgiu esse projeto e como ele chegou ao formato de escola?

Maneco Maracá

Em 1980 surgiu o “Araguaia Pão & Circo”, a partir de um trabalho sociocultural realizado com índios e posseiros da região do Baixo Araguaia, no Mato-Grosso. O objetivo era identificar e fomentar a arte popular da região, através da capacitação de agentes, criação de núcleos culturais e montagem de peças teatrais e circenses que contavam as experiências vividas pelo povo daquela região. Em 1994, um dos artistas do “Araguaia Pão & Circo”, o palhaço Maneco Maracá, personagem de Valdemir de Souza, transferiu-se para Goiânia e, conjuntamente com a sua companheira Seluta Rodrigues, fundaram o Grupo de Teatro Laheto. O objetivo inicial era fazer estudos, pesquisas, montagens e apresentação de espetáculos teatrais e circenses com temas variados que pudessem contribuir na formação e reflexão crítica da sociedade. A partir 1996, o grupo focalizou seus interesses em estudos, pesquisas e trabalhos nas políticas de atendimento a crianças e adolescentes advindas de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e social.

O termo Circo Social surgiu na década de 1980 e vem da interferência prática e teórica da arte circense como ferramenta pedagógica, desenvolvida em comunidades de baixo poder aquisitivo, assim como na inclusão de jovens e adultos oriundos de exclusão social, familiar ou qualquer característica de vulnerabilidade.

Júlio Vann

Na Escola de Circo Laheto, as crianças e adolescentes, além de palhaçaria e malabarismos, participam de outras atividades, em que aprendem e compartilham noções de cidadania, a importân-

cia do trabalho em grupo e outros valores. Esse tipo de trabalho tem sido associado, em alguns casos, ao salvaçãoismo protecionista de entender essa parcela da população como “indivíduos que vivem à margem da sociedade”. No Circo Laheto, quais têm sido os fundamentos trabalhados e como vocês tratam questões relacionadas, por exemplo, ao estado de exclusão que essas crianças e adolescentes têm experimentado nas suas vidas em sociedade?

Maneco Maracá

Essa pergunta é muito importante, pois ela traz ao centro do debate questões que estão relacionadas a metodologias e conceitos de tratamento atribuídos a trabalhos desenvolvidos por Organizações da Sociedade Civil (OSC) ou Organizações Não Governamentais (ONG), cursos livres ou educação informal, sobre qual é o papel que elas exercem.

Muitas vezes somos questionados e indagados a responder qual é, de fato, o papel e de que forma pode ser considerado um projeto de inclusão social ou de transformação para um pensamento crítico. Respondemos que, quando a criança vem até o circo, não é apenas para ocupar o tempo, afastá-la do caminho das drogas ou até mesmo para formar um pobrezinho bom. Acreditamos, profundamente, que as atividades oferecidas no espaço do Circo Laheto podem transformar e incluir. Para isso, uma série de elementos foram fundamentais para o sucesso desse projeto.

Primeiro pensamos em um espaço lúdico, agradável que possa despertar o desejo e o sonho de brincar e aprender ao mesmo tempo, que possa respeitar o direito da criança e do adolescente de ter acesso a cultura e navegar dentro do seu universo de sonhos livres e fora do contexto dos espaços de educação tradicional.

O segundo ponto que consideramos importante, e faz parte dos fundamentos básicos das atividades que oferecemos, é educar sempre a partir de elementos da nossa cultura, como já de-

fendia Paulo Freire nos processos de alfabetização. Partimos do princípio da valorização e compreensão da cultura popular. Para isso, o primeiro passo foi o nome da instituição Circo Laheto, que traz toda uma simbologia e rituais da cultura Karajá para dialogar com os jovens e fortalecer a cultura brasileira. Outro aspecto importante e que deve ser levado em consideração é o fato de a equipe do circo ser formada por jovens frutos do próprio projeto social e toda a equipe do Circo Laheto ter vivenciado, na infância e adolescência, estágios de exclusão e inclusão.

Também acreditamos que a formação política que os fundadores do Circo Laheto vivenciaram faz uma grande diferença na construção de uma metodologia transformadora. Para completar, as teorias de Paulo Freire sobre educação popular e os fundamentos do Circo Social foram determinantes para fortalecer a pedagogia do circo e uma metodologia que transforma e está sempre em movimento.

Júlio Vann

Neste momento pandêmico que estamos vivendo, temos ouvido muito falar: “a arte salva vidas, mas quem salva os artistas?”. Como essa crise está afetando os trabalhos e a sobrevivência da Escola de Circo Laheto?

Maneco Maracá

O Circo Laheto tem sido afetado diretamente e estamos passando por momentos muito difíceis. Parte dos recursos que sempre mantiveram as atividades em funcionamento vinham de apresentações dos espetáculos, oficinas circenses e locação do espaço para festas e outras atividades culturais, mas, com este momento pandêmico, tudo isso foi interrompido. Além disso, fomos vítimas de uma tempestade que rasgou a nossa lona no dia 9/1/2021 e, para completar as dificuldades enfrentadas, as

verbas públicas oriundas de editais, leis e termos de colaboração também foram interrompidas por parte do poder público.

No momento, estamos fazendo festival solidário e vaquinha virtual para comprar a lona e dar continuidade às atividades desenvolvidas pelo Circo Laheto.

Júlio Vann

Estamos matutando sobre o projeto de “Arte, educação e ação social: o Circo Laheto”. Os resultados atingidos por esse projeto têm demonstrado que a arte e a educação, juntas, podem transformar muitas vidas, o que torna ainda mais difícil entender o porquê de ele sofrer ameaças de descontinuidade, por falta de apoio e financiamento. Quanto às políticas para a arte e a cultura, o que tem sido feito e por que há tantos problemas que muitas vezes beiram o descaso e abandono?

Maneco Maracá

O atual momento requer muitas reflexões. Estamos diante de um cenário avassalador de ódio e de agressividade com a cultura brasileira. Os artistas e as pessoas que defendem a cultura estão sendo confrontados, agredidos e maltratados pelos governantes e grande parcela da sociedade conservadora e fundamentalista.

Os atuais representantes do poder público, em âmbito nacional, estadual e municipal, esqueceram as suas obrigações e responsabilidades com o setor artístico. Ao invés de socorrerem a classe em um dos momentos mais difíceis da nossa história, eles criticam ou criam dificuldades de acesso aos poucos recursos que ainda tem – isso aconteceu com a Aldir Blanc recentemente –, sugerem mudanças inclusive no conceito de cultura, elegem outras manifestações sem a menor relação com a cultura como se fossem culturais, enquadram na burocracia e desrespeitam as leis. Nossos governantes falam quaisquer coisas para diminuir as ati-

vidades artísticas e culturais e junto, é claro, massacram os seus fazedores de cultura. É muito grave o que estamos presenciando.

Com a interrupção dos fomentos à cultura, todos os seguimentos artísticos estão passando por necessidades, desde o artista de rua, às escolas de circo, aos grupos e circos itinerantes. No circo, desde a pessoa que vende pipoca, algodão doce, até o trapezista e o dono do circo, todos estão passando fome. Também não é diferente na cultura popular, no teatro, no cinema e tantas outras áreas.

É urgente que tenhamos ações de diálogo com a sociedade, universidades, poder público, Ministério Público e outros órgãos competentes para rever e encontrar caminhos em defesa da cultura brasileira.

Júlio Vann

Pelo que estamos vendo, a pandemia da covid-19 não é a única causa da crise que estamos vivendo na arte, na cultura e na educação e, certamente, não é a principal dessas causas. Estamos sendo assolados pelo negacionismo, pela intolerância e pela superexploração dos trabalhadores que se veem às voltas com a redução dos salários, a uberização do trabalho e uma altíssima taxa de desemprego, o que dificulta ainda mais pensar na capacidade humana de viver com justiça social, com distribuição de renda e outras necessidades para restaurar a vida e o bem comum. Como localizar um projeto como o Circo Laheto, em um cenário como esse? Como os artistas e profissionais dos circos têm vivido essa crise? E quais as perspectivas de futuro para essa categoria de trabalhadores no Brasil?

Maneco Maracá

Como localizar um projeto como o Circo Laheto em um cenário como esse? Não é uma pergunta muito fácil de responder diante do cenário atual de extrema desvalorização das atividades de inclusão e proteção social.

Os projetos de inclusão social, neste momento, deveriam ser vistos pela sociedade e o poder público como facilitadores e reparadores das políticas públicas inexistentes para uma grande parcela da sociedade que hoje se encontra oprimida e marginalizada.

Projetos sociais são necessários e devem estar no centro do debate, para que possam provocar a discussão sobre direitos, preconceitos, violência urbana, formação política, diversidade, gênero, feminicídio, cidadania, inclusão, metodologias de ensino através dos cursos livres, a importância da arte e da educação na formação dos jovens, entre outros, mas infelizmente, não é isso que estamos presenciando.

Como os artistas e profissionais dos circos têm vivido esta crise? Neste momento, eles passam por inúmeras dificuldades, tanto do ponto de vista financeiro, da fome, como também dos aspectos psicológicos e do desejo de exercer a sua arte no picadeiro (saúde da plateia). Conheço várias famílias e artistas de circo que moram em Goiânia, outros que vieram de outros estados, e a vida por aqui não tem sido nada fácil para eles. Muitos estão vendendo maçã do amor, pipoca e algodão doce na rua, se expondo ao perigo de contaminação pela covid-19.

Os circos continuam completamente fechados e sem perspectiva para voltarem ao normal. Também conheço vários artistas de rua, em sua grande maioria latinos. Eles moram longe de suas famílias e do país de origem. Alguns contraíram a covid-19 e moram de favor ou na rua, em condições muito difíceis.

E quais as perspectivas de futuro para essa categoria de trabalhadores no Brasil? O pior é que ainda não há perspectivas de voltarmos à vida normal. Com a falta de vacina, de editais, fundos emergenciais ou uma linha de crédito a juros baixos para os circos, além do descompromisso por parte dos governantes, fica muito difícil pensar em normalidade. Nós estamos, literalmente, na corda bamba.

As reflexões de Maneco Maracá nos possibilitaram compreender a importância de projetos sociais que associam arte, cultura, educação e ação social, efetivamente. Dialogamos sobre algumas questões e implicações deste momento pandêmico e das políticas públicas para a cultura e para projetos que unem todas essas áreas, como é o caso da Escola de Circo Laheto.

Indicações de Leitura

CARVALHO, Seluta Rodrigues de; ALTIERI, Ione Garcia; BRUNSIAN, Izabel; SANDA, Célia Terumi. E o circo chegou à capital do pequi. *Cadernos CENPEC – Pesquisa e ação educacional*, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 148-151, 2006.

GALLO, Fábio Dal. *Escola Picolino: o circo social e a arte-educação*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2018.

GUEDES, Larissa Stéfany de Paula. *Era uma vez um circo: a história do circo Laheto*. Goiânia: Editora Pé de Letra, 2016.

Informações sobre os projetos, a história, o portfólio, os eventos, as notícias, os espetáculos, vídeos, fotos, áudios, os contatos e um mapa de localização da Escola de Circo Laheto podem ser encontradas no site: www.circolaheto.org; no perfil do Facebook: [circolaheto](https://www.facebook.com/circolaheto); no Instagram: [@circolahetooficial](https://www.instagram.com/circolahetooficial) e no canal do Youtube: [circolahetooficial](https://www.youtube.com/c/circolahetooficial).

CAPÍTULO XI - O NEGACIONISMO COMO ARTEFATO POLÍTICO- PEDAGÓGICO¹

*Adilson Jesus Aparecido de Oliveira
Joana Peixoto*

O momento em que estamos vivendo exige rapidez e eficácia de ações coletivas para a contenção do contágio e consequente óbito pelo novo coronavírus. A eficácia dessas ações depende de conhecimento sobre o vírus, as formas de contágio e as medidas para neutralizar os efeitos do vírus no corpo humano e no organismo social. A partir disso, as ações exigem a mobilização de recursos financeiros, materiais e humanos para a sua implementação. A articulação entre o conhecimento científico e a ação política são fatores fundamentais para a contenção da pandemia da covid-19. Como tratar a desinformação que dificulta a produção e a disseminação do conhecimento científico e se torna um obstáculo à ação política democrática? Como diz Einstein: “Que triste um período em que é mais fácil esmagar um átomo do que um preconceito!”

1 Programa transmitido pela TV UFG em 11/6/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ANzqORSK6TY&list=PLzNrx5jAJglC-cuA4FPG4E2Zq6CiiXRL&index=40>. Acesso em: 8 abr. 2024.

Joana Peixoto

A filósofa alemã Hannah Arendt escreveu um livro sobre as origens do totalitarismo (Arendt, 2013). O livro mostra que o principal objetivo do totalitarismo não é convencer os nazistas nem os comunistas, mas aquelas pessoas para quem a distinção entre fato e ficção, verdade ou mentira já não existe mais, ou seja, a autora fala da importância dos fatos. Como chegamos aos fatos? Através da observação experimental criteriosa e da análise dos dados e das informações coletadas por essa observação. “Hoje estamos vivendo algo que pode ser chamado de morte dos fatos” (Neiva, 2020, último parágrafo). Qual é o risco do assassinato repetido da informação? A desinformação hoje é uma estupidez anedótica de governantes ou um projeto político? Qual a consequência disso para a educação? Essas questões nos levam a pensar sobre a necessidade de que o ensino de ciências e a divulgação científica se dediquem a construir novas atitudes e diretrizes.

Esse tema já foi objeto de diálogo nas entrevistas que fizemos com a professora Raquel Marra, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e com o pesquisador Paulo Monteiro, do Instituto Butantan. Hoje, vamos continuar a matutar sobre esse tema com o professor Adilson de Oliveira. Ele é professor titular do Departamento de Física da Universidade de São Carlos (UFSCar), de onde foi vice-reitor. É membro do Grupo de Supercondutividade e Magnetismo e do Centro de Desenvolvimento de Materiais Multifuncionais do Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão vinculado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (CDMF/CEPI/FAPESP). O professor Adilson também é fundador e coordenador do Laboratório Aberto de Interatividade (LAbi), que abriga a Revista Digital de Divulgação Científica Click Ciência, da qual é criador e editor. É responsável pelo *blog* de divulgação científica “Por dentro da ciência”, laureado com o Prêmio Ernesto Hamburger de

divulgação das Ciências Físicas, em 2019. Ele ainda é colunista da revista *Ciência Hoje Online*.

Obrigada por ter aceitado o nosso convite.

Adilson Oliveira

Boa tarde a todos e a todas que nos assistem no YouTube. É um prazer estar aqui falando sobre ciência, divulgação científica e, principalmente, combatendo a desinformação que, muitas vezes, é veiculada por todos os meios. É uma honra estar aqui com vocês.

Joana Peixoto

Especialmente após a campanha política das eleições de 2018, se abirmos os jornais impressos, assistirmos aos programas nos canais de TV aberta e a cabo e frequentarmos o Facebook, Instagram, Twitter, encontramos cada vez mais afirmações do tipo: “não existe racismo real no Brasil”; “a covid-19 é apenas uma gripezinha”; “o feto do sexo feminino é fruto de espermatozoide mais fraco”; “A vacina não dá imunidade. Não elimina o vírus. Não impede a morte. Não impede você de pegar ou transmitir covid-19”; “os portugueses nem pisaram na África”; “não houve ditadura no Brasil”; “não há desmatamento na Amazônia”; “não há nada que refute que a terra é plana”.

Vamos começar conversando sobre esta última afirmação. No dia 22 de junho de 1633, o astrônomo Galileu Galilei, considerado, por muitos, o criador do método científico, recebia sua sentença frente a um tribunal da Inquisição pela acusação de defender o modelo de Copérnico, em que a Terra girava em torno do Sol. Desse modo, Galileu foi considerado um herético, forçado a repudiar as ideias heliocêntricas e sentenciado à prisão domiciliar, além de ter sua obra *Diálogo* incluída no Índice de Livros Proibidos pelo Vaticano.

Pouco menos de quatrocentos anos após esses acontecimentos, uma pesquisa do Instituto Datafolha, realizada em julho de 2019, apontou que sete por cento dos brasileiros acreditam que a Terra seja plana. Esse número representa um movimento que ganhou impulso nos últimos anos: o dos chamados terraplanistas, que questionam o formato esférico do planeta, noção que já era consenso inclusive na época de Galileu. Professor Adilson, Galileu Galilei e todos os pesquisadores após esse período estão errados, o planeta Terra é plano?

Adilson Oliveira

Muitas vezes as pessoas defendem ideias como essas, baseadas exatamente em notícias que são colocadas, principalmente, quando se questiona o fato da esfericidade da Terra. Embora todo mundo já tenha visto uma foto da Terra esférica, eles se questionam se isso é uma produção, uma armação. Quando se procura metodologias ou, melhor dizendo, modelos científicos para mostrar que a Terra é plana, a metodologia proposta nunca resiste à experimentação. Você até citou o Galileu, que foi um dos introdutores do método científico. Quando ele mostrava pela luneta os resultados que ele tinha, ou seja, mostrando que existiam luas em torno de Júpiter, que existem as fases no planeta Vênus e Mercúrio, as quais são evidências do heliocentrismo, ou seja, que a Terra gira em torno do Sol, as pessoas se recusavam a olhar na luneta justamente dizendo: “como um equipamento pode ser mais importante do que o que está na minha mente, do que aquilo que está construído dentro da minha lógica?”.

Então, o fato de a Terra não estar no centro do universo era uma questão contraintuitiva, afinal de contas ninguém sente o movimento de rotação da Terra de uma maneira direta. Nós olhamos para o céu e percebemos que tudo está girando em torno de nós. No caso dos terraplanistas, é algo mais ou menos parecido.

Todos os experimentos que provam isso acabam não sendo aceitos. A esfericidade da Terra foi demonstrada pelo bibliotecário de Alexandria, Eratóstenes, há cerca de 2.500 anos, simplesmente olhando a projeção da sombra de um poste na cidade de Alexandria e Siena. Em 22 de junho – equinócio de verão no hemisfério norte e equinócio de inverno aqui para nós – ele percebeu que, em Siena (cidade italiana), a sombra era projetada, mas, em Alexandria (cidade do Egito), a sombra não se projetava. Conhecendo a distância entre essas duas cidades e usando matemática elementar, que hoje ensinamos na sexta ou sétima série ensino fundamental, ele conseguiu calcular o ângulo da projeção da sombra e estimar o tamanho, a circunferência da Terra. Eratóstenes errou apenas cinco por cento do tamanho da esfericidade da Terra. Os terraplanistas adoram refutar essa ideia do Eratóstenes, porque, como todo modelo científico, ele se aproxima da realidade. A aproximação era que os raios solares chegavam na Terra de forma paralela. Eles não chegam exatamente paralelos, mas, como o Sol está muito distante, há 150 milhões de quilômetros, essa situação é válida e demonstra que a Terra é esférica.

Além disso, outra coisa de que os terraplanistas duvidam é a existência da gravidade, afirmando se tratar de uma força que não podemos ver. “As coisas caem porque elas têm que cair”, é o que eles dizem. Desse modo, essas pessoas costumam criar ideias e modelos que são absolutamente absurdos como explicação. Por exemplo, ao observarmos, podemos ver que a Lua, o Sol e os outros planetas são esféricos. A partir dessa percepção, por que, então, a Terra não seria? Eles recorrem a explicações sofisticadas, como a própria teoria de Einstein, que prevê o desvio da luz na ação do campo da gravidade. Nesse caso, a gravidade passa a funcionar para eles. Eles afirmam, também, que esses planetas deveriam ser, de fato, planos, mas a gravidade dá essa ilusão de que eles são esféricos. Ou seja, trata-se do que chamamos de

pseudociência. As pessoas pensam alguns fatos científicos e os colocam em uma narrativa totalmente equivocada.

Joana Peixoto

Você demonstrou que há evidências antigas e modernas para a esfericidade da Terra. O terraplanismo não coloca apenas as ideias em questão, mas também os fatos. As forças progressistas vão denominar esse tipo de afirmação de negacionismo, pseudociência, *fake news* ou desinformação. O ressurgimento de forças políticas que utilizam a pseudociência e a desinformação para exercer e atingir o poder torna necessário que educadores e cientistas prestem atenção nesse fato, não é mesmo? O que é colocado em risco com essa desinformação, que compreende a ausência de informação, a informação manipulada e o engano proposital?

Adilson Oliveira

Eu penso que essa situação passa muito pelo fato de que, quando você pensa e questiona, isso incomoda. A ciência é baseada no questionamento, no pensamento. Então, geralmente, a defesa dessas ideias é justamente para colocar o negacionismo como “uma bandeira” extremamente ideológica no sentido de que, ao defender essa ideia, você está rompendo com o *status quo*.

Uma das ideias que essas pessoas defendem é que todo o conhecimento precisa ser destruído e recriado, pois ele está corrompido, já que foi criado por aqueles que têm a ideia de querer enganar a maioria das pessoas. Como eu disse, é muito mais fácil, nas nossas observações diárias, imaginar que a Terra é plana do que imaginar que ela é esférica. Afinal de contas, podemos pegar um carro, andar por centenas de quilômetros e não vamos perceber a esfericidade da terra. O perímetro da esfera da terra possui mais de quarenta mil quilômetros, logo, se andarmos cem quilômetros, que é uma parte ínfima desse perímetro, nos parece que estamos em um plano.

A pseudociência busca nas pessoas o senso comum e diz: “olha, estão te colocando uma ideia enganada”. O mesmo acontece quando falamos do negacionismo, por exemplo, em relação às vacinas. A covid-19 é um microrganismo que não enxergamos. Como podemos evitar a doença colocando-o dentro de você? Existe esse debate.

Eu acredito que nós, cientistas, educadores e professores, temos não apenas que divulgar os fatos científicos, mas também deixar claro para as pessoas como a ciência chega a essas conclusões. A ciência tem um método, um trabalho. Ela testa hipóteses. Para as pessoas, muitas vezes parece que o cientista tem uma ideia mágica, como falam do Newton. Dizem que caiu uma maçã em sua cabeça e ele começou a falar da teoria da gravidade. Isso é um mito. Há um trabalho que foi acumulado por muitos outros que vieram antes dele para que ele pudesse elaborar essa teoria.

As pessoas não entendem muito como é o método da ciência. É importante considerar, principalmente, que a ciência se engana, mas depois corrige o modelo e avança. A própria gravidade de Newton, que funciona de uma maneira espetacular, permite que coloquemos satélites em órbita da Terra, calcular a órbita de planetas, porém, não explica tudo. A partir disso, Einstein cria a teoria da relatividade geral, para ampliar a noção de gravidade, propondo outro modelo que explica a teoria de Newton, mas vai além. Ele explica a própria expansão do universo.

Assim, eu acredito que, como comunicadores, cientistas e professores, é importante também ensinarmos como a ciência é construída, como o conhecimento científico é atingido, não só para os nossos alunos, mas também para a população em geral. Há uma necessidade de entender isso. Esses dias, entre todas essas informações que estão circulando com as discussões existentes, foi divulgado um vídeo que dizia que o método científico já estava superado, que o importante é vermos a opinião das pessoas, inclusive no WhatsApp.

Dessa forma, descartamos o patrimônio da humanidade, o método científico, a forma de fazer a ciência, que transformou o mundo. Por exemplo, nós estamos aqui hoje conversando via internet. Eu estou em São Carlos. Vocês estão em Goiânia. Os telespectadores estão no Brasil inteiro. Isso só é possível por causa da ciência. Foi ela que conseguiu compreender a natureza e vencer os desafios para que hoje possamos ter a cura de uma doença através da vacina em menos de um ano. Foi a ciência que possibilitou toda a tecnologia que nos permite nos comunicar com o mundo todo.

Joana Peixoto

Durante a pandemia do novo coronavírus, o negacionismo se reflete na tentativa de desinformar a população, contrariando e desrespeitando a ciência, os órgãos competentes de saúde e desdenhando as vidas ceifadas. Hoje, 11 de junho de 2021, segundo dados subnotificados do Ministério da Saúde, são 482 mil óbitos pela covid-19. Em entrevistas anteriores, matutamos sobre o desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS) com a professora Cristiane Lemos, da UFG.

Neste momento, as pesquisas sobre o retrocesso no financiamento e a falta de autonomia universitária sofre ataques sucessivos. Você foi candidato à Reitoria da UFSCar em 2020 e, mesmo compondo a chapa mais votada, não foi empossado para o cargo de Reitor. O governo já interveio em mais de vinte instituições de ensino superior, de forma a desrespeitar os processos internos de escolha de seus dirigentes. Em artigo publicado por você na Folha de São Paulo, em fevereiro de 2021, você indica que essa interferência do governo é um projeto, não é um acaso.

Do ponto de vista da desinformação, também podemos dizer o mesmo. Por mais que seja tentador achar que tudo se trata de estupidez, o que existe de fato é um projeto que serve muito bem

aos fins traçados. O terraplanismo não pode ser visto como uma piada, mas como um método. Como diz um artigo de Barbosa (2020, primeiro parágrafo), na Carta Capital:

A compreensão do que é terraplanismo vai além da crença de que o planeta tem formato de pizza. Representa, em última instância, a renúncia não apenas a consensos históricos construídos com base na ciência, mas a uma base racional a partir da qual o mundo é interpretado e decisões são tomadas.

Fale para nós sobre o projeto ao qual você se refere nesse artigo.

Adilson Oliveira

Nós acreditamos que, quando interferimos na autonomia da universidade, nós estamos afetando a produção do conhecimento e impactando aqueles que têm senso crítico para perceber que noções como terraplanismo e negacionismo de vacina estão exatamente dentro dessa proposta de criar uma situação na qual se descredita as instituições de pesquisa. Ao mesmo tempo, estamos colocando nesses lugares de gestão pessoas que se alinham, de certa forma, com as ideias presentes no governo. É esse o fenômeno que observamos em relação à não nomeação de mais de vinte reitores federais nos últimos dois anos. Isso causa, realmente, um grande impacto em nós. Era uma coisa que não se fazia desde que o processo de consulta foi instituído. Ou seja, no caso da UFSCar, fazia quarenta anos que não acontecia nada parecido com isso. A outra vez que aconteceu foi exatamente no governo militar, quando o Reitor mais votado não foi empossado. Vemos que isso realmente incomoda. No nosso caso em particular, foi justamente o fato de atuarmos na divulgação científica e sermos contra o terraplanismo que talvez tenha influenciado a decisão da não escolha. Afinal de contas, teríamos, na UFSCar, um Reitor que defende a ciência de uma maneira muito forte, muito obstinada. Isso, sem dúvida nenhuma, acaba incomodando. Então,

nesse sentido, como eu disse no artigo da Folha de São Paulo, a autonomia universitária também é uma vacina contra o ataque ao conhecimento, do qual devemos nos proteger.

Joana Peixoto

Professor Adilson, vamos dedicar esta última questão às possibilidades de ação face a esse processo político de desinformação. Você tem todo um trabalho dedicado ao processo de levar o conhecimento científico para fora da universidade e dos centros de pesquisa, promovendo ações que divulguem amplamente a ciência. Você tem consciência de que a mídia e as produções midiáticas não são um reflexo neutro da realidade. Elas podem ocultar as relações de poder que estão na base da sociedade, da qual emerge toda a produção humana, inclusive o conhecimento científico. Como você vê os programas, museus, laboratórios, *blogs* e demais dispositivos brasileiros (inclusive aqueles dos quais você participa) de divulgação científica? Qual o seu alcance nesses dispositivos? Como eles podem ter mais adesão junto aos cidadãos que não fazem parte do universo da ciência?

Adilson Oliveira

A divulgação científica precisa ter uma estratégia na qual ela não seja somente uma tradução do conhecimento, mas sim uma recriação de conhecimento. Quando recriamos o conhecimento, permitimos que as pessoas se apropriem dele. No meu caso, a minha área é a Física. As pessoas costumam dizer: “eu não consigo entender física, porque eu não sei matemática”. Nós podemos responder: “você pode apreciar uma bela música, sem saber ler partitura”. Para aproximar a Física das pessoas, eu tenho que recriar o conhecimento. Nesse sentido, é importante que a divulgação da ciência esteja também nas redes sociais, em todas as plataformas, para que possamos ter um maior alcance. Além disso,

sem dúvida alguma, não devemos dar espaço para *fake news* ou para a pseudociência. Não tem sentido fazermos um debate sobre a Terra plana *versus* a Terra esférica. Isso não faz sentido, porque a Terra ser esférica é um fato. Sobre fatos, não se discute. Por isso, devemos estar dentro dos mesmos locais onde as outras notícias são veiculadas, para nos contrapormos, dando espaço para que ideias científicas sejam propagadas.

Joana Peixoto

Muito obrigada pela sua disposição em fazer esta síntese de assuntos tão importantes. Nós agradecemos muito a sua presença.

Adilson Oliveira

Eu é que agradeço a oportunidade. Estou sempre a disposição para falar com vocês.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BARBOSA, Gustavo Freire. *Além da Terra plana: o terraplanismo como método do governo Bolsonaro*. In: Carta Capital. [S.l.], 15 jan. 2020; Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/alem-da-terra-plana-o-terraplanismo-como-metodo-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 6 maio 2024.

NEIVA, Leonardo. *Desde o tempo de Galileu, negação da ciência passou do campo religioso para o político, diz astrofísico*. In: BBC News Brasil. São Paulo, 30 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52803301>. Acesso em: 6 maio 2024.

INDICAÇÕES DE LEITURA

FABRICIO, Tárccio Minto; PEZZO, Mariana Rodrigues; DE OLIVEIRA, Adilson Jesus Aparecido. Divulgação Científica pós-pandemia, ou como não repetir nossos erros. *CTS em Foco*, [S.l.] n. 2, p. 20-24, jan./mar. 2021.

OLIVEIRA, Adilson Jesus Aparecido de. *Física sem mistério*. 1 ed. Curitiba: Editora Appris, 2020.

Fontes de divulgação científica:

www.pordentrodaciencia.blogspot.com

<http://www.labi.ufscar.br/>

CAPÍTULO XII - DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA¹

*Rose Mary Almas de Carvalho
Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar*

Vivemos a era do fascínio pelas metodologias ativas, do professor *youtuber*, das plataformas privadas e do chamado ensino híbrido, ou seja, temos a forma se sobrepondo ao conteúdo, o renascimento do “aprender a aprender” e tantos caminhos para um neotecnicismo. Basta saber usar tecnologias digitais? O bom ensino é aquele que é prático? A pandemia tornou o processo de ensino e aprendizagem mais fácil? A Educação a Distância (EaD) vai se tornar a base da formação superior?

A pandemia jogou a escola, seja ela da educação básica ou superior, em um contexto para o qual poucos estavam preparados: o ensino com tecnologias digitais, com distanciamento social, em especial, em uma confusão com a EaD. Inúmeros pesquisadores brasileiros já se debruçam sobre a formação e trabalho docente com tecnologias digitais no Brasil e no mundo. Temos conhecimento científico para lidar com um projeto sério de educação com tecnologias digitais, se houvesse real interesse político para tal.

¹ Programa transmitido pela TV UFG em 25/6/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/VWRSfF1cLRO?feature=share>. Acesso em: 8 abr. 2024.

Nas demais edições do Programa Matutando, já comprovamos o descompromisso dos governos em relação à inserção de tecnologias nas escolas. Falamos, por exemplo, sobre os riscos das plataformas privadas na educação pública, na entrevista ao professor Nelson Pretto, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a respeito da inclusão excludente dos programas brasileiros de inclusão digital e tantas outras discussões sobre tecnologias e uberização. Já vínhamos tratando sobre a internet, os computadores, os celulares e os aparatos como problemas práticos e constituintes da vida cotidiana. Porém, esses objetos servem a interesses de classes, em especial, da classe dominante, como conversamos com Virgínia Fontes e Ricardo Antunes. As escolhas tecnológicas e a exclusão de boa parcela da população no acesso e no uso de tecnologias não são naturais e nem inofensivas. Chamamos de fetichismo tecnológico essa ocultação do conteúdo de classe nas escolhas tecnológicas.

Nesta entrevista, iremos conversar com a professora Rose Mary Almas de Carvalho sobre os desafios em tempos de pandemia. A professora Rose Almas é professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) e, no período de 2003 a 2021, atuou como Coordenadora-Geral da Coordenação de Educação a Distância (CEAD) da mesma instituição. Além disso, ela é uma das fundadoras do Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as relações entre as Tecnologias e a Educação, Kadjót.

Adda Echalar

Professora Rose, já faz parte da instituição que você atua um trabalho coerente e sistemático de formação continuada dos professores para lidar com as tecnologias digitais. Muitos professores da instituição a que você está vinculada já possuem experiência com parte da carga horária na modalidade a distância, antigamente denominado “ensino semipresencial”.

Todavia, a pandemia jogou a educação em uma nova realidade, o chamado ensino emergencial remoto, completamente a distância, sem que isso tenha sido opção do estudante e/ou do curso e seus professores. Então, te faço a seguinte pergunta: o que é a EaD e o ensino remoto emergencial? São a mesma coisa? O trabalho docente com tecnologias, no contexto de pandemia, exige mais ações pedagógicas dos docentes e estudantes, exige um maior trabalho?

Rose Almas

A PUC Goiás iniciou a oferta de disciplinas à distância em cursos presenciais por volta do ano de 2005. Depois dessa experiência, alguns projetos de cursos de graduação presenciais tiveram oferta de disciplinas com uma carga horária à distância. Todavia, a vivência que tivemos no campo da educação em um ano e meio de pandemia nos traz uma confusão muito grande entre o que é Educação a Distância e o que é ensino remoto. No contexto do ensino remoto, cabe aqui mencionar que nós, professores, gestores, pais, alunos, enfrentamos, com determinação, diferentes e grandes desafios. Além da infraestrutura precária de nosso país para o uso de tecnologia e o acesso desigual às tecnologias da informação, enfrentamos o desafio do uso de tecnologias na prática pedagógica, na nossa estratégia de ensino, que nos cabe diretamente enquanto docentes.

Entretanto, o que é ensino remoto e o que é EaD? Remoto significa que estamos em distanciamento geográfico, como acontece neste momento. Toda a educação neste período de um ano e meio esteve desse jeito, usando diversas plataformas para comunicação entre professores e alunos. Se vamos para a educação básica, até o WhatsApp foi usado, precarizando esse processo de ensino e de aprendizagem. Também foi utilizado o Teams, o Meet, o Zoom e tantas outras plataformas de comunicação, transportando o ensino presencial para o ensino remoto.

Quando falamos de Educação a Distância, é completamente diferente. Ela é uma modalidade educacional, com metodologias próprias e sistemáticas de trabalho, que impactam nos processos de ensino e aprendizagem. Eu gostaria de destacar quatro características marcantes da EaD: 1. flexibilidade de tempo e espaço de estudo. Então, você pode falar que, na atualidade, estamos com a flexibilização do espaço, mas o tempo é real, é do síncrono, como estamos fazendo agora nesta entrevista; 2. plataformas concebidas para o uso EaD, ou seja, para o ensinar e aprender. O Meet, o Teams, o Zoom não são concebidos para o processo educativo. Esses recursos constituem-se em plataformas de comunicação na modalidade síncrona, diferentemente de um Learning Management System (LMS), sistema de gestão de aprendizagem gratuito ou proprietário que, em sua concepção, foi considerado um processo de ensino-aprendizagem; 3. autonomia do estudante no processo de ensino e aprendizagem. Na EaD o estudante precisa desenvolver sua autonomia no processo de estudo, pois não se tem um professor chamando a atenção em sala de aula. Então, o estudante tem responsabilidade pela condução de seus estudos e, para isso, precisa de uma organização; 4. material didático produzido com suporte em diferentes linguagens (vídeo, textos, gráfico, infográficos, áudios, realidade virtual, realidade aumentada e tantos outros possíveis).

Essas características da Educação à Distância se distanciam completamente do que vem a ser o ensino remoto.

Adda Echalar

Professora Rose, que bom poder ouvir suas explicações. Já vínhamos falando sobre isso em uma entrevista com o professor Jhonny, em um programa anterior, e a senhora nos ajuda a avançar mais um pouco nessa compreensão. Fica claro, então, que pode haver um interesse nessa confusão de propostas educativas.

Há uma outra terminologia que tem pairado e ganhado força, apesar de ela não ser novidade, que é a do ensino ou educação híbrida. Há um interesse mercadológico nessa metodologia de ensino, pois isso pode, a médio ou longo prazo, baratear os custos, ampliar o fetichismo tecnológico pelos aparatos digitais, precarizar ainda mais o trabalho e transformar a educação em mercadoria, devido a um “canto da sereia”.

Professora Rose, a EaD e o ensino híbrido são a mesma coisa? Como poderíamos diferenciar essas propostas educativas para fazer escolhas intencionais? Já não fazíamos “ensino híbrido” quando usávamos ambientes virtuais de aprendizagem em nossas aulas presenciais ou podíamos trabalhar de casa para nossos estudantes?

Rose Almas

Adda, da mesma forma que comecei a falar do remoto, eu, particularmente, prefiro adotar a expressão “educação híbrida”, assim como a Educação à Distância. O termo “ensino” restringe e o termo “educação” é mais amplo.

O que é híbrido, então? Híbrido significa misturado, mesclado. Trago uma provocação para pensarmos sobre isso: no transcorrer de nossa vida, seja no campo pessoal ou escolar, nós não aprendemos na feira de ciências? Se estou na graduação, nós não aprendemos em um programa de extensão, na iniciação científica, na educação básica, em uma olimpíada? Aprendemos em diferentes espaços de nossa vida. Seja na educação formal ou informal, o nosso aprendizado sempre foi híbrido, ou seja, aprendemos em diferentes espaços.

No campo da Educação, precisamos pensar em uma educação contextualizada. Vivemos em uma sociedade imperfeita e contraditória e é no processo educacional que vivemos uma mistura de saberes, valores e a interrelação entre as diversas áreas do conhe-

cimento, as variadas metodologias utilizadas no espaço escolar, seja por meio de *games* ou problematizações, por atividades em projetos, em grupos, presenciais, virtuais ou à distância. Nessa perspectiva, a educação sempre foi híbrida – é uma provocação!

Adda, você me questiona se há um interesse mercadológico na metodologia de ensino híbrida ou uma metodologia que vai ser utilizada no processo educacional híbrido, porque isso pode baratear os custos dos cursos para as instituições. Aliado a isso, há uma supervalorização das tecnologias, atribuindo a esses aparatos determinado poder, principalmente na educação.

Ao pensarmos a educação nesse contexto, que é histórico, político, econômico e cultural, não podemos deixar de considerar que vivemos em uma sociedade capitalista, em que a economia está baseada no consumo, com diferenças sociais gritantes em nosso país. Não temos como negar a visão determinista que se confere à tecnologia nas políticas públicas, o poder de qualificar o processo educacional. Por outro lado, não podemos negar, também, que o uso das tecnologias, permeando as relações sociais, seja na esfera da vida pessoal ou da profissional, tem alterado significativamente o modo como nos relacionamos e produzimos conhecimento. Então, é importante que a análise dessa situação, seja na EaD, na educação híbrida ou presencial, se distancie de uma visão dicotômica, ou seja, que se leve em consideração toda a complexidade inerente ao contexto educacional. O que quero dizer com isso? Que há, sim, um interesse mercadológico nessa metodologia de ensino e uma supervalorização das tecnologias e dos aparatos tecnológicos no contexto educacional, colocando professores e alunos como consumidores desses produtos, mas, não podemos negar que a utilização das tecnologias têm impactado as relações sociais e influenciado, conseqüentemente, a interação entre as pessoas, na produção do conhecimento, na saúde, na veiculação das informações, enfim, nas várias áreas da sociedade.

Quanto à distinção de EaD e educação híbrida, há estudos que indicam que a educação superior tem uma tendência muito forte à adesão da educação híbrida. Isso está respaldado pela legislação, que atende aos interesses e demandas das instituições ensino. Assim, há uma legislação educacional que fortalece essa tendência, pois um curso presencial pode ter até quarenta por cento da carga horária desenvolvida à distância e um curso à distância pode ter até trinta por cento da sua carga horária desenvolvida presencialmente.

Os estudos já apontam, há mais de uma década, o que vem se concretizando na educação superior: a mescla do presencial com a Educação à Distância, atendendo aos interesses de um grupo, criado por uma demanda econômica da sociedade que nós vivemos. No entanto, é preciso considerar que a educação básica e a educação superior integram o contexto de uma sociedade capitalista, dividida em classes sociais e com a economia baseada no consumo. A educação, de um modo geral, reflete esses interesses, em alguma medida.

Adda Echalar

Você foi responsável pela cátedra da Organização das Nações Unidas para a Educação (Unesco) intitulada “Ciência da educação para a formação de professores e investigação científica”, cujas ações visam contribuir para a inovação das propostas e das formas de operacionalização do currículo com a utilização das tecnologias. Além disso, participou de pesquisa conduzida pelo Kadjót “Ecos e repercussões”, que investigou o processo de formação de professores para o trabalho com tecnologias digitais. A partir das entrevistas com professores da educação básica em Goiás, a pesquisa identificou a adesão das políticas e das práticas de uso de tecnologias aos princípios da Unesco, mas identificou, também, uma resistência do professor ao praticismo, ao que lhe

é imposto. Eu gostaria que você nos falasse, em especial, sobre a racionalidade docente para lidar com os contextos de imposição e de rupturas pedagógicas.

Rose Almas

A participação na pesquisa “Ecos e repercussões”, realizada no período de 2012 a 2015, na qual entrevistamos 76 professores de 23 escolas públicas, foi muito importante para compreendermos a formação de professores proporcionada pelas políticas públicas, de modo a nos aprofundarmos em questões presentes no processo de formação para o uso das tecnologias. A pesquisa permitiu que investigássemos a realidade do professor e o percurso de sua formação. Tivemos o olhar voltado para o professor e, nesse processo, demos voz a esse profissional.

No estudo, ressaltamos que os discursos e as políticas educacionais direcionados ao uso das tecnologias pelo docente têm como fundamento a racionalidade técnica, ou seja, a forma de pensar e agir que tem impacto na gestão dos meios de produção e consumo, com vistas a ampliar a eficiência com o menor custo possível. Ela prioriza, portanto, os resultados e a eficiência com o mínimo de investimentos. Vivemos muito isso na realidade escolar, no sistema público de ensino e no particular também.

No contexto escolar, com o uso de tecnologias, podemos afirmar que professores são vistos como meros consumidores de tecnologia. A centralidade não está no docente e sim nos objetos técnicos. Essa visão se reflete nas orientações pedagógicas e na formação dos professores. A tecnologia é aceita pelo educador como algo inevitável, identificado como modernidade e progresso.

Há uma visão, por parte dos professores que participaram da pesquisa, de que a tecnologia é facilitadora do trabalho docente e do processo de aprendizagem e ela vai motivar os alunos a estu-

dar. Os educadores também associam os recursos tecnológicos às transformações e inovações na prática educativa.

Vê-se aí um determinismo tecnológico muito grande ao atribuímos a esse recurso o poder de qualificar o processo pedagógico e a prática docente. No que tange à formação docente, o racionalismo instrumental e o determinismo tecnológico estão privilegiando uma formação voltada para a técnica, como se o domínio da técnica fosse provocar uma qualificação do processo educacional.

Nós sabemos que prática e teoria têm que ter uma articulação na formação dos professores. Isso ficou bem evidente nos depoimentos dos participantes da pesquisa, permitindo identificar que as tecnologias são apresentadas com ênfase na sua dimensão técnica, como se o objetivo da formação fosse o domínio técnico e não questões pedagógicas do uso das tecnologias no processo educacional.

A formação docente para o uso da tecnologia, claro, tem que considerar o instrumento. Eu não vou saber utilizar um recurso digital se eu não sei como ele funciona, mas o que me dá a base para a utilização desse recurso no processo educacional são questões pedagógicas.

Outro ponto que eu gostaria de destacar é o risco que se corre nas formações aligeiradas, que negligenciam a relação entre a teoria e a prática. O aligeiramento ocorre para atender uma demanda de uma política de mercado que tem como foco, simplesmente, a incorporação de tecnologia no processo educacional. É importante que, na formação de professores, haja articulação entre teoria e prática, pois isso dá solidez e consistência ao processo formativo.

Adda Echalar

A senhora integra, atualmente, uma pesquisa denominada “Políticas de expansão da Educação a Distância (EaD) no Bra-

sil: regulação, qualidade e inovação em questão” e já fez parte de muitas outras investigações que tratam da EaD na educação superior, como uma que abordou a “Institucionalização da Educação Superior a Distância nas Universidades Federais da região Centro-Oeste: processos, organização e práticas”. Muitos estudos, ao discutirem EaD no Brasil, falam sobre precarização do trabalho docente, ausência de qualidade na formação profissional e adesão à lógica empresarial, como já conversamos neste programa, no episódio com o professor Luiz Carlos de Freitas, o que gera muitos embates a quem faz um trabalho sério com EaD.

De fato, as dez maiores instituições privadas de ensino superior do Brasil fazem da EaD uma mercadoria e possuem uma formação profissional bem questionável. O que a senhora pode nos dizer sobre os conceitos de institucionalização, qualidade e inovação na EaD? É possível, e sob que condições é possível, ter qualidade e formação integral em cursos à distância no Brasil?

Rose Almas

A institucionalização da EaD é de grande importância para a qualidade dessa modalidade. Essa foi, no meu ponto de vista, a grande contribuição da Resolução nº 1, de 11 de março de 2016, do Conselho Nacional de Educação, no seu artigo 2º e parágrafo primeiro, que define que a modalidade a distância deve estar contemplada na política institucional das Instituições de Ensino Superior (IES) e constar no Plano de Desenvolvimento Institucional, no Projeto Pedagógico Institucional e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos ofertados nessa modalidade, respeitando o atendimento à legislação vigente (Brasil, 2016). Considerar a EaD nos documentos institucionais foi um avanço significativo, pois, por vezes, a modalidade à distância ficava à margem de todo o processo educacional vivenciado nas IES.

No projeto de pesquisa “Políticas de expansão da Educação a Distância (EaD) no Brasil: regulação, qualidade e inovação em questão” definimos, inicialmente, o que seria qualidade e inovação a partir do conceito de educação adotado, qual seja: a de prática social e ato político. Nessa perspectiva, o conceito de qualidade abrange a compreensão de qualidade social e está orientado por uma lógica contra-hegemônica ao capital excludente e contra a concepção de qualidade total de cunho empresarial e neoliberal. A qualidade social é analisada no contexto de aspectos intra e extrainstitucionais.

Nos estudos que realizamos sobre o processo de avaliação da qualidade da Educação à Distância, identificamos três indicadores: (1) formação acadêmica /profissional envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão; (2) gestão institucional acadêmico e administrativa, contemplando a missão, princípios, valores, metas, políticas, regimentos, entre outros aspectos e documentos e (3) recursos humanos e infraestrutura com a formação continuada de docentes e funcionários, bem como atualização de recursos tecnológicos e estrutura física.

No processo de avaliação da qualidade da educação e, nesse caso, da Educação à Distância, é preciso que critérios, indicadores e parâmetros sejam definidos e estejam em sintonia com os objetivos e propostas educacionais da instituição. Esse processo só tem sentido se permitir a análise das informações levantadas para que, assim, possa ter como resultado proposições de ações que reorientarão o processo educacional, com vistas à melhoria da qualidade. A avaliação da qualidade não é o fim, mas constitui-se em meio para a busca constante da qualidade do processo educacional a distância. Porém, ela possui, no Brasil, como em outros países, a avaliação interna com os critérios e os indicadores institucionais, além da avaliação externa normatizada pelo Ministério da Educação.

Na pesquisa “Políticas de expansão da Educação a Distância (EaD) no Brasil: regulação, qualidade e inovação em questão”, o termo “inovação” significa introduzir mudanças em um objeto de forma planejada, visando produzir sua melhoria. Há a compreensão de que a inovação não é neutra e que costuma ser produzida por uma pressão exterior, como reformas educativas ou políticas públicas, ou pelo desejo de mudança da instituição, um desejo interno. Trata-se de um processo permanente, nem sempre é algo novo. A inovação pode estar presente na adaptação de uma ideia de outro contexto. No caso específico do processo educacional a distância, podemos analisar a inovação a partir de aspectos presentes na organização curricular, nos processos comunicativos, na proposta pedagógica, nos materiais didáticos, nas tecnologias utilizadas e nos processos avaliativos.

Adda Echalar

O tempo do nosso programa está quase finalizado, mas deixo nossos agradecimentos à professora Rose e manifesto o desejo de novos momentos para matutarmos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução nº 1, de 11 de março de 2016*. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade à Distância. Brasília, DF: Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, 2016.

Indicações de Leitura

ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo; PEIXOTO, Joana; CARVALHO, Rose Mary Almas de (org.). *Ecos e repercussões dos processos formativos nas práticas docentes mediadas pelas tecnologias: a visão de professores da rede pública da educação básica do estado de Goiás sobre os usos das tecnologias na educação*. 1 ed. Goiânia: Kelps, 2015. Disponível em: http://kadjot.org/wp-content/uploads/2018/01/Ecos_e_Repercusso_es-2.pdf. Acesso em: 8 abr. 2024.

RODRIGUES, Cleide Aparecida Carvalho; FARIA, Juliana Guimarães; CARVALHO, Rose Mary Almas de (org.). *Gestão e formação em educação a distância*. 1 ed. Goiânia: PUC Goiás, 2015.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na Pandemia: a falácia do “ensino” remoto. *Universidade e Sociedade*, [S.l.], ano 21, n. 67, jan. 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b-283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em: 8 abr. 2024.

CAPÍTULO XIII - POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PASSANDO A BOIADA¹

*Miriam Fábila Alves
Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar*

O termo “passar a boiada” foi empregado pelo ex-ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, ao falar sobre a necessidade de aproveitar o momento da pandemia para avançar em regulamentações que visam favorecer o desmatamento, a liberação de agrotóxicos e outras ações danosas ao meio ambiente, mas esse termo não ficou restrito ao ambiente e às discussões sobre ele. Não bastasse a crise sanitária que vivemos, o momento nos remete às discussões sobre as políticas educacionais, em uma analogia às ações governistas de retirada de direitos e de mudança de diretrizes nas políticas públicas.

Desde o golpe de 2016, o governo federal vem tentando, em alguma medida, passar a boiada em uma série de direitos historicamente conquistados, avançando por meio da reforma trabalhista, da previdência e dos efeitos deletérios da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da morte, a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (Brasil, 2016), entre outros.

¹ Programa transmitido pela TV UFG em 13/8/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/ZgZjeO5tilk?feature=share>. Acesso em: 8 abr. 2024.

No campo educacional, por exemplo, o direito à internet para os estudantes de baixa renda, mesmo em tempos pandêmicos, não está assegurado, e temos acompanhado a insistência do governo em agilizar as reformas, como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM). Podemos indagar se as ditas “reformas” vão melhorar algo? No campo educacional, a escola precisa ser padronizada? O que é base comum para o currículo das escolas brasileiras?

Assistindo à televisão, lendo os jornais ou navegando pelas mídias digitais, podemos acompanhar o movimento que aproveitou o contexto do golpe aliado à crise sanitária para passar uma boiada bem excludente e privatista nos direitos sociais, inclusive na área da educação. Todavia, as associações da área de educação e seus profissionais têm resistido bravamente, buscando garantir que o país possa manter a educação como um direito de todos.

Os ataques no campo da educação que, por princípio constitucional, deve ser para todos, todas e todes, logo, pública, gratuita, de gestão pública, laica, diversa, justa e com qualidade socialmente referenciada, estão cada dia mais escancarados e claros. É sobre isso que vamos conversar no programa de hoje com a professora Miriam Fábria Alves, docente da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Adda Echalar

Professora Miriam, estamos no começo de agosto de 2021, ou seja, completa-se um ano e cinco meses do começo da pandemia que, infelizmente, já contabiliza mais de 560 mil mortos em nosso país, em função da contaminação pela covid-19.

O Banco Mundial, o governo e outras instituições têm reforçado, em seus discursos, que a economia precisa voltar a girar e a escola precisa abrir para que isso aconteça. A escola aberta movimentou a economia, mas, ao mesmo tempo, é essa circulação de pes-

soas que movimenta o vírus e aumenta a contaminação. O mesmo banco apresenta, em seu *site*, um mapeamento sobre a situação das escolas no mundo e evidencia que, em função da pandemia, temos mais de 681 mil estudantes fora das instituições de ensino. Ora, esses estudantes pararam de frequentar a escola em função da pandemia, na tentativa de diminuir a propagação da doença.

O Brasil faz parte de um grupo de países que oscila e possui uma variação entre escolas abertas, fechadas e do que vem sendo chamado de ensino híbrido ao longo da pandemia, embora não tenhamos as mesmas condições estruturais que os outros países. Os nossos estudantes e professores não têm máscaras adequadas e fazem uso de transporte público lotado. As escolas não estão seguindo as orientações de dois metros de distância, entre outros fatores. Em grande medida, os países que abriram parcialmente suas escolas estão com uma maior quantidade de pessoas vacinadas do que no Brasil, além de possuírem melhor infraestrutura, menor desigualdade e economia mais robusta.

Professora Miriam, como você vê o retorno presencial que está sendo efetivado pelas redes de ensino, em um contexto de baixo índice de vacinação, escolas sem infraestrutura e aumento no índice de contaminação?

Miriam Fábria

Já venho discutindo essa temática há algum tempo e, enquanto Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), temos participado de um grupo intersetorial com as entidades da sociedade da área da assistência social e da saúde pública, discutindo essa temática desde setembro do ano passado. Sempre que esse tema vem à tona, eu digo: nós temos, hoje, quase 570 mil mortes, lamentavelmente. Essa é uma conta inadmissível, uma tragédia sem precedentes na história deste país. É preciso avaliar e analisar o impacto disso nas vidas, nas histórias e nas memórias das pessoas. Este é o primeiro item a ser destacado.

Outra questão a ser pontuada é que o governo não quer abrir escolas, mas está sendo forçado e cobrado a fazer isso, tanto é que não houve, desde o início da pandemia, investimentos efetivos para que essas escolas retomassem suas atividades presenciais. Um governo que deseja o retorno às aulas presenciais teria feito todo o planejamento para isso. É óbvio que não iria resolver o problema histórico, por exemplo, da infraestrutura das escolas, mas, de antemão, sabendo os critérios e requisitos, teria investido nas escolas para que elas tivessem as condições exigidas para receber os estudantes e profissionais da educação. As informações que temos nos mostram que o Ministério da Educação, no ano passado e neste ano, não gastou os recursos disponíveis com as escolas.

Mediante o exposto, avalio que não há vontade governamental de retornar às atividades escolares. No entanto, agora eles querem que nós, os profissionais, estudantes e a comunidade, paguemos o preço por algo que, inclusive, já deveria ter sido feito.

Eu queria dizer, rapidamente, sei que nosso tempo é bem curtinho, que este grupo intersetorial do qual a ANPED faz parte tem debatido quatro elementos para considerar o retorno às atividades presenciais no Brasil:

1. avaliação da situação epidemiológica: esse é um fator fundamental. Óbvio que o controle na escola é essencial, mas o aluno não se teletransporta para a escola, assim como os profissionais da educação e demais funcionários. Desse modo, é preciso considerar a situação epidemiológica do território;
2. territorialidade: uma cidade como Goiânia tem especificidades que a minha cidade do interior, Pontalina, não tem. Então é preciso considerar isso;
3. especificidades educativas: níveis, modalidades, idades etc;
4. garantia de equidade: temos que ser os primeiros a dizer que queremos as escolas abertas, queremos escolas funcionando, mas não às custas de nenhuma vida. Nosso lema é a escola aberta e nenhuma vida a menos.

Adda Echalar

Na lógica de discutir a equidade, professora Miriam, retomo o nome de nossa prosa de hoje sobre o movimento de passar a boiada que amplia a desigualdade. No campo das políticas educacionais, isso se dá de forma clara no alinhamento e padronização autoritários de todos os níveis e modalidades de ensino à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, de modo articulado e amarrado, à reforma do ensino médio.

Professora, nós precisamos de uma base comum? Como as associações e coletivos de profissionais da educação estão vendo e analisando essa padronização? A quem esse alinhamento interessa?

Miriam Fábria

Esse é um tema complexo, com diferentes posições. As associações científicas têm posições distintas e participaram de maneira muito diversa dos processos de elaboração dessa Base Nacional Comum Curricular. Sou do time defensor de que não precisamos de uma base e endosso e sou favorável à campanha da ANPED “Aqui já tem currículo!”.

Nós realizamos todo um movimento para retomar e publicizar os currículos escolares. A escola tem currículo, ela exercita e experiencia currículos diversos. Nós não precisamos padronizar. Essa padronização é sempre prejudicial para a escola pública. Se não me engano, nessa semana, o jornal Extra publicou uma matéria dizendo assim: “A nova reforma do ensino médio ampliará as desigualdades educacionais entre escola pública e privada”. Qual é a novidade? Desde que a medida provisória dessa nova reforma foi apresentada, em 2016, nós estamos dizendo isso. Padronizar é sempre, no nosso caso, empobrecer a escola pública e, conseqüentemente, há diferentes interesses nesse processo. Esses interesses estão muito vinculados a setores governamentais,

que defendem que façamos uma formação padrão, quadrada, “na caixinha”, que o aluno faça uma boa “provinha” e tire uma “notinha” para, assim, cumprirmos o nosso dever de educar.

Por isso, sou contra à padronização. Discordo dessa perspectiva limitante, empobrecedora e sou defensora de que a escola é um lugar muito importante para toda a população: adolescentes, jovens, crianças e adultos. A escola deve ser o lugar da diversidade, da pluralidade e não de atender a interesses privatistas, governamentais que querem empobrecer ainda mais a educação ou, como diria Anísio Teixeira, querem retomar a lógica da educação como privilégio e não como direito.

Adda Echalar

Professora Miriam, os diminutivos que você usa deixam muito claro o projeto que está sendo orquestrado e contra o qual estamos resistindo. Estamos matutando com a professora Miriam Fábila sobre como um governo privatista tenta “passar a boiada” nas políticas educacionais brasileiras para atender aos grandes conglomerados educacionais.

No bojo dos despautérios governamentais para ampliar o ganho privado com dinheiro público e gerar controle sobre a formação dos brasileiros, o governo federal fez uma grande investida nas chamadas Escolas Cívico-Militares e vem ganhando espaço uma discussão sobre o ensino domiciliar. O Estado de Goiás se destaca (negativamente, cabe ressaltar!) no processo de militarização das escolas públicas. O discurso equivocado que transita entre os goianos é que elas são escolas melhores, com melhor infraestrutura e outros elementos.

Professora Miriam, você é uma das estudiosas do assunto e pode ajudar nossos ouvintes a desconstruir essa falácia. Conte-nos os principais resultados de suas pesquisas.

Miriam Fábria

Depois que a sua pergunta me foi apresentada, fiquei pensando que nós precisamos de uma hora para tratar só desse tema. Há muito o que se debater.

Adda, primeiramente, precisamos discutir o que é militarizar uma escola. Esse é um debate que tem chamado atenção, porque o processo de militarização de escolas neste país não é único. O decreto do governo federal que cria o Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM) e que tornou a militarização ainda mais cobiçada e desejada, agora para um país inteiro, é, também, um programa que divulga as experiências que já estavam em curso antes deste atual governo. Em Goiás, por exemplo, militarizar é apropriar-se de uma escola da secretaria de educação pública, que atendia à população em geral, e entregar o que eles chamam de gestão dos policiais militares. É isso que nós estamos acompanhando aqui em Goiás, desde o final de 1998 e início de 1999. Porém, temos outros modelos, como as escolas municipais que se militarizam, por exemplo, por meio de compra de um projeto de militarização ou de convênios diversos. Esses modelos são distintos em todo o Brasil.

O programa que o atual governo está tentando implantar tem todas as características desse movimento que ameaça muito a escola pública, pois ameaça os princípios constitucionais e o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que versa sobre a gestão democrática, a gratuidade do ensino, a pluralidade do pensamento, a liberdade de aprender e de ensinar e o fundamento de que a escola deve ser ocupada pelos profissionais da educação (Brasil, 1996). Tudo isso está no debate.

Além disso, é importante reforçar o papel da comunidade. As pesquisas indicam que a comunidade tem um papel importante nessas decisões. Desse modo, precisamos avançar

nesse aspecto de compreender por que a comunidade quer esse tipo de escola. Outro aspecto no qual nós temos que avançar é a compreensão dos impactos dessa formação na vida das crianças, adolescente e jovens.

Adda Echalar

Esse é um assunto que movimenta uma série de elementos que nós precisamos de tempo para avançar, e a senhora está certa, precisamos matutar novamente sobre esse assunto.

Na lógica de “passar a boiada”, dos despautérios governamentais que estão sendo propostos e desses alinhamentos, temos documentos que estão sendo reformulados e que impactam a formação de professores, como a resolução que trata sobre as diretrizes da formação de professores (Brasil, 2019), a chamada BNC-Formação, que segrega a formação inicial e continuada. Temos uma série de diretrizes sendo construídas e uma nova proposta de Diretriz Curricular Nacional para o curso de Pedagogia, mas já há um amplo movimento de resistência à proposta, por ela descaracterizar o nosso trabalho.

O que a senhora pode acrescentar, brevemente, pois o nosso tempo está acabando, sobre essas políticas e os princípios que fundamentam a formação de professores no Brasil?

Miriam Fábria

Quero triangular algumas questões sobre “passar a boiada”:

1. nós temos uma BNCC que pretende padronizar toda a educação básica;
2. desconsiderando toda a trajetória e as discussões realizadas, há a tentativa de implementar uma BNC, que controla a formação de professores;
3. nós militarizamos as escolas ou as entregamos para organizações sociais (OS), para controlarmos os estudantes.

“Está tudo dominado!”, desde o movimento de padronização ao controle da formação, dos profissionais e, conseqüentemente, dos estudantes. Ao contrário disso, nós temos que pensar, em 2021, tempos de pandemia, a qualidade e a importância da escola na diversidade e na formação crítica para a formação para uma nova realidade.

Quanto aos documentos, programas e projetos que você falou, Adda, nada disso deve se manter. Nada! Nossa possibilidade agora é criar e recriar a escola como espaço social.

Referências

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 9 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. *Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 9 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica [...]. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2019. Disponível em: https://normativsconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf. Acesso em: 9 abr. 2024.

INDICAÇÕES DE LEITURA

ALVES, Miriam Fábria; TOSCHI, Mirza Seabra; FERREIRA, Neusa Souza Rêgo. A expansão dos colégios militares em Goiás e a diferenciação da rede estadual. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 12, n. 23, p. 271-288, jul./out. 2018.

ALVES, Miriam Fábria; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. O processo de militarização de uma escola estadual pública em Goiás. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, p. 1-14, 2020.

ALVES, Miriam Fábila; OLIVEIRA, Valdirene Alves. Política educacional, projeto de vida e currículo do ensino médio: teias e tramas formativas. *Revista Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 7, n. 8, p. 20-35, mar. 2020.

BUENO, Barbara Ferreira *et al.* O direito à educação em tempos de pandemia e o cenário para o avanço da privatização. In: ALVES, Miriam Fábila; SILVA, Frederiko Luz; REIS, Lívia Cristina Ribeiro dos (org.). *Educação em risco nos tempos de pandemia: diálogos sobre política e práticas*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2020. p. 129-147.

CAPÍTULO XIV - TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA E AS POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO HUMANA¹

*Caio Sgarbi Antunes
Daniela Rodrigues de Sousa*

Este é o segundo programa da série “Educação na pandemia: matutar é preciso”. Nele, vamos discutir sobre o trabalho docente e as possibilidades de promoção da formação humana em um contexto capitalista, neoliberal e pandêmico.

Após o golpe de 2016, intensificou-se a precarização das condições de formação, de atuação política e de realização do trabalho docente. Quais são as consequências da pandemia para o desenvolvimento do trabalho do professor? É possível realizar uma formação humana em meio à crise política, econômica, sanitária e aos retrocessos que temos vivido?

Daniela Sousa

A educação é um fenômeno multiplamente determinado, dotado de totalidade e movimento, que abriga a dinâmica contraditório-

¹ Programa transmitido pela TV UFG em 20/8/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gpGhYXcEtYU&t=147s>. Acesso em: 9 abr. 2024.

ria dos processos de alienação e de formação humana. Por ser um fenômeno histórico e social, ela está sempre em transformação, mas não segue um fluxo natural, como o curso de um rio. As transformações dependem das ações humanas, que são, por princípio, intencionais. Embora essas ações aparentemente expressem a vontade dos homens, elas têm importante parcela de determinação social. Segundo Marx, “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (Marx, 2011, p. 25). A pandemia não acabou e o trabalho docente continua sendo desenvolvido sob pressão da sociedade capitalista neoliberal e produtivista, que tenta impor a lógica gerencial e administrativa a um fenômeno tão específico, que é o educacional. Como se encontra o professor após um ano e meio de pandemia? O que mudou em relação às condições de realização do trabalho docente? Como se desenvolve o processo de ensino-aprendizagem? É possível a formação humana neste contexto?

Para falar sobre esse assunto, o Programa Matutando convidou o professor Caio Antunes. Ele é licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas, mestre e doutor em Filosofia da Educação pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia da Educação (PAIDÉIA), da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Caio também é bacharel em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás e professor da Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás.

Caio, é muito bom ter você aqui conosco. Seja muito bem-vindo ao Programa Matutando!

Caio Antunes

Boa tarde, Daniela. Boa tarde a todos! Para mim, é uma honra e uma alegria imensas estar aqui. Só uma correção: eu sou graduando do curso de Filosofia. Ainda não me formei. Estou no terceiro período, sou quase recém-calouro.

Daniela Sousa

Que coisa boa, Caio! Professor continua estudando sempre! Na pandemia, alteraram-se substancialmente as condições de trabalho do professor, condições essas que já não eram as ideais. Os professores estão sofrendo com a dificuldade de acesso à internet e aos aparatos tecnológicos; a fragilidade na formação para a apropriação da tecnologia; a destruição da fronteira entre espaço e tempo de trabalho e espaço e tempo de descanso; com a exposição excessiva à tela; com problemas de saúde decorrentes dessas mudanças, entre outros. Temos escutado falar bastante de um “novo normal” segundo o qual nós, professores, precisamos nos reinventar. Na sua opinião, esses “projetos” apoiam o trabalho docente nas condições atuais?

Caio Antunes

Essa é uma pergunta bastante complexa e delicada de se responder. Bom, o primeiro aspecto importante a se discutir é que isso tudo que nós, professores e professoras, todos os trabalhadores e trabalhadoras e as pessoas que estão enfrentando a pandemia, estamos vivendo não é nenhuma novidade. Todos os ataques, todas as condições de precarização e de intensificação que o trabalho, em especial o trabalho docente, está sofrendo já vinham em curso há, pelo menos, duas décadas, em um ritmo muito acelerado.

Já havia a tentativa de destruição da universidade. Tivemos tempos muito duros, sem concursos, durante o período de Fer-

nando Henrique Cardoso. Depois disso, houve uma explosão dos cursos à distância. Posteriormente, veio o respiro do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), um tempo importante de expansão das universidades públicas, sob os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entretanto, esse processo ocorreu sem a garantia das condições adequadas para essa expansão. Findado o período do Reuni, sobretudo após o golpe e agora com o atual governo (Bolsonaro) e os cortes sucessivos na educação, nós estamos vivenciando um acirramento das contradições, uma intensificação do trabalho e um aumento da precarização, tanto do trabalho quanto das condições de trabalho. A Educação a Distância, as metas e o produtivismo, como eu falei, já estavam em curso, o que a pandemia faz foi aumentar a intensidade disso ou intensificar um pouco mais.

A pandemia traz uma nova condição de intensificação, a qual estabelece aquilo que um advogado alemão, já bastante fora de moda, chamado Karl Marx, vai chamar de um “tempo socialmente necessário”. O que é um tempo socialmente necessário? Trata-se de um tempo médio que, na verdade, é o tempo mínimo de produção de uma determinada mercadoria. Por exemplo, um par de sapatos leva um tempo para ser feito. Então, uma determinada fábrica de sapatos lá na China, por conta de um regime de exploração do trabalho, de uma qualificação média da força de trabalho, de novas tecnologias, de vários outros elementos, consegue diminuir o tempo da produção de um par de sapatos para a metade. Esse tempo, que só é possível na China, vai passar a ser o novo tempo socialmente necessário para toda a produção de sapato no mundo inteiro, mesmo que nós, aqui no Brasil, por exemplo, não consigamos alcançar aquele tempo. O que vai acontecer conosco na concorrência internacional? Vamos falir e o sapato chinês vai dominar o mundo. O que isso coloca dentro da pandemia? A pandemia estabeleceu um novo tempo socialmente necessário para a reprodução do trabalho docente.

As universidades, tanto as públicas quanto as privadas, estão economizando naquilo que se chama economia de custeio: energia, água, segurança, faxina. Isso traz, para os professores e professoras, a necessidade de, nas suas casas, comprar novas cadeiras para não adoecerem com problemas ergonômicos, novos equipamentos para não terem problemas auditivos, novos computadores, novos planos internet e, tudo isso, com seu próprio salário. Isso tudo desonera o capital privado, no caso das universidades privadas e do próprio Estado, ao nos referirmos às universidades públicas. Essa situação também não foi criada pela pandemia, mas o contexto pandêmico criou condições para um novo tempo socialmente necessário.

Essa ideia de novo normal é, de um lado, uma canalhice imensa, mas, de outro, infelizmente, ela está certa, porque, se sairmos vivos e vivas dessa pandemia – o que ainda não está garantido, com todo esse inominável governo que aí está –, a pandemia estabeleceu um novo tempo necessário. E o que nós estudamos é que, na história, o tempo socialmente necessário, uma vez comprimido, não retrocede.

Daniela Sousa

Cruel, não é, Caio? Nós acreditamos que a contradição fundamental da sociedade capitalista, a luta de classes, está presente na dinâmica interna de todos os fenômenos, inclusive no fenômeno educativo, arquitetando possibilidades e impossibilidades de formação humana, como também de alienação. Para Libâneo (2015), a formação humana exige a apropriação, por professores e alunos, dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade e, portanto, essa seria uma tarefa imprescindível da escola, principalmente em relação às camadas mais pobres da sociedade, pois, talvez, essa parcela mais pauperizada da população tenha, na escola, sua única oportu-

nidade de formação intelectual. O termo “formação” remete à ideia de colocar na forma. Entre uma e outra definição de “formação humana”, como podemos compreender essa expressão e qual o sentido dela no trabalho docente?

Caio Antunes

O primeiro elemento importante é que existe uma concepção de formação como colocar numa forma pré-estabelecida, rígida e, como eu poderia dizer, amputadora. Entretanto, existe uma outra noção de formação que é a de dar forma humana, porque nós, seres humanos, não nascemos humanos, nós nascemos apenas biologicamente com uma estrutura filogenética possível de humanização. Por um lado, a nossa humanização é um processo social, por outro, a humanidade nos é transmitida desde quando nós nascemos. De acordo com aquela citação do advogado alemão que você trouxe no começo, os seres humanos fazem história não como querem, mas sim a partir de condições que são herdadas e transmitidas pelas gerações precedentes.

O que significa isso? Uma geração, quando nasce, encontra um mundo já em movimento. Essa geração se apropria, incorpora, adquire toda a herança material e espiritual humana, produzida desde o último macaco/primeiro ser humano até hoje – não sei se eu posso falar isso em termos evolutivos, agora em épocas de Terra plana e outras curiosidades quase que antropológicas. Toda a humanidade produzida, direta e indiretamente, mediada e imediatamente, a partir do trabalho, é transmitida a cada geração, que recebe essa herança e dá continuidade à história da humanidade.

O processo de formação humana, portanto, possui um duplo sentido: em primeiro lugar, ela é a formação dos seres humanos enquanto seres humanos, qualitativamente, para onde tender essa formação. Em segundo lugar e de um ponto de vista mais específico, aquilo que, por exemplo, Libâneo traz e que outros

autores e autoras importantes do campo educacional brasileiro também trazem é que é preciso garantir que cada geração que nasce, em especial a geração dos filhos e filhas da classe trabalhadora, possa se apropriar do que a humanidade produziu de mais desenvolvido, clássico e mais elevado em todos os sentidos: éticos, estéticos, políticos, poéticos, econômicos, afetivos, teóricos, filosóficos etc.

Além disso, ele já é um processo que tem um cunho político e ideológico orientados pela luta de classes. É de um cunho igualmente político e ideológico, por exemplo, daquela concepção conservadora reacionária que visa destruir a educação das classes trabalhadoras, sendo que nós, como pessoas que lutam pela classe trabalhadora, por sermos também pertencentes a ela, queremos que essa classe tenha a mais elevada formação possível, para poder incidir sobre a luta de classes.

Desse ponto de vista, a disputa por uma formação humana, no duplo sentido que eu trouxe aqui: constituirmo-nos como seres humanos e, também, nos apropriarmos daquilo que de mais elevado a humanidade produziu ao longo de toda a sua história; é um papel fundamental, não apenas da escola e do trabalho docente, mas de toda a humanidade. Porém, a escola é um local muito importante nesse sentido e, por isso, precisa ser muito fervorosa e ferrenhamente disputada e defendida por quem pretende um novo mundo, uma sociedade igualitária, sem injustiças, sem desigualdades, sem exploração e sem classes.

Daniela Sousa

Por isso, seguimos em defesa da escola e do conhecimento que seja acessível para todos, afinal de contas, como produção coletiva, ela é direito de todos. Vamos a um rápido intervalo e voltamos já.

Daniela Sousa

Estamos conversando com o professor Caio Antunes sobre as possibilidades de formação humana em tempos de pandemia. Professor, na sociedade capitalista, a educação adquire o *status* de mercadoria. Assim, ela está sujeita ao fetichismo, ou seja, adquire um valor simbólico que oculta, por exemplo, as relações de trabalho que lhe dão origem, ou seja, as relações que a produzem como riqueza da humanidade. O fetichismo é um fenômeno social e psicológico que confere à mercadoria a aparência de algo independente, dotado de vida, dono de um valor simbólico que não corresponde ao seu valor material. Como mercadoria, a educação é preparada para ser consumida de acordo com os diferentes públicos de diversos poderes aquisitivos. Como o fetichismo da educação enquanto mercadoria está relacionado ao trabalho docente? Ou, ainda, considerando o que começamos a dialogar no bloco anterior, é possível a formação humana neste mundo alienado?

Caio Antunes

A primeira coisa a se pensar é que o fetiche é um processo social que emana da própria mercadoria, mas esse processo social de ocultação e fetiche nada mais é do que a capacidade que uma dada mercadoria tem de ocultar que ela é produto da mão humana, do trabalho de homens e mulheres.

Você chega em uma loja, compra um fone de ouvido e aquele fone de ouvido custa tantos reais. Ele tem um preço que paira, como se o preço definisse o que o fone é. Em última instância, é como se o produto definisse o que você é por poder comprá-lo e usá-lo ou não. Porém, o fone é produto do trabalho. A pessoa que o produziu talvez viva em condições análogas à escravidão na Índia, na China. Ela não tem condições de comprar e usar um fone como aquele que produz às centenas por dia.

O fetiche, como capacidade da mercadoria de ocultar o que é produto do trabalho humano, está intimamente relacionado, do ponto de vista das relações sociais, com a impossibilidade ou o travamento do reconhecimento do sujeito no produto do seu trabalho, porque o ser humano que trabalha em uma fábrica, com um trabalho dividido, fracionado, também não se reconhece como um produtor ou uma produtora daquele produto final. Então, em parte, a mercadoria consegue se separar na esfera do consumo tanto quanto na esfera da produção dos seres humanos que a produzem e consomem. É compreensível, portanto, que a mercadoria apareça como um ente dotado de vida, enquanto os homens e mulheres, seres humanos que a produzem, se não tiverem dinheiro para comprá-la, vão perecer, vão morrer sob o poder da mercadoria que lhe é produto, mas se coloca como um ente superior.

Esse processo fetichizado, que emana da mercadoria, é um processo com múltiplas possibilidades. Inclusive, do ponto de vista do trabalho docente, o fato de que nós damos aulas de uma determinada matéria ou disciplina em um determinado semestre ou, no caso do ensino superior, em um determinado período, ano e o processo formativo dos(as) estudantes é composto por um agregado de coisas, ou como se fossem peças, em uma linha de produção, onde uma pessoa entra crua e sai formada. Aí sim há um forma pré-estabelecida e rígida, porque essa concepção de educação tem uma base taylorista muito importante, também agora foi toyotizada.

Nesse processo do trabalho alienado, no qual a pessoa produz, mas não tem acesso ao produto do seu trabalho, nós vendemos a força de trabalho. Vendemos não para dar aulas, para construir casas, para fazer comida, limpar chão, mas simplesmente por uma quantidade de horas em troca de um salário. Se fosse na época da Idade Média, quando a Terra era redonda, a evolução

das espécies ainda era válida e nós trabalhávamos oito horas por dia, porém, agora que a Terra é plana, que somos todos criação do barro, da costela, nós trabalhamos dezoito horas por dia.

Dentro dessa relação, nós vendemos a nossa força de trabalho por um tempo e esse processo nos impõe um distanciamento do sentido do nosso trabalho, que tem a ver com aquele duplo sentido da formação humana. Então, nesse momento tão mais difícil, uma formação duplamente humana é tão urgente quanto necessária. Também é fundamental que todos e todas nós lutemos com todas as nossas forças por uma formação não apenas humana, mas cada vez mais humana frente a um mundo cada vez mais desumano e desumanizante.

Daniela Sousa

Você já disse para nós que a educação em tempos de pandemia acirrou condições pré-existentes do capitalismo. Nosso programa é muito curto. O nosso tempo está acabando. Queríamos conversar com você muito tempo, mas eu ainda quero ver se conseguimos fazer uma última pergunta.

A tecnologia está sendo implantada na educação como forma de pasteurizar o conhecimento, tirar a autonomia do professor etc. Tivemos uma experiência significativa agora com o trabalho remoto (aliás, ainda estamos vivenciando essa experiência), que alterou a educação brasileira em relação a algumas formas. A partir disso, que tendências nós podemos perceber, a partir da realidade pandêmica, para a educação?

Caio Antunes

A primeira questão é se aquilo que nós conversamos no primeiro bloco faz sentido. A pandemia estabeleceu um novo tempo socialmente necessário para a reprodução da mercadoria educação. O que isso significa? Uma pesquisa feita recentemente pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que a mensalidade das escolas particulares abaixou por conta do ensino híbrido. O que significa isso? Para que uma escola precisa de biblioteca? Para que uma escola precisa de tantas salas de aula? De tantos funcionários e funcionárias? Professores e professoras? Limpeza, faxina... para quê? Para que uma escola precisa de um espaço físico grande, se ela adotar o ensino híbrido e passar a receber crianças em um determinado período do dia, em uma determinada quantidade de dias na semana? Isso fez com que as mensalidades das escolas abaixassem, porém, essa mensalidade mais baixa se estabelece como uma média. Em que isso implica? Que uma escola não pode colocar sua mensalidade no padrão anterior para manter uma educação inteiramente presencial, se não ela vai perder alunos.

Só vai conseguir ter acesso a uma educação presencial, integral, com biblioteca, com salas de aula maiores, quem tiver dinheiro para pagar a mensalidade cara. Isso significa que o ensino híbrido vai ser o nosso “novo normal”, por isso a canalhice da expressão, como eu disse no primeiro bloco.

Nada nos indica que voltaremos ao que era em 2019. Pelo contrário, recentemente foi divulgado, por exemplo, que uma universidade particular deu uma disciplina inteira com aulas gravadas de um professor que já havia falecido. Então se, por exemplo, gravarem uma entrevista que eu dei agora, eu morrer e apresentarem essa entrevista, ou filmarem um semestre de aulas minhas, eu morrer e disponibilizarem essas aulas, o próprio ser humano torna-se prescindível no processo formativo.

Daniela Sousa

É a extrapolação da expropriação do trabalho humano, não é, Caio?

Caio Antunes

Se fôssemos brincar duramente com palavras, poderíamos dizer que é o trabalho duplamente morto.

Daniela Sousa

Exatamente! Foi muito bom conversar com você. Temos muito mais a dialogar, por isso, esperamos recebê-lo novamente no programa. Quero agradecer, em nome de toda a equipe do Programa Matutando, a sua presença. Muito obrigada!

Caio Antunes

Eu que agradeço. Foi um prazer estar com vocês. Agradeço a todas as pessoas que estão nos assistindo. Uma ótima tarde!

Referências

LIBÂNEO, José Carlos. Formação de professores e didática para desenvolvimento humano. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 40, p. 629-650, abr./jun. 2015.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Indicações de Leitura

ANTUNES, Caio. *A escola do trabalho: a formação humana em Marx*. Campinas, SP: Papel Social, 2018.

ECHALAR, Jhonny David; PEIXOTO, Joana; ALVES FILHO, Marcos Antônio. *Trajetórias: apropriação de tecnologias por professores da Educação Básica pública*. Ijuí: Editora Unijuí, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

CAPÍTULO XV - INDEPENDÊNCIA... PARA QUEM?¹

*Aléxia Pádua Franco
Joana Peixoto*

No dia 7 de setembro de 1822, a história nos conta que a Independência do Brasil foi proclamada. Às margens do riacho Ipiranga, perto da cidade de São Paulo, Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon, chamado de Dom Pedro, desobedeceu às cortes portuguesas que ordenavam o seu retorno a Portugal. Então, ele proferiu o famoso brado: “Independência ou morte!”.

No mês que vem, esse ato completa 199 anos e, em tempos de pandemia, nos vemos estarecidos pela segunda parte do brado de Dom Pedro: morte... mortes. Hoje, 27 de agosto de 2021, somam-se 578 mil óbitos pelo contágio do novo coronavírus.

A proximidade do bicentenário da Independência do Brasil nos instiga a pensar sobre a soberania do Brasil e as diversas lutas por liberdade nesses duzentos anos de história; sobre a forma como indígenas, negros, mulheres e homens que pertencem à classe trabalhadora têm lutado para conquistar direitos básicos

¹ Programa transmitido pela TV UFG em 27/8/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1zBmTbuyJbk&list=PLzNrx5jAJglC-cuA4FPG4E2Zq6CiixRL&index=>. Acesso em: 9 abr. 2024.

de moradia, educação, saúde, liberdade de pensamento e expressão. Essa data nos leva a pensar, enfim, acerca do que a história nos ensina sobre o momento que estamos vivendo.

É a respeito desse necessário tema que vamos matutar no programa de hoje.

Joana Peixoto

Desde março de 2020, vivemos uma crise sanitária que é gerada e aprofundada pela crise econômica. Não existe um desastre natural propriamente dito. No livro *Coronavírus e luta de classes*, disponibilizado gratuitamente na internet, Harvey (2020) nos diz que é verdade que os vírus estão em constante mutação, mas as circunstâncias nas quais essa mutação se torna uma ameaça à vida dependem das ações humanas.

Estamos próximos ao bicentenário da proclamada Independência do Brasil, em um quadro de dependência econômica do capital estrangeiro, o que tem como um dos desdobramentos a privatização dos serviços sociais, como a educação. Nós chegamos a viver ou continuamos a seguir o projeto de Independência do Brasil? O que construímos nesses quase duzentos anos, no que diz respeito à educação pública no Brasil? Como a história e o ensino de história podem nos ajudar a compreender o Brasil contemporâneo? Quem vai matutar conosco sobre essas questões é a professora Aléxia Pádua Franco. Obrigada por aceitar o nosso convite.

Aléxia Franco

Joana, eu é que agradeço. Agradeço também o Antônio por estar tornando a nossa conversa acessível para a comunidade surda.

Joana Peixoto

Aléxia, há uma canção de Pablo Milanês, um compositor cubano, que diz que “A história é um carro alegre, cheio de um

povo contente, que atropela indiferente, todo aquele que a negue/ é um trem riscando trilhos, abrindo novos espaços, acenando muitos braços, balançando nossos filhos”.² No que diz respeito à história da Independência do Brasil, quem foi ou está sendo atropelado? Quem está sendo negado? Você faz parte de um coletivo, o Portal do Bicentenário, que visa construir conteúdos sobre os duzentos anos da independência do Brasil. Conte para nós o que esse coletivo tem feito no sentido de dar visibilidade aos excluídos e marginalizados.

Aléxia Franco

Só de você cantar um pouco dessa música, eu já fiquei toda arrepiciada. É uma música que, na escola de educação básica onde eu atuei de 1992 a 2012, nós, professoras e professores de História, interpretávamos com as(os) nossas(os) estudantes, justamente para discutir o sentido da história vivida e da história escrita. A história vivida é construída, cotidianamente, com a participação de uma multiplicidade de pessoas, em suas diferenças. No entanto, a escrita da história oficial tem atropelado muitas pessoas, silenciando sua participação, para fazer o carro da história se deslocar para caminhos diversos, conforme projetos de práticas sociais em tensão.

No meu pós-doutorado em desenvolvimento, sob a supervisão do professor Luciano Mendes Faria Filho, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e por meio do trabalho coletivo da equipe do Portal do Bicentenário, problematizamos a história oficial sobre os duzentos anos de Brasil independente, no contexto das disputas de narrativas sobre o Bicentenário, uma história que se limita a abordar ações políticas e administrativas da nossa elite branca e cristã, destacando, principalmente, a ação de homens.

2 Nome da música: *Canción por la unidad latinoamericana*. Tradução da entrevistadora. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zR9grCBssrk&list=RDzR9grCBssrk&start_radio=1. Acesso em: 6 maio 2024.

Nada ou pouco se discute sobre o processo de independência para além do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, sobre as implicações da manutenção da escravidão por cerca de setenta anos depois da Independência. Quase não se fala acerca da abolição dos escravos, que foi restrita a uma carta de alforria, sem criação de políticas públicas de moradia, educação e trabalho para as pessoas negras. Não se aborda, tampouco, sobre a situação dos povos indígenas que, após a Independência do Brasil, enquanto estado-nação, continuaram a viver o processo de invasão de suas terras, acompanhado do genocídio e etnocídio, ou seja, da matança física e cultural iniciada em 1500. Os indígenas lutam até hoje por sua independência, pelo direito de viver em suas terras, como podemos observar em toda a movimentação dos povos indígenas, neste ano de 2021, em Brasília, contra a lei do marco temporal. Também não se dialoga acerca da situação das mulheres que, por exemplo, só foram conquistar o direito ao voto mais de um século depois da Independência e que, ainda hoje, lutam contra o patriarcado e a misoginia.

O 7 de setembro, dia escolhido pela história oficial, desde o século XIX, como marco da Independência do Brasil, atropela muita gente ao destacar o grito de “independência ou morte!” de Dom Pedro, príncipe regente do Brasil em 1822, como o acontecimento central de nossa separação de Portugal, garantindo para ele o título de Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil – título ainda celebrado pela elite conservadora de nosso país. Haveria outras datas para serem escolhidas, como o 2 de julho de 1823, que representa a vitória da luta de exércitos formados por indígenas, negros e negras, homens e mulheres da província da Bahia para expulsar as tropas portuguesas do Brasil. Além disso, a data de 7 de setembro se refere apenas à independência do estado-nação que, como você disse no começo, ainda nem conquistou totalmente a sua independência. A efeméride não considera as lutas por outras independências protagonizadas pela população negra,

indígena, pelas mulheres, pela população LGBTQIA+, por grupos subalternizados que constituem o povo do nosso país.

Então, o Portal do Bicentenário, um projeto pelo qual sou apaixonada, é, primeiramente, uma iniciativa em rede que reúne professoras(es) e pesquisadoras(es) da educação básica e do ensino superior e integrantes de coletivos de diferentes regiões do Brasil. Somos um coletivo formado por pessoas de Norte a Sul, do Oiapoque ao Chuí, tentando ampliar, complexificar a história da nossa Independência, para muito além do grito de Dom Pedro, não apenas em relação ao processo político ocorrido no início do século XIX, mas às lutas por independências nesses duzentos anos. Nós prospectamos, produzimos e organizamos materiais didáticos que compõem o espaço digital do Portal do Bicentenário, constituído por *site*³ e canal do Youtube,⁴ e são divulgados nas redes sociais como Instagram,⁵ Facebook⁶ e Twitter.⁷ Nossa expectativa é que esses materiais, disponibilizados com licença aberta, sejam apropriados com muita criatividade por professoras(es) e estudantes de todo o Brasil, para pensar os duzentos anos do Brasil.

Fazemos curadoria e produzimos materiais que abordam o processo de Independência do estado-nação presente em projetos e movimentos desenvolvidos em outras regiões do Brasil, para além do eixo Rio de Janeiro e São Paulo e de todos aqueles sujeitos que foram atropelados pela história oficial. Além do *site*

3 Disponível em: <https://portaldobicentenario.org.br/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

4 Disponível em: <https://www.youtube.com/c/Portaldobicenten%C3%A1rio>. Acesso em: 20 mar.2023.

5 Disponível em: <https://www.instagram.com/portaldobicentenario/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

6 Disponível em: <https://www.facebook.com/portaldobicentenario>. Acesso em: 20 mar. 2023.

7 Disponível em: <https://twitter.com/ptlbicentenario>. Acesso em: 20 mar. 2023

com materiais didáticos e do canal do YouTube, onde realizamos rodas de conversa *on-line* sobre diferentes dimensões dos duzentos anos de Brasil independente, temos uma coluna no *blog* Pensar a Educação, Pensar no Brasil⁸ e outra no jornal Brasil de Fato, de Minas Gerais.⁹

Eu convido todas, todos e todes para participarem do lançamento do portal no dia 6 de setembro de 2021, a partir das 20h, na rádio da Universidade Federal de Minas Gerais e, depois, a partir das 22h no nosso canal do YouTube, quando nós também vamos contar um pouco sobre como o *site* se organiza, convidando todo mundo a participar.¹⁰ Por último, hoje haverá uma *live* cultural, daqui a pouco, às 20h, no nosso canal, contando casos e cantando música sobre a Independência.¹¹ Esperamos todos lá.

Joana Peixoto

Desde março de 2020, instituições de ensino superior e unidades escolares de educação básica públicas e privadas adotaram o trabalho remoto como forma de distanciamento social para conter o contágio do novo coronavírus. A princípio, as escolas da rede pública adotaram, como suporte para a comunicação com os estudantes e suas famílias, o aplicativo WhatsApp. Elas produziram, também, material impresso, que foi disponibilizado de diversas formas. Gradativamente, as secretarias de educação passaram a investir em outros suportes tecnológicos e comuni-

8 Disponível em: <http://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/editoria-bicentenario-em-foco/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

9 Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/colunistas/bicentenario-da-independencia>. Acesso em: 20 mar. 2023.

10 Lançamento realizado nos dias 6 e 7 de setembro de 2021, disponível em: <https://youtube.com/playlist?list=PL04Fnnml08uA6A7vtFjjQ1PInAMkoXOCm>. Acesso em: 20 mar. 2023.

11 Disponível em: <https://www.youtube.com/live/LYp897YGNTk?feature=share>. Acesso em: 20 mar. 2023.

cacionais. Por um lado, dedicaram-se a aprimorar suas páginas na internet, montando plataformas gratuitas em sistemas proprietários, para divulgar banco de dados, videoaulas e objetos de aprendizagem. Por outro lado, elas fizeram parcerias com canais de rádio e televisão, passando a produzir programas educativos.

O poder público tem tratado as questões sanitárias e educacionais de uma forma que podemos identificar como um projeto orientado para o sucateamento e a privatização da saúde e da educação. Isso inclui o retorno às aulas presenciais sem termos vacinado toda a população, impondo, inclusive, risco de vida a trabalhadores e estudantes. Como historiadora, professora de História e integrante do Observatório do Ensino de História e Geografia, comente conosco: como isso tudo se localiza na história do Brasil e na nossa situação de dependência em relação ao capital internacional?

Aléxia Franco

Falando a partir do campo e do ensino de História, nós procuramos compreender a dependência do Brasil em relação ao capital internacional, considerando que, em tempos de globalização e de sociedade informacional, foram desenvolvidas dinâmicas muito diferentes daquelas do Brasil Colônia, Império e República no século XX. Então, procuramos, também, discutir a nossa dependência epistemológica, ou seja, a nossa maneira de pensar, tanto nas nossas pesquisas historiográficas, quanto no campo do ensino da História, do currículo. Nós somos inspirados pelo pensador português Boaventura Santos e, principalmente, por pesquisadores e pesquisadoras do Sul Global, da África, da América Latina, como Aníbal Quijano, Bell Hooks, Walter Mignolo, Linda Tuhiwai Smith, Kabengele Munanga e Sueli Carneiro.

Desse modo, para compreendermos não só a dependência econômica, mas também cultural e tecnológica, nos referenciamos

nesses(as) autores(as) decoloniais, estabelecendo diálogos entre a ciência e os saberes ancestrais, como as cosmologias dos povos indígenas, por exemplo, que têm nos ensinado tanto sobre a nossa relação com a natureza, o que tantas vezes esquecemos. Pensar e compreender tudo isso é necessário para que possamos pensar caminhos mais solidários e verdadeiramente humanizados.

No observatório,¹² assim como no Portal do Bicentenário, procuramos dar visibilidade para os movimentos de resistência a essa dependência, que gera exploração e desigualdade. Então, quais seriam esses movimentos de resistência para os quais procuramos dar visibilidade? Um deles é o movimento percebido na formação dos(as) professores(as), nos currículos das diferentes etapas e modalidades, dos diversos níveis da educação e das disciplinas. Tivemos muitos avanços, apesar de, recentemente, nós estarmos sofrendo vários retrocessos. Porém, não desistimos de lutar para mantermos nossas conquistas e avançarmos mais.

Ademais, temos valorizado as discussões sobre o meio ambiente, os Direitos Humanos, a história e a cultura dos povos indígenas, africanos e afrodescendentes, no movimento de romper com a história única, que apresenta o capitalismo como destino da humanidade. Por meio de nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão, exploramos caminhos para darmos visibilidade a experiências do passado e do presente, que revelam possibilidades outras de fazer diferente e de construir uma sociedade democrática, antirracista, não misógina e menos desigual, através da ação coletiva.

Joana Peixoto

Estamos conversando sobre as ações realizadas pelas instituições educacionais para manter o vínculo formativo entre estudan-

12 Observatório do Ensino de História e Geografia, do Grupo de Pesquisa em Ensino de História e Geografia (GEPEGH). Disponível em: <https://observatoriogeohistoria.net.br/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

tes e professores durante o distanciamento social imposto como medida para diminuir a velocidade de contágio pela covid-19. Estamos percebendo que, no contexto escolar, tem se acentuado o uso de plataformas virtuais privadas que oferecem serviços gratuitos. Esse tema foi tratado em entrevista anterior, que fizemos com Nelson Pretto, da Universidade Federal da Bahia.

Nos estados de São Paulo, Paraná, Amazonas, Pará e Piauí foi utilizado o aplicativo Mano nas aulas não presenciais. Os mais de sete milhões de estudantes e professores desses estados, ao se cadastrarem neste aplicativo, são obrigados a concordar com as políticas de privacidade, que incluem o acesso deste aplicativo a dados das secretarias de educação, com informações como nome, *e-mail*, ano e série cursados. O aplicativo permite acessar também o álbum de fotos, o microfone do celular e as mensagens em grupos de bate-papo, dados que podem ficar armazenados por até seis meses. A adoção dessas plataformas virtuais põe em prática o interesse de favorecer as empresas privadas. Apresentadas como uma saída eficaz para os tempos de pandemia, as plataformas privadas, em um sistema de ensino não presencial, poderiam ser, definitivamente, adotadas pelos sistemas públicos de ensino.

O uso de plataformas privadas é mais um passo em direção à privatização da educação pública. O que podemos esperar nesse sentido e o que podemos fazer para barrar esse processo?

Aléxia Franco

Todo o contexto que você sintetizou é muito sério e preocupante e, como ele é parcialmente invisível para nós no cotidiano, poucos de nós têm informações suficientes para nos preocuparmos com ele. Todavia, com certeza, alcançar as independências e liberdades também envolve repensar a estrutura tecnológica que possibilita ou dificulta nossos processos educacionais e comuni-

cacionais. As plataformas privadas têm monopolizado os canais *on-line* de educação e comunicação.

No entanto, vocês podem perceber que eu sempre tento mostrar a questão da resistência e a busca de caminhos. Há um movimento grande para nos ajudar a compreender esse processo de monopolização, os impactos que ele gera em nossas vidas e como ele limita a liberdade de pensamento e expressão. Então, quero destacar, aqui, esse movimento, realizado por grupos de pesquisadores(as) e professores(as) de diferentes áreas de conhecimento, que estão unidos em plataformas e movimentos de pesquisa, como “Educação vigiada”,¹³ “Iniciativa educação aberta”¹⁴ e “Educadigital”,¹⁵ com parceria com a própria Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que também tem feito um movimento importante de pensar os direitos digitais de crianças e adolescentes. Assim, esses grupos e outros que eu não nomeei aqui têm participado com cada vez mais intensidade de ações que nos levam a compreender melhor os nossos direitos digitais e o significado libertador de usar *softwares* livres e de código aberto. Para falar sobre isso, o professor Nelson Pretto, que já esteve aqui com vocês, também vai estar conosco no lançamento do nosso Portal do Bicentenário, às 21h do dia 7 de setembro,¹⁶ finalizando a nossa maratona de 26 horas.

13 Disponível em: <https://educacaovigiada.org.br/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

14 Disponível em: <https://aberta.org.br/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

15 Disponível em: <https://educadigital.org.br/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

16 Roda de conversa intitulada "Do analógico ao Digital: lutas por liberdades nas mídias". Disponível em: <https://www.youtube.com/live/kXM7LUiwG4g?feature=share>. Acesso em: 23 de mar. 2023. O Portal do Bicentenário compartilhou um outro audiovisual sobre esta temática, produzido por estudantes do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IZjk5JwOW4&ab_channel=Portaldobicenten%C3%A1rio. Acesso em: 20 mar. 2023.

Além disso, acho importante mostrarmos o papel do nosso Comitê Gestor de Internet (CGI), um órgão do qual participam várias entidades. Ele tem levado adiante essa discussão sobre o uso das plataformas proprietárias na educação, para pensarmos alternativas com as plataformas públicas. Precisamos dar visibilidade para essas reflexões para sairmos da zona de conforto de usar as tecnologias proprietárias, que parecem resolver as questões mais imediatas de comunicação e armazenamento de dados *on-line*. Com certeza, em curto prazo, elas são sensacionais, pois têm todo um poderio para resolver e perfilar todas as nossas demandas. Todavia, se pensarmos a médio e longo prazo, as tecnologias proprietárias trazem sérias implicações, como a fragilidade do desenvolvimento nacional de tecnologias digitais públicas. Também precisamos pensar muito na formação de professores(as) para entendermos a tecnologia não só como uma ferramenta, mas também como constituinte de nossas práticas sociais e culturais, que envolvem o capitalismo de dados e o racismo algorítmico.

Joana Peixoto

Vamos conversar mais sobre a formação de professores. Nós precisamos dominar os recursos tecnológicos, saber operar as plataformas, postar conteúdos e atividades de estudo e avaliar tendo como suporte essas ferramentas digitais em rede, mas isso não é suficiente, não é mesmo? O trabalho docente envolve os conteúdos curriculares, a relação pedagógica e as formas de comunicação com os estudantes, por exemplo.

Você atua na área da Educação a Distância, estuda e publica sobre esse tema e, também, coordena cursos de formação de professores e tutores para atuação em cursos e disciplinas na modalidade à distância no Centro de Educação a Distância da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Fale-nos sobre a formação de professores para a apropriação pedagógica de tecnologias. A

formação docente considera o caráter histórico da formação humana, no sentido de promover a emancipação de nossos estudantes? Ou ela corrobora a reprodução desse modelo hegemônico, que se impõe através das reformas educacionais em curso? Como resistir a isso?

Aléxia Franco

Uma das demandas existentes na educação é o aprofundamento da formação de docentes do ensino superior presencial e a distância para o uso pedagógico das tecnologias digitais. Estou falando dos(as) professores(as) do ensino superior por eles(as) serem formadores(as) de professores(as) da educação básica. Para que essa formação também se estenda à educação básica e possibilite essa apropriação pedagógica das tecnologias, seus textos e os de seu grupo de pesquisa nos ajudam muito, Joana.

Essa formação precisa abordar desde as implicações das escolhas de *softwares* e de plataformas. Por exemplo, aqui na Universidade Federal de Uberlândia, nós conseguimos resistir à parceria com o Google, mas já tínhamos um contrato com a Microsoft, uma “parceria”. Quanto aos professores(as) da UFU, durante o ensino remoto, eu acho que, por não quererem sair de sua zona de conforto, eles optaram por usar plataformas como o Teams, da Microsoft, e o Google Classroom, por meio de assinatura particular. Os docentes preferiram usar essas plataformas proprietárias que já conheciam, em detrimento de nossas plataformas públicas, como a Conferência Web, da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), e o Moodle, de código aberto, apesar da formação que oferecemos e da discussão feita sobre a mineração de dados feita por estas *big techs*. Nós tentamos (e continuamos tentando) cuidar dessa formação para valorizarmos e demandarmos mais dessas tecnologias públicas. Na Educação a Distância das universidades públicas, como elas são vinculadas à Universidade Aberta do Brasil (UAB), já há o compromisso, desde 2006, de trabalhar com a RNP e o Moodle.

Temos que desenvolver, também, uma formação que pense um processo de ensino e aprendizagem baseado na produção de conhecimento, de forma colaborativa, crítica e reflexiva. As tecnologias digitais não inauguraram essa possibilidade de construir conhecimento colaborativamente, mas a potencializaram. No entanto, pesquisas mostram como ainda predomina a subutilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TDIC) como simples ferramentas para transmitir conhecimentos de um para muitos, de forma “mais atrativa, moderna, inovadora”.

Quanto à Educação a Distância, é imprescindível considerar e cuidar da atuação dos(as) tutores(as), desde a valorização financeira do trabalho deles(as), que está extremamente subvalorizado, até a melhoria de suas condições de trabalho, para que possam atuar com mais protagonismo no desenvolvimento de uma aprendizagem colaborativa e autônoma junto aos estudantes que estão na Educação a Distância.

Joana Peixoto

São muitas questões. Nós sempre ficamos com “gostinho de quero mais”. Quero muito agradecer a sua disponibilidade de compartilhar conosco essa amplitude de conhecimento, visto que você tem a característica de atuar em diversas frentes, sempre com rigor. Muito obrigada.

Aléxia Franco

Obrigada a você, Joana. Parabéns pelo Projeto Matutando, do qual eu sou fã número um. Muito obrigada a toda a equipe de produção do projeto e ao Antônio, nosso intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Referências

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de covid-19. In: DAVIS, Mike. *Coronavírus e a luta de classes*. Brasil: Terra sem Amos, 2020. p. 13-24.

Indicações de Leitura

CARMO, Renata de Oliveira Souza; FRANCO, Aléxia Pádua. Da docência presencial à docência online: aprendizagens de professores universitários na educação a distância. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 35, p. 1-29, 2019.

MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GONSALES, Priscila; AMIEL, Tel. Inteligência Artificial, Educação e Infância. *Panorama Setorial da Internet*, [S.l.], ano 12, n. 3, p. 1-7, out. 2020. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/6/20201110120042/panorama_setorial_ano-xii_n_3_inteligencia_artificial_educacao_infancia.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

CAPÍTULO XVI - A PANDEMIA COLOCADA EM QUESTÃO: PRECARIEDADE, DESIGUALDADE E EXCLUSÃO

Joana Peixoto

Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar

Escrevemos este texto de considerações finais sobre o *e-book Matutando: diálogos formativos – volume 2*, em março de 2023. Em janeiro de 2023, tomou posse um governo eleito democraticamente, iniciando um processo de recuperação dos efeitos do golpe de estado instaurado em 2016. Foram seis anos de negacionismo do conhecimento humano em geral, especialmente da ciência; expropriação de direitos dos trabalhadores; dilapidação do patrimônio nacional; precarização do trabalho docente e desmantelamento da escola pública. Em fevereiro de 2023, o Ministério da Saúde brasileiro lançou o Movimento Nacional pela Vacinação, com o objetivo de retomar os índices de cobertura vacinal, antes satisfatórios.

Embora tenha sofrido uma derrota política nas urnas presidenciais, a classe dominante brasileira mantém e protege o seu poder econômico, que asfixia o governo, interpondo barreiras às possibilidades de revogação de diversas medidas que fazem prorrogar a ordem neoliberal. Os capitalistas não querem ceder à menor concessão aos trabalhadores, não havendo espaço para o reformismo.

É assim que a “reforma” do Novo Ensino Médio (NEM), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Diretriz Curricular para a Formação de Professores (DNC), também denominada BNC - Formação, e o assédio de fundações privadas ao sistema público de educação se interpõem às demandas de trabalhadores da educação. É desse modo que esses temas, abordados de forma direta e indireta na programação do Matutando: diálogos formativos precisam continuar sendo debatidos e aprofundados. Entre rupturas e continuidades, permanecem oportunos e necessários os diálogos conduzidos nas 54 entrevistas realizadas e, parte delas, publicadas no primeiro volume (entrevistas realizadas entre julho e dezembro de 2020) e neste segundo volume de nosso *e-book* (entrevistas realizadas entre fevereiro e setembro de 2021).

As escolas do Estado de Goiás e do Município de Goiânia voltaram às aulas presenciais no dia 2 de agosto de 2021. Entidades científicas em educação, saúde e outras áreas produziram um manifesto que propôs critérios mínimos para o retorno seguro às aulas presenciais. Nesse sentido, o coletivo denominado Frente pela Vida aponta aspectos como a avaliação da situação epidemiológica, o acompanhamento da vacinação e a observação das condições externas à escola, no que diz respeito ao transporte coletivo, desemprego e insegurança alimentar, o que nos confirma que a pandemia da covid-19 expôs desigualdades econômicas e sociais já estruturantes da sociedade brasileira.

Observamos que as instituições educacionais brasileiras realizaram um tipo de retorno gradual à presencialidade, persistindo no desconcerto que configurou o período de trabalho emergencial remoto, porque subsistiram orientações governamentais que não se alinhavam necessariamente entre as esferas municipal, estadual e federal. As instituições, em geral, não foram aparelhadas novamente e docentes não receberam orientação e/ou apoio técnico-pedagógico.

Estudos e pesquisas já publicados expõem o desalento e esgotamento de docentes como efeitos diretos da sobrecarga de trabalho que lhes exigiu um sobre-esforço para a realização das tarefas e das responsabilidades que lhe foram imputadas no período de trabalho remoto. Em meio à morte, ao luto, à insegurança alimentar e a uma crise social de grandes proporções, os docentes foram e ainda estão sendo responsabilizados pelo “sucesso do ano letivo”, em uma lógica produtivista, que pouco tem a ver com a lógica educativa.

Tínhamos um chamado que se repetiu em vários momentos da abertura do programa e que, ainda, nos aparece válido para o momento que vivemos:

em nome de todos as professoras e professores da rede municipal, estadual e federal, e também de todos os profissionais da educação, estudantes e seus familiares, que foram infectados pelo coronavírus e perderam suas vidas, levantamos a defesa de todos os trabalhadores da educação e de todos os cidadãos. Chamando atenção, mais uma vez, para a importância e necessidade da vacina para todos e a adoção de todas as medidas efetivas para conter o contágio. O retorno às aulas presenciais e ao trabalho dos professores na escola só deve ser autorizado com a imunização global pela vacina, logo com a máxima garantia de segurança sanitária que este momento exige.

A inserção de tecnologias nos espaços escolares já acontece desde a década de 1990, mas a pandemia acelerou a implementação desses recursos na educação de forma intempestiva e sem maiores reflexões. De repente, em meio a uma crise sem precedentes, a preocupação dos governantes com todo o complexo processo educativo se resumiu a dois fatores: o cumprimento da carga horária do calendário letivo e o acesso ao meio tecnológico.

O ensino não presencial emergencial que foi realizado pelas instituições não pode ser classificado como Educação a Distância, tal qual a legislação atual assim a denomina. Professores e alunos

se tornaram, compulsoriamente, consumidores de plataformas de ensino pertencentes a grandes conglomerados empresariais, sem que se colocasse a possibilidade de questionamento.

Se essas condições já precisavam ser revistas antes da pandemia, essa tarefa se estende até o presente, quando vivemos seus efeitos e desdobramentos. O diálogo com nossos convidados nos permitiu atestar, desde o início, que não se tratava apenas de uma crise sanitária, que seria solucionada apenas por medidas de ordem meramente técnico-científicas. Essa crise sanitária acirrou um projeto que já estava em andamento, o qual inclui a precarização do trabalho docente e a limitação do acesso ao conhecimento, cujo objetivo principal foi subordinar a economia brasileira ao capital internacional, às custas da retirada dos direitos sociais. Uma prova disso foi o incentivo à privatização indiscriminada de todos os setores que atendem a população em geral, entre eles a saúde e a educação. Para o corpo de entrevistados(as) e nós do Programa Matutando não é difícil deduzir e comprovar que esse projeto interessa ao grande empresariado e ao capital financeiro, e que os trabalhadores são os mais prejudicados por ele. Todavia, a sociedade de um modo geral ainda está nas amarras das discursividades neoliberais.

Muito se falou, também, no quanto a arte, em todas as linguagens e manifestações que foram transpostas para os meios audiovisuais, nos ajudou a suportar o isolamento doméstico em tempos de pandemia. Porém, esse é apenas um lado da questão. Muitos artistas viveram (e ainda estão vivendo) dificuldades de sobrevivência, porque tiveram que interromper espetáculos, gravações, exposições e performances de várias formas de arte que dependem de público para serem realizadas e da renda que isso pode trazer. Vale lembrar, também, que muitos de nós não puderam usufruir dos objetos culturais oferecidos no formato audiovisual, por não dispormos de acesso a um pacote de conexão de dados suficiente.

A arte e a cultura foram uma parte importante dos diálogos realizados no primeiro ano do Programa Matutando. Pudemos compreender melhor a necessidade de superar a ideia de que a arte só pode ser bem apreciada por uma elite e que, ao público em geral, resta a cultura massificada, ou a negação do acesso aos bens culturais.

A divulgação de ideias científicas foi debatida diversas vezes em nossa programação, visto que a propagação do novo coronavírus foi acompanhada por uma onda de desinformação planetária. Certamente, o fenômeno da desinformação não é novo. Para a questão da desinformação nas sociedades atuais, especialmente nesse contexto pandêmico, convergem aspectos de ordem econômica, ideológica, política, além de especificidades tecnológicas e industriais dos sistemas digitais. Isso é diferente de *fake news*, que é uma informação intencionalmente falsa, errada e que é divulgada para gerar confusão em uma determinada área. Nosso país, em função do baixo índice de escolaridade da população, é acometido pela desinformação, mas tem sido muito mais atingido pelas informações falsas, engendradas para manipular o povo.

Conteúdos errados, medicamentos sem comprovação científica, conselhos médicos equivocados, *kit* prevenção e “teorias de complô” foram disseminados em diferentes suportes: nas chamadas redes sociais, mensagens privadas e mídias tradicionais. Verificamos, ainda, uma verdadeira onda de desinformação dirigida a cidadãos angustiados e ávidos por esclarecimentos.

De um modo geral, os entrevistados e nós da curadoria do Programa Matutando falamos e compreendemos que a ciência é uma produção humana coletiva e histórica, fruto da relação entre nossos elos sociais e os naturais. Ela nos permite uma leitura rigorosa da realidade, validada pelos pares, que precisa ser levada a sério, seja para interpretar o mundo ou desenvolver tecnologias que orientem nossas decisões e ações cotidianas.

Cabe ressaltar que a ciência é feita, em sua maioria, dentro de instituições públicas de ensino e de pesquisa, com investimento público e por funcionários públicos – docentes, estudantes e técnico-administrativos. São esses atores, dentro das instituições públicas, que fazem a ciência e a tecnologia existente em nosso país.

Nossos entrevistados nos alertaram que o Brasil possui pesquisadores e pesquisas de excelência, com muito compromisso social com seu trabalho; demonstraram que a pesquisa e a comunicação social no Brasil carecem de melhores condições de trabalho e merecem respeito e explicitaram a necessidade de cumprirmos rigorosamente as diretrizes para diminuir a contaminação pelo coronavírus, opondo-nos ao retorno presencial às aulas sem a devida segurança sanitária, sem a preparação pedagógico-didática e das instalações físicas escolares. Reforçamos que essas são demandas existentes antes da instalação da pandemia, que se acirraram durante a crise sanitária e que persistem no retorno à presencialidade e quase dois anos após tal retorno.

Quando falamos em ciência, estamos nos referindo também à ciência no campo das Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas, que nos permitem compreender a sociedade, suas contradições, seus jogos políticos, históricos e ideológicos, para que possamos pressionar os governantes por políticas públicas voltadas, especialmente, para os interesses e necessidades dos setores excluídos e marginalizados da sociedade. Nesse sentido, nossos(as) convidados(as) que são ativistas, militantes políticos, educadores sociais e líderes de movimentos sociais organizados, nos indicaram a importância de, atuando em esferas especificamente institucionais, transitarmos para além de suas fronteiras, porque o conhecimento não é neutro e o acesso a ele implica a responsabilidade de compreender o mundo para transformá-lo. A ciência, a arte e as mais diversas formas de linguagem e de conhecimento se materializam em produções humanas que se constituem em direito universal.

Enfim, o que temos vivido dá visibilidade à crise epistemológica, política, social e econômica que se expressa nas formas de acesso aos bens materiais e imateriais objetivadas pelos diferentes mecanismos de exclusão e de marginalização de docentes, estudantes e familiares. O caráter dito extraordinário do que temos experienciado evidencia, assim, as desigualdades sociais e revela a fragilidade do sistema educacional brasileiro, questões que, tratadas neste livro como possibilidade de problematização e não como fatalidade, nos permitiram compreender que a pandemia, além de acentuar desigualdades pré-existentes, representou a possibilidade de levantarmos especificidades próprias das políticas públicas educacionais, das finalidades educativas, da formação docente e do desenvolvimento humano.

MINICURRÍCULO DOS AUTORES

Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), na linha de pesquisa Teorias da Educação e Processos Pedagógicos. Mestre em Biologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Coursou especialização em Formação de Professores, com foco em Educação Ambiental, na PUC Goiás. Graduou-se em Ciências Biológicas, licenciatura e bacharelado, pela Universidade Católica de Goiás (UCG). Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) e do Departamento de Educação em Ciências (DEC), no Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFG. Líder do Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as Relações entre Tecnologias e Educação, Kadjót. Também é membro do Fórum de Licenciatura da UFG e do Centro de Estudos e Pesquisas em Didática (Ceped).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3758976350155947>

Adilson Jesus Aparecido de Oliveira

Adilson Jesus Aparecido de Oliveira é físico, com doutorado em Física da Matéria Condensada, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Estagiou no European Synchrotron Radiation Facility, em Grenoble, e em outros institutos de pesquisa na França, como o Institut National du Service Public (INSP) e o Ins-

titut de Minéralogie, de Physique des Matériaux et de Cosmochimie (IMPMC), ambos da Sorbonne Université. Professor titular do Departamento de Física da UFSCar, atuando desde 1992 na instituição. É pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 1997 e, atualmente, é nível 1C na área de Física e Astronomia. Foi membro titular do Comitê de Assessoramento de Divulgação Científica do CNPq (7/2017 a 6/2020). É integrante do Grupo de Supercondutividade e Magnetismo do Departamento de Física da UFSCar (GSM/DF/UFSCar), além de pesquisador principal e coordenador de difusão do Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid)/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) do Centro de Desenvolvimento de Materiais Funcionais (CDMF). Foi também diretor de difusão do Conhecimento no Center for Innovation on New Energies (Cine/Fapesp/Shell) de 2018 a 2020. Fundador e Coordenador do Laboratório Aberto de Interatividade (LAbI) da UFSCar, voltado ao desenvolvimento de metodologias para divulgação científica. Orientou sessenta alunos de iniciação científica e extensão, dezessete dissertações de mestrado, quinze teses de doutorado e supervisionou dez pós-doutorandos. Publicou cerca de 135 trabalhos em revistas internacionais, 3 livros, 10 capítulos de livros e 250 artigos de divulgação científica. Colunista da *Revista Ciência Hoje Online* desde 2006 e proponente e idealizador de diversos produtos de divulgação científica, como instalações interativas, programas de rádio, vídeos, concertos e eventos na área. Membro de diversas sociedades científicas, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (1988), Sociedade Brasileira de Física (1989) e Sociedade Brasileira de Pesquisa em Materiais (2001). Foi Vice-Reitor da UFSCar entre novembro de 2012 e novembro de 2016. Coordenou a comissão executiva local da 67ª Reunião Anual da SBPC na UFSCar (2015). Atuou na implantação do Instituto de Estudos Avançados e Estratégicos da UFSCar, do qual atualmen-

te é diretor. Foi secretário da divisão estadual de São Paulo da Sociedade Brasileira de Física (2011-2013). Membro do Conselho de Curadores do ParqTec de São Carlos (2015-2018) e do Conselho Gestor do Museu de Ciências Mario Tolentino de São Carlos (desde 2012). Reitor eleito pela UFSCar em 2020. Em 2019, foi o primeiro laureado do Prêmio Ernesto Hamburger de Divulgação das Ciências Físicas da Sociedade Brasileira de Física. Os principais interesses acadêmicos são na área de Física, com ênfase em materiais magnéticos e propriedades magnéticas, e Divulgação Científica, especialmente no desenvolvimento de novas metodologias para comunicação pública da ciência.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4640148190073166>

Aléxia Pádua Franco

Professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (Faced/UFU), em Minas Gerais, desde 2012. Docente nos cursos de Pedagogia, modalidade presencial e a distância, e de Jornalismo. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFU) desde 2013 e orientadora de mestrado e doutorado na linha de pesquisa Saberes e Práticas Educativas. Professora do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da UFU, desde 2020, e orientadora de pesquisas na linha Saberes Históricos no Espaço Escolar. Foi professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Comunicação e Educação (PPGCE/Faced/UFU), na linha de Mídias, Educação e Comunicação, entre 2017 e 2020. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de História e Geografia (GEPEGH) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Tecnologias, Comunicação e Educação (GTECOM). Coordenadora dos Cursos de Formação de Professores e Tutores para atuar em cursos e disciplinas na modalidade EaD no Centro de Educação a Distância da UFU (CEaD/UFU), desde 2012. Está

coordenadora do grupo de trabalho de Comunicação e Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Regional Centro-Oeste (Anped Regional CO) (2018-2022). Foi membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de História (ABEH), de 2019 a 2021. Foi Coordenadora-Geral Adjunta da UFU junto à Universidade Aberta do Brasil (UAB) entre 2016 e 2020 e Coordenadora Pró-Tempore do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Comunicação e Educação (PPGCE/Faced/UFU) em 2020. Participou das Comissões de Avaliação do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), área de História, de 2008 a 2020, atuando como Coordenadora Pedagógica do PNLD História de 2020. Foi membro do Conselho Editorial Executivo da Revista Educação e Filosofia (A2) de 2015 a 2018. É membro do Conselho Editorial da Revista História Hoje, da Associação Brasileira de História (Anpuh), na gestão de 2021 a 2023. Faz parte da equipe do Observatório de Ensino de História e Geografia¹ e do Portal do Bicentenário.² Integra equipe de pesquisadores de dois projetos interinstitucionais: “Rede de pesquisa qualidade e regulamentação no contexto da educação aberta, flexível ou a distância no Brasil e internacional” e “Escolas não-tradicionais: aprofundando o mapeamento e pesquisa teórica da inovação pedagógica”. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia (1990), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (1998), doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2009) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (2021-2022), na linha de História da Educação. Atuou por vinte anos como professora de

1 Disponível em: <https://observatoriogeohistoria.net.br/sobre/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

2 Disponível em: <https://portaldobicentenario.org.br/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

História da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (Eseba/UFU), entre 1992 e 2012. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino de História e em Educação à Distância, desenvolvendo pesquisas sobre ensino de história, cultura digital, tecnologias digitais de comunicação e informação, mídias, diversidade cultural, direitos humanos, materiais didáticos, artefatos culturais, em suas interfaces.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4607042780750206>

Caio Sgarbi Antunes

Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Mestre (2010) e doutor (2016) em Filosofia da Educação pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia da Educação PAIDÉIA, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). cursando bacharelado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás (2020 - atual). Professor da Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência nas áreas de Filosofia da Educação e Fundamentos da Educação. Atua nos seguintes temas: trabalho e educação; trabalho e subjetividade; marxismo e educação; trabalho, alienação e emancipação humana; filosofia, teoria do valor e formação humana.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9208958316550777>

Cláudia Helena dos Santos Araújo

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2012). Pós-doutora em Estudos Culturais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2020). Mestre em Educação (2008). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (2001) e especialização em Metodologia do Ensino Superior pela mesma universidade (2005). É associada na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

(ANPEd). Sócia da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) e pesquisadora. Atua no Programa de Pós-Graduação, mestrado acadêmico, em Educação do IFG, na linha de pesquisa Teorias Educacionais e Práticas Pedagógicas; e no Mestrado Profissional em Rede em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Tem experiência na área de Educação, Ensino e Formação de Professores, com ênfase em Educação e Tecnologia, Educação Profissional e Tecnológica, Teorias da Educação e Processos Pedagógicos, Educação Básica e Superior, Educação a Distância, Didática e Formação de Professores. Membro do Grupo de Estudos entre Tecnologias e Educação, Kadjót. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos na Formação Docente e Educação Ambiental (Nupedea).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8571856189474847>

Constantino Isidoro Filho

Mestre em Arte-Teatro pela Universidade Federal de Brasília (2010), graduado em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Brasília (1999). É professor de Teatro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – Campus Goiânia Oeste. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Direção Teatral, atuando principalmente nos seguintes temas: interpretação, dramaturgia e pedagogia teatral. Diretor e fundador da Anthropos Companhia de Arte.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1181654668252526>

Cristiane Lopes Simão Lemos

Possui graduação em Odontologia pela Universidade Federal de Uberlândia (1995), mestrado em Educação pela mesma universidade (2003) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2010). Atualmente é professora associada no Insti-

tuto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás. Fez parte da diretoria executiva do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes), de 2017 a 2019. Compôs a Diretoria Ampliada do Cebes (2020-2022) e, desde 2012, atua na coordenação do Cebes Goiás. É docente do Mestrado Profissional em Saúde Coletiva e do Mestrado Profissional em Ensino em Saúde. A linha de pesquisa é Educação, Trabalho e Saúde com foco na análise da formação nos diversos cursos de graduação em saúde e das metodologias ativas, a partir da perspectiva da pedagogia histórico-crítica, movimento da reforma sanitária brasileira e militância em saúde e da Educação em Saúde nos currículos de Ciências e de Biologia.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9279795437962960>

Daniela Rodrigues de Sousa

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2019), na linha de pesquisa Teorias da Educação e Processos Pedagógicos. Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (2002), na área de Didática, inserida na linha de pesquisa Multimídias Sociais e Educação Escolar. É formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (1994). Professora efetiva na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) desde fevereiro de 2013. Professora temporária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) - Campus Goiânia Oeste. Pesquisadora do Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as relações entre as Tecnologias e a Educação, Kadjót. Consultora nas empresas Girassol e Converge. Fez parte da curadoria do Programa Matutando: diálogos formativos (TV UFG/EAD IFG/RTVE) em 2020 e 2021. Foi integrante do programa Em Nome da Vida, programa de extensão da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da PUC Goiás, de fevereiro de 2016 a junho de 2018. Atuou como integrante da equipe pedagógica do Centro de Seleção da UFG entre abril de 2008 e julho de 2014. Participou

do projeto “UFG vai à escola” de abril de 2008 a julho de 2014. Atuou como professora, coordenadora e diretora na Educação Infantil e Ensino Fundamental nas Escolas São Francisco de Assis (1989 a 1997) e Escola Recriarte (2000 a 2011). Temas de interesse: educação com ênfase em educação infantil, ensino fundamental e superior, relações entre educação e tecnologia, políticas educacionais, especificamente na formação de professores.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7616631479317166>

Diene Eire de Mello

Professora associada da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduada em Pedagogia e mestre em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (1997). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2010). Pós-doutora em Educação com foco em *e-learning*, pela Universidade Aberta de Portugal (2015). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina (PPEDU/UEL), com ênfase em formação de professores, educação, tecnologias e aprendizagem e educação a distância. Foi coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento Estruturante (NDE) do Curso de Pedagogia (2020-2022), Editora Chefe da *Revista Educação em Análise* (2019-2022). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Didatic.³ Coordenadora do Grupo de Trabalho 11, Comunicação e Educação, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Sul (ANPEd Sul), de 2020 a 2022. Coordenadora Institucional do Programa Residência Pedagógica (2018-2019). Coordenadora do Curso de Especialização em Docência na Educação Superior (Cemad/UEL).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9692207152022739>

3 Mais informações sobre o grupo estão disponíveis em: <https://ueldidatic.wixsite.com/website>. Acesso em: 10 abr. 2024.

Jhonny David Echalar

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) na linha Estado, Políticas e História da Educação. Mestre em Ensino de Ciências pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Especialista em Educação a Distância pela Universidade Gama Filho. Licenciado em Ciências Biológicas pela UEG. Integrante do Grupo de Estudos em Educação a Distância (GEaD/UFG) e do Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as Relações entre as Tecnologias e a Educação, Kadjót. Professor da linha de Políticas Educacionais da Faculdade de Educação da UFG e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM/UFG). Possui experiência e estudos em formação de professores, ensino de ciências, relações entre educação e tecnologias e políticas educacionais.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5746522784363534>

Joana Peixoto

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) (1982), especialização em Informática e Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), concluída em 1989, mestrado em Educação pela UFG (1991), Diploma de Estudos Aprofundados (DEA) pela Approches Plurielles en Sciences de l'Éducation (2002) e doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Paris (2005). Atualmente, é coordenadora do Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), atuando na linha de pesquisa Teorias Educacionais e Práticas Pedagógicas. É professora colaboradora no Mestrado Profissional em Educação Para Ciências e Matemática no IFG. Líder do Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as Relações entre as Tecnologias e a Educação, Kadjót, que desenvolve ações con-

juntas com os seguintes grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa e Estudos em Tecnologia Educacional e Educação a Distância da Universidade Católica Dom Bosco (GETED/UCDB), Grupo de Estudos e Pesquisas em Tecnologias e Educação a Distância (GEAD/UFG), Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Atividade Matemática (GEMAT/UFG), Grupo de Pesquisa Desenvolvimento profissional e trabalho docente na contemporaneidade da Universidade Federal de Uberaba (GEPETTES/Uniube), Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital da Universidade Federal da Bahia (LTI Digital/UFBA). Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (gestão 2010-2012). Compõe o conselho editorial da Revista Educativa. Tem experiência em formação de professores, com ênfase na área de tecnologia e educação, atuando principalmente nos seguintes temas: tecnologia e educação, informática e educação, mídia e educação, educação a distância e na relação destes temas com a formação de professores.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5636200472384576>

Júlio César dos Santos

Nome artístico Júlio Vann. É doutor em Arte e Cultura Visual pelo Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual (PPGACV) da Universidade Federal de Goiás (UFG) (2014) e mestre em Tecnologia pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2008). Especialista em Educação a Distância, pela Universidade Federal de Brasília (2001) e graduado em Comunicação Social pela UFG (1994). Ator, diretor, roteirista, figurinista, documentarista e cineasta. Professor aposentado de Artes (Teatro e Cinema) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), tendo atuado de 1995 a 2019. Tem experiência em educação e tecnologias, teatro, cinema e audiovisual. Temas de interesse: educação e tecnologias, identidades, estudos cultu-

rais, teatro e cinema. Integrante do Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as Relações entre as Tecnologias e a Educação, Kadjót, desde 2013. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação do IFG desde 2020.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8258339363624501>

Lia Calabre

Graduada em História pela Universidade Santa Úrsula (1988). Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (1999) e doutora em História pela mesma universidade (2002). Foi pesquisadora titular, Coordenadora do Setor de Políticas Culturais (2003-2019) e Presidente (2015-2016) da Fundação Casa de Rui Barbosa. Também atuou como organizadora do Seminário Internacional de Políticas Culturais (2010-2019). Integrante da Cátedra de Políticas Culturais e Gestão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Professora do Mestrado Profissional Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (PPCULT/UFF). Professora colaboradora no Master of Business Administration (MBA) de Gestão Cultural e Produção Cultural da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Universidade Cândido Mendes (Ucam). Professora colaboradora na Maestria en Políticas Culturales (Cure), da Universidade de La República do Uruguai e da Especialização Lato Sensu em Cultura e Educação da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil). Autora de livros, artigos e materiais didáticos, nacionais e internacionais, sobre políticas culturais. Tem experiência na área de Políticas Culturais, História Cultural e Política, com ênfase em Políticas Públicas de Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas de cultura, política cultural, gestão cultural.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7913911848859139>

Maneco Maracá

O palhaço Maneco Maracá, personagem de Valdemir de Souza, é ator, filósofo, educador popular, produtor, pesquisador cultural, diretor circense e empreendedor social. É Diretor-Geral e fundador da Escola de Circo Laheto em Goiânia, Goiás. Coordenador do Projeto “Arte, circo e cidadania” em conjunto com a professora Seluta Rodrigues. Desenvolve estudos, pesquisas, montagens e apresentações de espetáculos circenses e teatrais a partir de programas e políticas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A Escola de Circo Laheto oferece, em processo contínuo, formação e capacitação de artistas circenses, arte-educadores, e conta com um grupo profissional nas artes circenses que atua em Goiânia e em outras regiões do Brasil.

Marcos Vinícius Ferreira Vilela

Doutor em Educação em Ciências e Matemática pela Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso (REAMECP/UFMT), linha de pesquisa Formação de Professores de Ciências e Matemática. Mestre em Ecologia e Evolução pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Possui graduação em Ciências Biológicas (licenciatura) pela UFG e graduação em Direito pela Faculdade Anhanguera de Rondonópolis (FAR). Atualmente é docente do Departamento de Educação em Ciências (DEC) no Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFG, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM/UFG) e integra o Banco Nacional de Avaliadores da Educação Superior no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anínio Teixeira (BASIS/INEP). Tem experiência na área de ensino e formação de professores de Ciências e Biologia.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6872321031142967>

Marilza Vanessa Rosa Suanno

Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Doutora em Educação pela Universidade Católica de Brasília (2015). Doutorado sanduíche realizado na Universidade de Barcelona (UB), entre 2011 e 2012. Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2006). Revalidação do Mestrado em Ciências da Educação Superior pela Universidad de La Habana (2003). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (1994). Professora efetiva da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFG (PPGE/FE). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Didática e Questões Contemporâneas (Didaktiké)⁴ – Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Membro da Diretoria do Centro de Estudos e Pesquisas em Didática (Ceped). Vice-presidente da Associação Nacional de Didática e Práticas de Ensino (Andipe) desde 2023. Representante da Região Centro-Oeste da Andipe (2021-2022). Membro da Diretoria da Rede Internacional de Escolas Criativas (RIEC), em Acordo de Cooperação Internacional com 17 instituições (2012-atual). Presidente RIEC Brasil desde 2022. Membro do Núcleo de Formação de Professores da Faculdade de Educação (FE/UFG). Membro da Asociación de Escuelas Creativas (Adec), de Barcelona, na Espanha. Membro dos Grupos de Pesquisa: Ecologia dos Saberes e Transdisciplinaridade (Eco-transd/UCB), Rede Internacional Investigando Escolas Criativas e Inovadoras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Atua com as temáticas: educação, formação de professores, didática, estágio curricular supervisionado, complexidade, transdisciplinaridade.

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7736117519324293>

⁴ Mais informações disponíveis em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelho-grupo/7805627761585698>. Acesso em: 10 abr. 2024.

Miriam Fábila Alves

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007), mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2000), licenciada em História pela Universidade Estadual de Goiás (1992). Realizou Estágio Pós-Doutoral na Universidade de Sevilha, na Espanha, no ano de 2018. Professora associada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação, professora visitante na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) (2022-2023). Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais e Juventude (Gepej) e a Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação (RePME). Atua como Diretora Financeira da Anped. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: militarização de escolas públicas, ensino médio e juventudes, políticas educacionais.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4002600044640352>

Natalia Carvalhaes de Oliveira

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), mestre em Microbiologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), especialista em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e licenciada em Ciências Biológicas pela UFG. Professora efetiva do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) – Campus Trindade. Docente no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no IF Goiano – Campus Ceres. Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM) da UFG. Docente em cursos técnicos integrados ao ensino médio, pós-graduação lato sensu

em Educação e Trabalho Docente e Formação Pedagógica para a EPT. Vice-líder do Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as Relações entre as Tecnologias e a Educação, Kadjót, e membro do grupo Educação. Com base no materialismo histórico-dialético, atua em temas de pesquisa sobre as relações entre ciência, tecnologia, educação e ensino de ciências da natureza, práticas pedagógicas com tecnologias, educação a distância e pedagogia histórico-crítica.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7560948180074168>

Paulo Henrique Nico Monteiro

Pesquisador Científico do Instituto Butantan, em São Paulo. Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2012), na linha de pesquisa Ensino de Ciências e Matemática. Possui pós-doutorado em Comunicação Científica e Ensino de Ciências em Espaços não formais pela Laurentian University, Canadá (2014). Cientista Residente no Science North (2019-2020). Professor colaborador do Science Communication Master Program, Laurentian University, em Sudbury, Canadá. Atua como pesquisador na área de Ensino de Ciências e Divulgação Científica, com especial interesse em temas relacionados à saúde.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3403257801493249>

Raquel Aparecida Marra da Madeira Freitas

Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1997), graduada em licenciatura em Enfermagem pela mesma universidade, em 1985. Na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, atua como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado) e docente colaboradora no Mestrado em Atenção à Saú-

de. Na Faculdade de Inhumas, atua como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação. Coordena a equipe editorial da Revista Educativa (PUC Goiás). Integra o Conselho Consultivo da Revista Obutchénie e da Revista Brasileira da Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural. Atua como revisora de periódicos científicos da área de educação. É vice-líder do grupo de pesquisa Teoria Histórico-Cultural e Práticas Pedagógicas Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Realiza estudos e pesquisas na concepção histórico-cultural e no ensino desenvolvimental. Temas de interesse: didática, aprendizagem, ensino, educação e desenvolvimento humano, finalidades educativas, formação de professores, formação de profissionais de saúde.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4340349253071492>

Rose Mary Almas de Carvalho

É graduada em Pedagogia pela Universidade Gama Filho e mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). É professora da PUC Goiás e, no período 2003 a 2021, atuou como coordenadora de Educação à Distância (EaD) na mesma instituição. Atualmente, é assessora a Coordenação-Geral de EaD da PUC Goiás. É uma das fundadoras do Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as Relações entre as Tecnologias e a Educação, Kadjót, no qual atuou como vice-líder e é pesquisadora. Atuou na Cátedra de Ciência da Educação para a Formação de Professores e Investigação Científica da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) entre 2013 e 2017. Tem larga experiência na formação inicial e continuada de professores para o trabalho com as tecnologias digitais.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2325687337305635>

SOBRE O E-BOOK

Tipografia: Ayumi Pro, Unit Slab Pr

Publicação: Cegraf UFG
Câmpus Samambaia, Goiânia-Goiás.
Brasil. CEP 74690-900
Fone: (62) 3521-1358
<https://cegraf.ufg.br>